

2.º CICLO DE ESTUDOS

MESTRADO EM ENSINO DE HISTÓRIA NO 3.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E NO ENSINO SECUNDÁRIO

“Trago o mar imenso no meu peito... Por isso é que eu sou das Ilhas de Bruma”

A importância da História Local no ensino da História

Érica Rafaela Rodrigues Costa

M

2020



Érica Rafaela Rodrigues Costa

**“Trago o mar imenso no meu peito... Por isso
é que eu sou das Ilhas de Bruma”**

**A importância da História Local no ensino da
História**

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3.º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientado pela Professora Doutora Cláudia Sofia Pinto Ribeiro

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2020

Érica Rafaela Rodrigues Costa

“Trago o mar imenso no meu peito... Por isso é que eu sou das Ilhas de Bruma”

A importância da História Local no ensino da História

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3.º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientado pela Professora Doutora Cláudia Sofia Pinto Ribeiro

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) – Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) – Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) – Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

Ilhas de Bruma

*Ainda sinto os pés no terreiro,
Que os meus avós bailavam o pezinho
É que nas veias corre-me basalto negro
E na lembrança vulcões e terremotos.*

*Por isso é que sou das ilhas de bruma,
Onde as gaivotas vão beijar a terra*

*Se no falar trago a dolência das ondas
O olhar é a doçura das lagoas
É que trago a ternura das hortênsias
E no coração a ardência das caldeiras.*

*Por isso é que sou das ilhas de bruma,
Onde as gaivotas vão beijar a terra*

*Trago o roxo a saudade esta amargura
E só o vento me ecoa na lonjura
Mas trago o mar imenso no meu peito
E tanto verde a indicar-me a esperança.*

*Por isso é que eu sou das ilhas de bruma,
Onde as gaivotas vão beijar a terra*

*É que nas veias corre-me basalto negro
No coração a ardência das caldeiras.
O mar imenso me enche a alma,
E tenho verde, tanto verde a indicar-me a esperança.*

*Por isso é que sou das ilhas de bruma
Onde as gaivotas vão beijar a terra*

Manuel Medeiros Ferreira
(Ilha de São Miguel, 1950-2014) ¹

¹ <http://folhadepoesia.blogspot.com/2014/01/ilhas-de-bruma.html>

Sumário

Declaração de honra	4
Agradecimentos	5
Resumo.....	6
Abstract	7
Índice de Figuras	8
Índice de Gráficos.....	9
Lista de abreviaturas e siglas.....	10
Introdução.....	11
1. Enquadramento teórico	14
1.1. Identidade e Memória.....	14
1.1.1. Identidade açoriana	19
1.2. História Local	24
1.2.1. Breves considerações sobre a História Local	24
1.2.2. A História Local no currículo de História do 3.º ciclo do Ensino Básico	28
1.2.3. As potencialidades da História Local no Ensino da História.....	34
1.2.4. Valorizando a História da ilha de São Miguel.....	40
1.3. Património e Educação Patrimonial.....	43
1.3.1. Em busca de definições para os conceitos.....	43
1.3.2. O Património no currículo de História do 3.º ciclo do Ensino Básico.....	50
2. Contexto de intervenção e investigação.....	56
2.1. Escola Secundária Domingos Rebelo e o seu meio envolvente	56
2.2. Caracterização das turmas	59
3. Metodologia de trabalho, instrumentos de recolha de dados, apresentação e análise dos dados de investigação.....	62

3.1. Metodologia de trabalho e instrumentos de recolha de dados	62
3.1.1. A visita de estudo como estratégia	68
3.2. Apresentação, análise e interpretação dos resultados	72
3.2.1. Ficha de trabalho relacionada com a visita de estudo ao Museu Hebraico – Sahar Hassaiman – Portas do Céu – Sinagoga de Ponta Delgada	72
3.2.2. Questionário aplicado ao 7.º ano.....	74
Considerações Finais	87
Referências Bibliográficas	89
Anexos.....	101
Anexo 1: Ficha de trabalho aplicada no 7.º ano.....	101
Anexo 2: Questionário aplicado aos alunos	102
Anexo 3: Guião da Visita de Estudo ao Museu Hebraico – Sahar Hassaiman – Portas do Céu – Sinagoga de Ponta Delgada.....	105
Anexo 4: Respostas dos alunos às questões do Guião da Visita de Estudo ao Museu Hebraico – Sahar Hassaiman – Portas do Céu – Sinagoga de Ponta Delgada.	107
Anexo 5: Ficha de trabalho que teria sido aplicada no 10.º ano	123
Anexo 6: Pedido de autorização aos Encarregados de Educação para preenchimento do questionário pelos alunos	124

Declaração de honra

Declaro que o presente relatório de estágio é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Ponta Delgada, 28 de setembro de 2020

Érica Rafaela Rodrigues Costa

Agradecimentos

Aos meus pais, pelo apoio e amor incondicional, por acreditarem em mim e por terem estado sempre do meu lado. Sem eles este sonho não era possível.

À minha irmã, ao meu irmão e ao meu cunhado por acreditarem em mim.

À minha querida sobrinha Constança, que me acompanhou com muito amor
nesta etapa.

À minha avó, tios, tias, primas e primos.

Aos meus amigos e amigas mais chegados que sempre tiveram uma palavra de alento
e de apoio.

Ao Professor Doutor Luís Alberto Marques Alves pela disponibilidade, amabili-
dade e simpatia.

À Professora Doutora Cláudia Pinto Ribeiro, pelo apoio e força, por acreditar em mim,
pela disponibilidade, pelos ensinamentos e pelo carinho.

À minha orientadora de estágio Professora Elisabete Negalha pela forma como me re-
cebeu, pelos ensinamentos, palavras de apoio e incentivo e carinho.

Aos meus alunos, os meus primeiros alunos, pela forma como me receberam e pela li-
gação que conseguimos criar.

A todos os que estiveram comigo nesta viagem: muito obrigada!!

Resumo

O presente estudo foi realizado no âmbito do estágio profissional previsto pelo Mestrado em Ensino de História no 3.º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. O mesmo foi desenvolvido com 7.º ano de escolaridade, tendo como objetivo primordial levar os alunos a valorizar a História da sua localidade, bem como perceber as perceções dos alunos relativamente a esta temática.

A temática do estudo parece-nos ser pertinente, pois na atualidade vivemos marcados pelos efeitos da globalização sendo que a escola e em especial a disciplina de História assumem um papel fulcral, na medida em que devem auxiliar os alunos na formação da sua identidade e na preservação dos elementos identitários. Para além disso, o facto de o estágio ter sido realizado numa escola da Região Autónoma dos Açores, onde atualmente é lecionada a disciplina de História, Geografia e Cultura dos Açores, que visa o estudo do Local, pareceu-nos de todo ser de grande relevância a sua realização.

Na sua concretização tivemos por base instrumentos e metodologias diversificadas, que foram aplicadas no 2.º e 3.º períodos do ano letivo 2019/2020. Privilegiamos a visita de estudo associada a exercícios como estratégias preferenciais, mas também realizamos um questionário.

No que concerne à recolha e análise dos dados, conseguiu-se fazer uma interpretação das opiniões dos alunos, sendo que os resultados obtidos, permitiu-nos tecer algumas considerações importantes no que concerne à valorização da História Local, mas também do Património, por parte dos alunos entre outras questões. Apesar dos resultados terem sido satisfatórios, de modo geral, consideramos que ainda existe alguns passos a dar, no sentido de garantir uma maior atenção por parte dos alunos para esta temática.

Palavras-chave: Identidade; Memória; História Local; Património; Educação Patrimonial

Abstract

The present study was carried out within the scope of the professional internship provided by Master in History Teaching in the 3rd cycle of Basic Education and in Secondary Education from the Faculty of Arts of the University of Porto. It was developed with 7th year of schooling, with the primary objective of getting students to value the History of their locality, as well as understanding students' perceptions of this theme.

The theme of the study seems to be relevant, because today we live marked by the effects of globalization and the school and especially the discipline of History play a pivotal role, as both must assist students in formation of their identity and in the preservation of identity elements. Furthermore, the fact that the internship was carried out at a school in the Autonomous Region of Azores, where the discipline of History, Geography and Culture of the Azores, which aims to study the Place, seemed to us to be of great relevance to its realization.

In its implementation we had as a base instruments and methodologies diversified, which were applied in the 2nd and 3rd periods of the academic year 2019/2020. We privilege the study visit associated with exercises as preferred strategies, but we also did a questionnaire.

With regard to the collection and analysis of data, it was possible to make an interpretation of students' opinions, and the results obtained, allowed us to make some important considerations regarding the valorisation of History Local, but also of Patrimony, by students among other issues. Although results have been satisfactory, in general, we believe that there are still some steps to be taken in order to ensure greater attention on the part of students to this theme.

Keywords: Identity; Memory; Local History; Patrimony; Heritage Education

Índice de Figuras

FIGURA 1 – Os Emigrantes, 1926	23
FIGURA 2 – Concelho de Ponta Delgada	56
FIGURA 3 – Exemplo de questão de resposta curta.....	64
FIGURA 4 – Questão de seleção de itens	64
FIGURA 5 – Questão de verdadeiro/falso e sopa de letras.....	64

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 – Idades dos alunos que preencheram o Questionário.....	75
GRÁFICO 2 – Percentagem dos inquiridos por sexo	75
GRÁFICO 3 – Percentagem de inquiridos por turma.....	76
GRÁFICO 4 – Resposta à questão 2: Consideras importante conhecer a História do local onde vives?, da secção 3.	78
GRÁFICO 5 – Resposta à questão 1: Selecciona o(s) local(locais) que visitaste no âmbito da disciplina de História, da secção 4.	82

Lista de abreviaturas e siglas

HGCA – História, Geografia e Cultura dos Açores

ESDR – Escola Secundária Domingos Rebelo

PROFIJ – Programa Formativo de Inserção de Jovens

Introdução

“Os alunos dos Açores vão aprender história, geografia e cultura da Região”²

No dia 8 de setembro de 2019, o jornal Público noticiava que os alunos açorianos iriam aprender história, geografia e cultura da região através da nova disciplina obrigatória História Geografia e Cultura dos Açores – HGCA – que resulta da reforma curricular que está a ser desenvolvida. Segundo o Secretário Regional da Educação e Cultura, Ave-lino de Freitas de Meneses, esta reforma curricular tem por objetivo conservar os referências regionais e locais garantindo a perpetuação da identidade, justificando-se neste sentido a lecionação desta nova disciplina. No entanto, refere que tais conteúdos já vinham desde há uns anos a ser trabalhados no âmbito da disciplina de Cidadania, no 5.º e 8.º anos.

Nos dias de hoje, em que as vozes da globalização ganham força, torna-se cada vez mais importante trabalhar, no âmbito da disciplina de História, a História Local. Partindo desta premissa, o professor de História deve garantir que a função social desta disciplina seja colocada em prática, procurando contribuir para a construção da identidade dos seus alunos, levando-os a conhecer aquilo que é “seu” para depois compreenderem o demais e estabelecer relações entre a realidade que lhes é familiar e *os restantes mundos*.

O presente relatório foi desenvolvido no âmbito da Iniciação à Prática Profissional, ocorrida na Escola Secundária Domingos Rebelo, na ilha de São Miguel, Açores, no ano letivo 2019-2020, com quatro turmas do 7.º ano de escolaridade. A escolha do tema pareceu-nos bastante oportuna, tendo em conta a notícia do jornal Público citada e o

² *Alunos dos Açores vão aprender história, geografia e cultura da região*. In Jornal Público, 8 de setembro de 2019. <https://www.publico.pt/2019/09/08/sociedade/noticia/alunos-aco-res-va-o-aprender-historia-geografia-cultura-regiao-1885914>

facto de, considerarmos que o estudo da História local, pelas suas potencialidades, é uma mais-valia para os alunos.

Partindo destas ideias, os objetivos que delineamos para este estudo foram os seguintes: a) perceber que significado tem a História Local e, intimamente ligado, o património para os alunos; b) compreender a importância que lhes atribuem; c) avaliar se os alunos consideram que as visitas de estudo despertam o seu interesse por estas temáticas e d) observar se a motivação dos alunos pela disciplina aumenta, em resultado da relação entre os conteúdos programáticos e espaços visitados. Evidentemente, que pretendíamos que existisse da parte dos alunos a valorização da História da sua localidade.

O estudo inicia-se com um primeiro capítulo que se intitula Enquadramento Teórico. Este encontra-se subdividido em vários subcapítulos. No primeiro subcapítulo, fazemos uma breve abordagem de dois conceitos que se encontram intimamente associados à História, e consequentemente, à História Local: identidade e memória. Procuramos evidenciar em que medida a identidade e a memória se inter-relacionam, e ainda exploramos a questão da identidade açoriana. De seguida, apresentamos “um estado da arte” relativo à investigação sobre História Local, fazendo uma breve alusão à presença da História Local no currículo de História do 3.º ciclo do Ensino Básico e de que forma se encontra organizado o programa da disciplina de HGCA. Para além disso, focamos as potencialidades da História Local no âmbito da disciplina de História. Fazemos, também, uma breve apresentação dos locais visitados com os alunos. Passamos, depois, para o último ponto do primeiro capítulo que foca o património, definimos os conceitos de *património* e de *educação patrimonial*, explorando, também, as potencialidades do património para a aprendizagem da História e de que forma este surge, à semelhança da História Local, no currículo de História no 3.º ciclo do Ensino Básico.

O segundo capítulo intitula-se *Contexto de intervenção e investigação* que, de igual modo, se encontra dividido em subcapítulos. Nestes fazemos uma breve caracterização não só da Escola na qual decorreu o estágio, explorando um pouco a sua história e meio envolvente, como também procedemos à caracterização das turmas com as quais foi desenvolvido o presente estudo.

O terceiro capítulo intitula-se *Metodologia de trabalho, instrumentos de recolha de dados, apresentação e análise dos dados de investigação*. Neste capítulo, focamos a metodologia que utilizamos para proceder à recolha dos dados, as estratégias utilizadas, definimos o conceito de visita de estudo, referindo, as suas vantagens e desvantagens e, por fim, apresentamos os resultados obtidos, bem como a análise dos mesmos.

Para finalizar, terminamos o relatório com a apresentação das nossas conclusões nas considerações finais.

1. Enquadramento teórico

1.1. Identidade e Memória

Ao falarmos em História e em História Local surgem associados os conceitos de *identidade e memória*. Neste sentido, decidimos fazer uma breve abordagem relativamente a estes conceitos, procurando, de igual modo, evidenciar de que forma os mesmos se encontram inter-relacionados.

O conceito de identidade é entendido, por José Machado Pais,

no sentido de imagem de si, para si e para os outros – aparece associado à consciência histórica, forma de nos sentirmos em outros que nos são próximos, outros que antecipam a nossa existência que, por sua vez, antecipará a de outros. Ao assegurar um sentimento de continuidade no tempo e na memória (e na memória do tempo), a consciência histórica contribui, deste modo, para a afirmação da identidade – individual e colectiva. (Pais, 1999, p. 1)

Stuart Hall apontou a existência de três concepções: a do sujeito do Iluminismo; a do sujeito sociológico e a do sujeito pós-moderno. A primeira concepção apresenta-se, de certo modo, como sendo “individualista” na medida em que se foca apenas no indivíduo. O indivíduo é visto como “totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação” (Hall, 2006, p. 10). Nesta concepção, o indivíduo nasce com um núcleo interior/centro que emerge com ele ao nascer, e com ele se desenvolve, mantendo-se, no entanto, no essencial, idêntico ao longo da vida. (Hall, 2006, pp. 10-11) O centro essencial do eu trata-se da identidade da pessoa. (Hall, 2006, p. 11)

A concepção de identidade do sujeito sociológico alarga-se relativamente à primeira, pois o sujeito não é centrado em si, pressupõe que o núcleo interior do sujeito não é autónomo e autossuficiente, considerando-se que este se forma na interação com outras pessoas importantes que transmitem ao sujeito não só valores, como sentidos e símbolos, a cultura dos mundos por ele habitados. (Hall, 2006, p. 11) Existe nesta concepção uma perspectiva mais interativa da identidade e do eu que se constrói na interação com o outro. Apesar disso, esta concepção sustenta a ideia de que o indivíduo tem uma

essência interior, mas que se forma e modifica perante a interação com os mundos culturais “exteriores” e identidades a eles associadas. (Hall, 2006, p. 11) O sujeito acaba por formar uma identidade unificada e estável, mas existem mudanças que vão sendo operadas e que levam a que esta identidade se vá fragmentando, sendo que o sujeito não é formado por uma, mas por uma multiplicidade de identidades que são, por vezes, contraditórias ou não estão resolvidas, sendo que é neste contexto que surge o sujeito pós-moderno. (Hall, 2006, p. 12) Trata-se de um contexto onde o processo de identificação surge como algo complexo e problemático. O sujeito não tem “uma identidade fixa, essencial ou permanente.” (Hall, 2006, p. 12) Stuart Hall considera que a identidade se torna uma “celebração móvel”, uma vez que é constantemente formada e transformada relativamente às formas como “somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente.” (Hall, 2006, p. 13) O indivíduo pós-moderno acaba por se sentir inseguro dada a existência de várias identidades, acabando o seu “sentimento de pertencimento e os referentes que fixam e integralizam o sujeito em torno de uma essência segura e estável [por] se debilita[r].” (Souza, 2014, p. 93)

Zygmunt Bauman fala-nos, também, da identidade na pós-modernidade, colocando em evidência, de igual modo, as dificuldades com as quais os indivíduos se deparam no mundo atual na definição da sua identidade. Segundo o sociólogo, na primeira modernidade lutava-se contra a ambivalência e a modernidade atual (modernidade líquida) opõe-se à solidez desejada na primeira modernidade. (Bauman cit. por (Mocellim, 2008, pp. 5, 9, 22 e 23) Nega-se o local a favor do global. (Mocellim, 2008, p. 13) “[A]gora as identidades deixam de ser localizadas, ou relacionadas a grupos locais, elas se tornam globais, dialogam com o global a todo o tempo.” (Mocellim, 2008, p. 14) Na modernidade, a identidade era vista como um projeto de vida, onde após as identidades estarem construídas, estarem bem definidas, deviam ser imutáveis, (Mocellim, 2008, pp. 22-23), mas hoje tal não é possível, pois no período em que vivemos não existe medo da ambivalência, no que às identidades diz respeito. (Bauman cit. por (Mocellim, 2008, p. 23) O mundo atual encontra-se organizado em torno do consumo, diferindo deste modo da modernidade sólida, onde o trabalho era o foco. (Mocellim, 2008, p. 24)

As identidades tornaram-se possíveis de consumir, sendo consumidas e depois descartadas, chegam inclusive a serem comparadas a bens de consumo por Bauman. (Bauman cit. por (Mocellim, 2008, p. 23) São identidades transitórias, descartáveis e dispensadas após se estar satisfeito. (Mocellim, 2008, p. 25) As mudanças do mundo líquido levaram a transformações e deslocamentos. (Bauman cit. por (Madalena, 2013, p. 2) As forças da globalização provocam alterações na nossa identidade. (Madalena, 2013, p. 2) A globalização pode ter consequências ao nível das identidades culturais, podendo verificar-se três cenários: podemos assistir a uma desintegração das identidades nacionais, devido ao «crescimento da homogeneização cultural e do “pós-moderno global”» (Hall, 2006, p. 69); ou as identidades nacionais, locais ou particularistas são reforçadas em resistência à globalização ou as identidades nacionais entrarão em declínio, surgindo outras novas. (Hall, 2006, p. 69)

Na base da construção da identidade encontram-se três elementos essenciais:

Há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente, há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados. (Pollak, 1992, p. 204)

A memória é um elemento constituinte da identidade, quer seja da memória individual, quer seja da memória coletiva, “na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.” (Pollak, 1992, p. 204) A identidade constrói-se em referência aos outros, tendo por base critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, sendo feita em negociação com os outros. (Pollak, 1992, p. 204)

O conceito de memória relaciona-se com a capacidade “de reter e/ou readquirir ideias, imagens, expressões e conhecimentos adquiridos anteriormente reportando-se as lembranças e reminiscências.” (Amorim, 2012, p. 107) Através dela conseguimos lembrar o passado, fazer o registo do presente que será guardado, podendo mais tarde

ser lembrado. Contudo, a memória é seletiva, nem tudo fica guardado. (Pollak, 1992, p. 203)

Vários têm sido os teóricos que se têm debruçado sobre questões relacionadas com a memória. À semelhança do que acontece com a identidade, procura-se perceber se a sua construção é feita de modo individual ou coletivo, sendo que as opiniões se dividem quanto a esta questão. Neste sentido, podemos identificar dois tipos de memória: individual e coletiva. Maurice Halbwachs, assim como Michael Pollak, têm perspetivas muito semelhantes no que concerne à construção da memória, considerando que é feita de modo coletivo. Autores como Henri Bergson e Joel Candau compreendem a construção da memória numa perspetiva individual. A memória enquanto fenómeno na perspetiva individual prende-se a lembranças e acontecimentos vivenciados ao nível pessoal. Em contrapartida, a memória coletiva relaciona-se com acontecimentos, vivenciados pelo grupo ou coletividade nos quais o indivíduo se insere.

Para Maurice Halbwachs, os dois tipos de memória interrelacionam-se: a memória individual não está totalmente isolada e fechada, pois:

Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as idéias, que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio. (Halbwachs, 1990, p. 54)

Michael Pollak considera que a memória é constituída por vários elementos: acontecimentos vividos de forma pessoal e vividos por tabela³, que são aqueles que são vividos pelo grupo/coletividade à qual a pessoa sente que pertence. (Pollak, 1992, p. 201)

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos

³ Expressão utilizada por Michael Pollak, referindo-se a “acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não.” (Pollak, 1992, p. 201)

conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc.” (Pollak, 1989, p. 9)

Para além destes, a memória é constituída por pessoas, personagens e lugares da memória. (Pollak, 1992, pp. 201-202) Entende-se por lugares da memória aqueles que se encontram ligados a uma lembrança pessoal, ou que não se apoia no tempo cronológico. (Pollak, 1992, p. 202) Para Halbwachs, o tempo e o espaço também sustentam a memória, sendo “localizadores” das lembranças. (cit. por (Souza, 2014, p. 100) Pierre Nora fala-nos, também, de lugares de memória, considerando que é uma necessidade moderna encontrar lugares para se depositarem memórias, “impor a certos espaços ou objetos a tarefa de capturar a memória e deixá-la ali encerrada para a qualquer momento ser despertada pelo homem.” (Pierre Nora cit. por (Souza, 2014, p. 100) Estes locais acabam por permitir ao ser humano ligar-se ao seu passado.

Bergson e Candau são dois dos teóricos que compreendem a memória numa perspetiva individual,

considerando os fenômenos da memória com relação ao indivíduo e a suas recordações, pautando-se pelas representações que cada um faz do passado, ainda que elementos externos (os marcos sociais) sejam evocados para a construção das memórias do sujeito. (Souza, 2014, p. 104)

A questão que se coloca, agora, é que relação existe entre identidade e memória? Já sabemos que a memória é uma constituinte da identidade, mas torna-se pertinente analisar com maior profundidade os contornos desta relação. Joel Candau refere que a “memória é a identidade em ação” (cit. (Souza, 2014, p. 110). A identidade ou a identificação são compreendidas como um processo no plano discursivo e das interações sociais e culturais. (Souza, 2014, p. 97) Torna-se, portanto, necessário recorrer à memória para se proceder à construção discursiva da identidade, ou seja, “é preciso resolver o passado para narrar-se, para construir uma identidade, para construir-se como sujeito diante do outro e posicionar-se dentro do grupo.” (Souza, 2014, p. 98) Quando existe a necessidade de trazer a identidade para o discurso, a memória torna-

se essencial, pois é ela que permite que o sujeito faça a narração de si. (Souza, 2014, p. 98) A memória permite a atuação do presente através das lembranças. (Souza, 2014, p. 104) Independentemente de ser vista numa perspectiva individual ou coletiva, a memória pode ser uma fonte de referentes identitários, bem como um instrumento que possibilita ao sujeito recuperar imagens do passado que lhe permitem firmar uma nova posição identitária. (Souza, 2014, p. 104) A memória e a identidade são fenômenos imbricados e amalgamados que, segundo Joel Candau,

se entrecruzam indissociáveis, se reforçam mutuamente desde o momento de sua emergência até o momento de sua dissolução. Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente. (Joel Candau cit. por (Souza, 2014, p. 110)

A memória ganha forma ao ser narrada. A narração memorial ocorre perante uma tensão, conflito ou incerteza relacionados com a identificação. (Souza, 2014, p. 110) Quando a identidade é colocada em dúvida é à memória que se recorre e à narrativa memorial, procurando-se construir ou (re) ou afirmar uma determinada identidade. (Souza, 2014, p. 110)

É perante um mundo globalizado, marcado pela existência de várias identidades onde o indivíduo acaba por ter dificuldades em identificar-se, que trabalhar a História Local (identidades locais) poderá auxiliar os alunos na construção da sua identidade. Para além disso, num mundo globalizado, as identidades locais tendem a sair fragilizadas sendo importante trabalhar no sentido da sua preservação. A memória acaba por estar relacionada com a identidade, pois é ela que permite ao indivíduo recuperar as suas raízes e auxiliá-lo na narração da sua identidade.

1.1.1. Identidade açoriana

Partindo da premissa de que é necessário preservar as identidades locais, decidimos fazer uma breve abordagem à questão da identidade açoriana cujos contornos

têm sido amplamente discutidos. À identidade açoriana surge associado o termo açorianidade. Este termo foi conceptualizado por Vitorino Nemésio⁴, o primeiro a utilizá-lo para se referir à identidade do povo açoriano. O termo açorianidade foi utilizado pela primeira vez em 1932, num artigo publicado na Revista *Insula*, com o título “Açorianidade” onde se abordava as vivências nas ilhas.⁵ Este artigo marcou o início da utilização do vocábulo, bem como do conceito. (Bettencourt, 2016, p. 370) O termo “Açorianidade” “exprime [portanto] a condição histórica, geográfica, social e humana do ser açoriano”.⁶ Nos textos de Nemésio a questão geográfica é mencionada como algo que influencia o ser humano, o seu comportamento, bem como a forma como compreende o mundo e se relaciona com este (Bettencourt, 2016, p. 371)

O termo açorianidade foi sendo utilizado com outros fins e associado a outras questões, como a política. Carlos Amaral defende que terá sido a necessidade de garantir autonomia aos Açores que terá levado à formação de uma identidade específica e diferenciada. (Amaral, 2009, pp. 68-69) Terá sido, portanto, neste contexto que no século XX grandes correntes do pensamento Ocidental (Positivismo e Neodarwinismo) marcaram o pensamento social e político nos Açores. (Amaral, 2009, p. 69) As elites açorianas recorreram a estas matrizes para fixar uma identidade açoriana, que seria um importante alicerce para reivindicação da autonomia açoriana. (Amaral, 2009, p. 69)

O que o termo açorianidade propõe, do ponto de vista social e político, é paralelo ao ponto de partida criado por Charles Darwin na sua teoria sobre a *Origem das Espécies*, ou seja, “o impacto do isolamento, do clima e da geografia para a evolução das espécies.” (Amaral, 2009, p. 69) Luís da Silva e Ribeiro⁷, como outros, utilizaram o paradigma de Darwin e adaptaram à realidade açoriana. (Amaral, 2009, pp. 69-70) Acredita-se que o ambiente físico, ou seja, mar, vulcões, tremores de terra, humidade etc., terão dado aos portugueses uma nova identidade quando chegaram aos Açores, diferente da que tinham. (Amaral, 2009, p. 70) No entanto, Carlos Amaral considera que a influência do ambiente insular na identidade açoriana pode ser algo contraditório, pois se por um

⁴ Poeta, romancista, cronista, académico e intelectual açoriano, nascido na ilha Terceira, no ano de 1901, falecendo em 1978 em Lisboa. Autor da ilustre obra “*Mau tempo no canal*”.

⁵ Fonte: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=566>

⁶ Fonte: *Ibidem*

⁷ Jurista, intelectual, poeta cronista e político açoriano, nascido na ilha Terceira, no ano de 1882, onde faleceu em 1955.

lado poderá surgir a hipótese de os povoadores que vieram para o Arquipélago terem desenvolvido uma nova identidade, por outro, a açorianidade pode ser a essência da portugalidade, e os portugueses que se encontram em território continental terem recebido outras influências, de Espanha e do restante continente europeu e terem mudado. (Amaral, 2009, p. 71) Daniel Oliveira vê a açorianidade

como um conjunto de factores e características constantes e quase inalteráveis que acompanham este processo de construção e transformação, onde não falta igualmente a capacidade de integrar e assimilar novos elementos e identidades na construção de uma nova identidade. (Oliveira D. , 2009, p. 94)

Segundo este autor, existem três pilares sobre os quais assenta a açorianidade: insularidade, natureza e religião. A insularidade implicou o afastamento dos grandes centros de cultura. (Oliveira D. , 2009, p. 94) Apenas os emigrantes ou viajantes tiveram acesso aos movimentos artísticos de vanguarda e trouxeram novos conhecimentos. (Oliveira D. , 2009, pp. 94-95) O isolamento leva ao refúgio nas pequenas coisas, sendo a natureza contemplada.

A natureza constrói e destrói, modelando a nossa paisagem, esculpindo o basalto e pintando-o de verde. Na imensidão do mar e nas nossas paisagens, vivemos este sentimento de prazer e angústia, nesta vontade de transpor os limites do visível e de tentar compreendê-lo na sua totalidade. (Oliveira D. , 2009, p. 95)

O medo sentido pelos açorianos dada as condições naturais das ilhas levaram a que recorressem a algo superior, sendo o povo açoriano fortemente marcado pela religiosidade, visível nas grandes manifestações religiosas, das quais são exemplo as festas em honra do Senhor Santo Cristo dos Milagres, as Romarias e as festas em honra do Divino Espírito Santo. Segundo Berta Miúdo, o termo açorianidade pode ser explicado em três sentidos: pertença, desejo e preocupação que por sua vez são explicados mediante três símbolos: mar, terra e fogo, respetivamente. (Miúdo, 2009, p. 203) Ao nível da pertença, sentido base, estrutural, relaciona-se com a dimensão humana que se prende com a afetividade

e encontra no mar (água), no viver com e sobre o mar, a sua expressão simbólica mais vincada. A açorianidade como desejo é o sentido axial, construtivo, que congrega a dimensão humana da vontade, fazendo da ilha (terra) um símbolo de conquista permanente. Finalmente, a açorianidade como preocupação é o sentido último porque, brotando da dimensão humana da razão, reconhece a natureza vulcânica (fogo) em que está assente. (Miúdo, 2009, p. 203)

O sentido de pertença da açorianidade tem grande destaque ao nível artístico, mas sobretudo na literatura. (Miúdo, 2009, p. 203) Este sentido reflete-se ao nível da identitário não só individual como comunitário, momento de encontro consigo e com o outro. (Miúdo, 2009, pp. 203-204)

Queremos deixar um breve testemunho quanto ao que foi dito, no que se refere à questão da identidade açoriana. É interessante perceber como as condições naturais às quais as ilhas estão expostas moldam os comportamentos dos seres humanos e nós somos testemunho disso. Existe um forte sentimento de pertença quando, por exemplo, olhamos o nosso mar e o sentimos. Olhamo-lo de uma forma especial não conseguindo identificá-lo, mesmo que seja o mesmo, em outro local distante das nossas ilhas. O isolamento que nos é imposto por esta condição na qual vivemos, a condição de ilha, faz com que talvez e, indo ao encontro do que é apontado por Daniel Oliveira, damos importância a coisas simples, como a natureza. À semelhança do mar, não conseguimos identificar o verde da nossa ilha, nem o cheiro da nossa terra em outro espaço qualquer. A religiosidade está profundamente enraizada na nossa identidade, o medo dos fenómenos tenebrosos que assolaram/assolam as ilhas, bem como a presença do clero desde os inícios do povoamento levaram a que tal acontecesse. Desde a nossa infância que recordamos vivenciar as grandes manifestações religiosas que decorrem nas nossas ilhas. Os traços da nossa identidade acabam por ser visíveis nas várias manifestações artísticas, na música, quantas vezes não se canta ao mar, a natureza, as ilhas de bruma? Muitas vezes.

Queremos também fazer alusão ao sentido de pertença e a identidade que transcende as barreiras físicas do Arquipélago. Os emigrantes açorianos partem das ilhas, mas carregam consigo a sua identidade e o sentido de pertença. Através da pintura de um

dos mais importantes pintores açorianos, micaelense, Domingos Rebelo, na sua obra intitulada “Os emigrantes”, de 1926, podemos observar exatamente isto. Nesta obra está em destaque a despedida dos emigrantes no antigo porto da cidade de Ponta Delgada. Junto aos dois emigrantes que se encontram sentados podemos ver uma viola da terra ou viola de dois corações, como muitas vezes é designada, e um quadro do Senhor Santo Cristo dos Milagres. Estes são dois grandes exemplos de elementos que fazem parte da identidade açoriana e que acompanham os emigrantes. Hoje, as grandes festas religiosas açorianas são vivenciadas pelas comunidades açorianas em muitos dos destinos para onde partiram, e o emigrante açoriano regressa sempre para, na época das celebrações religiosas, viver a fé de perto, porque, perto, o sentimento é sempre diferente, longe paira a nostalgia quando se vê aquilo que sempre esteve enraizado nas nossas vivências.

FIGURA 1 – *Os Emigrantes*, 1926



Fonte: <http://museucarlosmachado.azores.gov.pt/osemigrantes>

1.2. História Local

Neste subcapítulo focamo-nos no tema da História local. Neste sentido, procuraremos tecer algumas considerações sobre o conceito de História Local, bem como de que forma foi surgindo o interesse pelo estudo desta temática. Para além disso, procuramos explorar possíveis semelhanças entre os conceitos de História Local e História Regional. Pretendemos, ainda, fazer uma revisitação aos *Programas de História* do 3.º ciclo do Ensino Básico, às *Aprendizagens Essenciais de História* do mesmo ciclo e, por fim, às *Orientações Curriculares de História, Geografia e Cultura dos Açores* do 3.º ciclo, no sentido de compreender de que forma estes documentos fazem alusão a este tema. De seguida, exploraremos as potencialidades da História Local no ensino da História, finalizando, este subcapítulo, com a apresentação dos locais visitados com os nossos alunos e o contexto em que foram realizadas tais visitas.

1.2.1. Breves considerações sobre a História Local

Definir História Local pode ser difícil, pois, segundo Raphael Samuel, é difícil conceber “a idéia do local como uma entidade distinta e separada, que pode ser estudada como um conjunto cultural.” (Samuel, setembro de 1989/ fevereiro de 1990, p. 227)

Raphael Samuel considera que:

A localidade é vista como um fenómeno único, com sua própria periodização e leis de crescimento: um organismo vivo com seu próprio ciclo de vida, que pode ser estudado continuamente por longos períodos de tempo, tanto em termos de estrutura ocupacional como de peculiaridades topográficas. (Samuel, setembro de 1989/ fevereiro de 1990, pp. 227-228)

O local é um espaço de “sociabilidade” e “interação” entre pessoas que partilham problemas, cuja resolução está ligada às suas ações. (Fagundes, 2006, p. 87) José Fagundes considera que o local:

é o espaço tomado a princípio como uma abrangência geograficamente restrita, em cujos laços sociais e de parentescos de seus moradores ainda se mantêm vínculos

comunitários e uma existência de sociabilidade direta entre eles. (Fagundes, 2006, p. 87)

A História Local é vista como um novo método de abordagem histórica que procura dar a conhecer as especificidades do lugar, mas também as ligações com a realidade de outros lugares. (Fagundes, 2006, p. 93) Segundo Raphael Samuel, ela “requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma idéia muito mais imediata do passado.” (Samuel, setembro de 1989/ fevereiro de 1990, p. 220) As especificidades da História Local, que passam, por exemplo, pelos tipos de fontes que são utilizadas, requerem ferramentas teórico-metodológicas próprias. (Fagundes, 2006, p. 94)

O despertar do interesse para este tema, em Portugal, ocorreu “em diversas ocasiões e diferentes contextos ao longo dos tempos.” (Nunes, 1996, p. 71) Segundo Graça Nunes, para encontrarmos os primórdios do interesse pelo estudo local, temos de recuar até 1720, à criação da Academia Real da História. (Nunes, 1996, p. 71) Com ela vemos surgir as tentativas de valorização de estudos sobre a História Local com um inquérito desenvolvido pelo académico Manuel Caetano de Sousa, que se relacionava com a história eclesiástica e dirigia-se aos arcebispados, bispados, câmaras e provedorias de comarca, no sentido de se proceder à recolha de notícias extraídas de cartórios e arquivos. (Nunes, 1996, p. 71) O *Systema de História*, criado pelo Conde da Ericeira e pelo Padre Manuel Caetano de Sousa deu, também, importância aos *documentos da vida local*. (Nunes, 1996, p. 71) A partir de 1790 publicaram-se livros inéditos da História de Portugal, foros antigos de concelhos dos quais são exemplos Santarém, Torres Novas, Guarda, Beja, entre outros. (Nunes, 1996, p. 71) As *Memórias Paroquiais* foram, de igual modo, importantes para o estudo local, tendo sido organizadas pelo Padre Luís Cardoso, num dicionário, resultando de um inquérito realizado aos párocos após o grande terremoto que abalou a cidade de Lisboa. (Nunes, 1996, p. 71) Alexandre Herculano foi o grande defensor do estudo desta temática, defensor do municipalismo. (Nunes, 1996, p. 72) Publicou a basilar obra *Portugaliae Monumenta Historica*, considerando que as monografias locais tinham um contributo precioso para a história do país. (Nunes, 1996, p. 72) Contribuiu, ainda, em prol da História Local e Regional com a publicação de uma

portaria em 1847 onde recomendava às Câmaras do Município que coordenassem e organizassem a sua história mediante a publicação e recolha nos Anais do Município de todos os factos sociais relevantes que decorressem nos concelhos. (Nunes, 1996, p. 72) Nos últimos tempos tem-se verificado um maior interesse pela História Local, integrando planos de estudos de alguns cursos nas universidades portuguesas. A importância desta temática no mundo académico deu-se a partir de 1980, onde começaram a sistematizar-se trabalhos sobre este tema. (Silva, 2013, p. 3) Segundo Conceição Pereira:

Num cômputo geral, pode dizer-se que entre os anos de 1970 e 1990 os estudos históricos de âmbito local estiveram bem presentes nas universidades portuguesas, realizando muitos dos seus mestres as respetivas teses doutorais nesse domínio. (Pereira cit. por (Araújo, 2017, p. 28)

O estudo da História Local foi, muitas vezes, desvalorizado por existir a ideia de que era realizado por curiosos, sem formação universitária ou até com formação universitária, mas não sendo esta específica, (Silva F. R., 1999, p. 384) ao que acresce o facto de as fontes utilizadas, por vezes, não serem muito valorizadas. Segundo Marc Ferro, desde a Antiguidade que os Gregos definiram a História como uma análise dos fenómenos gerais, excluindo os relatos e os acontecimentos locais, considerando-o parciais. (M. Ferro cit. por (Fagundes, 2006, p. 91) Para Marc Ferro, a história geral elimina vários aspetos da vida das sociedades, nomeadamente os acontecimentos locais. (M. Ferro cit. por (Fagundes, 2006, p. 91)

Com o surgimento de uma nova conceção historiográfica a partir de 1929, *Nova História*, assiste-se a uma maior diversidade no que concerne ao conceito de fonte histórica, surgindo, também, um novo olhar sobre objetos de estudo que até então não tinham tido muita visibilidade e que passaram a ter, nomeadamente a História Local e Regional. (Silva L. C., 2013, pp. 3-4)

António Pedro Manique e Maria Cândida Proença consideram que tal renovação historiográfica das últimas décadas levou a que se inclinasse:

para uma abordagem social que procura reconstituir as condições de vida dos diversos grupos num determinado período histórico, analisando os aspectos de produção material, estruturação social ou de mentalidades; para uma abordagem demográfica

que privilegia a história da família; para uma nova história política interessada no papel das elites locais na distribuição do poder (Manique & Proença cit. por (Fagundes, 2006, p. 142)

Estas abordagens, segundo estes autores, foram possíveis graças à consulta de fontes até então pouco utilizadas, tais como arquivos locais (municipais, paroquiais, fiscais e dos cartórios). (Manique & Proença cit. por (Fagundes, 2006, p. 142)

Com a renovação historiográfica, assistimos ao surgimento de outras questões que se prendem com aspetos metodológicos a ter em conta na prática de estudos desta tipologia. (Araújo, 2017, p. 24) Marc Bloch considera ser importante que se tenha em atenção as divisões, bem como os recortes regionais. (Marc Bloch cit. por (Araújo, 2017, p. 24) Para além disso, Bloch fala-nos da aparente confusão existente entre os conceitos de História Local e História Regional. (Marc Bloch cit. por (Araújo, 2017, p. 25) Alguns autores consideram que existem diferenças entre estes. Quando se fala em História Regional falamos em uma região específica. Durante muito tempo o conceito Regional foi apenas associado à Geografia Física. (Caimi, 2010, p. 61) A região era delimitada tendo por base as “suas características naturais e/ou pela sua ingerência político-administrativa.” (Caimi, 2010, p. 61) No entanto, segundo Cassiano C. Amorim, o conceito sofreu alteração e, a partir da década de 1970, perante o advento das geografias crítica, humanista e cultural, flexibilizou-se a noção de fronteira regional ao ter-se em conta não só aspetos de ordem natural e jurídico-administrativa, mas outros de ordem económica, social, cultural, entre outros. (Cassiano C. Amorim cit. por (Caimi, 2010, p. 62) Segundo José Barros:

[...] o interesse central do historiador regional é estudar especificamente este espaço, ou as relações sociais que se estabelecem dentro desse espaço, mesmo que eventualmente pretenda compará-lo com outros espaços similares [...]. (Barros cit. por (Araújo, 2017, p. 25)

Relativamente ao conceito de local, Durval Júnior considera-o “vago” e “arbitrário”, na medida em que qualquer recorte espacial é um local, sendo importante que o historiador “se pergunte quem está definindo o que é o local e a partir de que critérios ele está sendo definido e delimitado” (Júnior D. M., 2015, p. 51) Este autor considera

que todos os estudos são locais, sugerindo que “se tome o Brasil ou a América do Sul como sendo o recorte espacial a ser estudado, eles podem ser definidos como local quando comparados com todo o restante do mundo.” (Júnior D. M., 2015, p. 59) O historiador, ao utilizar local ou Regional, será “sempre uma questão de escala e de comparação com um todo maior que o define e delimita”. (Júnior D. M., 2015, p. 59)

Os conceitos não significam exatamente o mesmo, a distinção entre ambos prende-se, sobretudo, com o recorte geográfico. (Araújo, 2017, p. 26) No entanto, a realidade é que quando se fala em local ou regional falamos de algo mais próximo, mais reduzido no meio do global. (Araújo, 2017, p. 26)

1.2.2. A História Local no currículo de História do 3.º ciclo do Ensino Básico

O facto de se ter assistido ao desenvolvimento dos estudos da História Local, leva-nos a procurar perceber de que forma é expressa nos documentos normativos vinculados ao ensino da História, em Portugal. Nessa perspetiva, propomo-nos fazer uma análise aos *Programas de História do 3.º ciclo do Ensino Básico*, às *Aprendizagens Essenciais de História* dos 7.º, 8.º e 9.º anos e às *Orientações Curriculares de História, Geografia e Cultura dos Açores do 3.º ciclo*, disciplina que, tal como referimos anteriormente, foi introduzida no currículo da Região Autónoma dos Açores e perspetiva a valorização da História Local, sendo pertinente, neste sentido, fazermos referência à mesma, mas também pelo facto de termos realizado o nosso estágio nos Açores.

No *Programa de História do 3.º ciclo do Ensino Básico*, no ponto 1.2. *Seleção e organização de conteúdos* é referido que o Programa privilegia o estudo da História europeia e da História de Portugal (nacional), sem fazer referência à História Local. Contudo, neste ponto é feita uma leve menção à mesma, ao referir-se que é necessário permitir aos alunos: “a compreensão da realidade mais próxima em que se inserem e em que serão chamados a actuar: a europeia e a nacional.” (*Programa de História do 3.º ciclo do Ensino Básico*, 1991, vol. I, p. 123) Apesar desta menção à realidade próxima dos alunos, acaba-se por remeter-nos para uma intervenção europeia e nacional, nunca local.

Ao analisarmos as finalidades do Programa, não é clara a menção à História Local; no entanto, consideramos que esta pode estar implícita em “Contribuir para a compreensão da pluralidade de modos de vida, sensibilidades e valores em diferentes tempos e espaços” (*Programa de História do 3.º ciclo do Ensino Básico*, 1991, vol. I, p. 125) e

[p]romover a formação da consciência cívica numa perspectiva que corresponda ao desenvolvimento de atitudes de tolerância e de respeito pelos valores democráticos e se traduza numa intervenção responsável na vida colectiva. (*Programa de História do 3.º ciclo do Ensino Básico*, 1991, vol. I, p. 125)

No que respeita à primeira finalidade, consideramos que esta poderá estar a referir-se de forma implícita ao local, pois são referidos “espaços” dando abertura para que se inclua o mesmo. Relativamente à segunda finalidade consideramos que o local pode estar implícito na medida em que a dimensão de coletividade do indivíduo se relaciona também com a comunidade local onde se insere.

No que diz respeito aos objetivos já é mais clara a referência à História Local, e podemos ver isso no *Domínio das atitudes/valores*, no ponto 2, que se refere ao desenvolvimento de atitudes de sociabilidade e de solidariedade, sendo referido na alínea 2.4 o seguinte: “Interessar-se pela construção da consciência europeia, valorizando a identidade cultural da sua região e do seu país” (*Programa de História do 3.º ciclo do Ensino Básico*, 1991, vol. I, p. 127)

No que diz respeito à *Orientação Metodológica* definida pelo Programa é reforçada a importância do meio: “privilegiar o meio (paisagem, comunidade social, património cultural) como recurso didáctico, em ordem a contribuir para a compreensão da realidade local e regional.” (*Programa de História do 3.º ciclo do Ensino Básico*, 1991, vol. I, p. 141). Para além disso, nas técnicas e processos didáticos é realçada a importância das visitas de estudo, uma vez que “não só possibilitam a articulação dinâmica entre o passado e o presente, como permitem o contacto directo dos alunos com as fontes históricas.” (*Programa de História do 3.º ciclo do Ensino Básico*, 1991, vol. I, p. 143). No nosso estudo, decidimos também privilegiar a visita de estudo para que os alunos pudessem conhecer a História Local e a seleção deste recurso didáctico parece-nos que está a ela associado.

Ao olharmos para os conteúdos do *Programa* conseguimos perceber que em alguns é feita ligação à História Local.

Relativamente ao Programa do 7.º ano um dos conteúdos em que se remete para a História Local é o 2.2. *O mundo romano no apogeu do Império*, onde nas *Estratégias/Actividades* propõe que seja dada:

uma especial atenção aos vestígios da presença romana na Península e em Portugal, particularmente na região em que a Escola se insere, sendo de encorajar a troca de materiais (fotografias, relatos de visitas de trabalho) com escolas de outras regiões e eventualmente de outros países (*Programa de História do 3.º ciclo do Ensino Básico*, 1991, vol. II, p. 23)

Volta, ainda no Programa do 7.º ano, a ser dada importância à mesma, aquando da abordagem do conteúdo 3.4. *A Península Ibérica: dois mundos em presença* onde nas *Estratégias/Actividades*, se propõe: “o recurso, sempre que possível, a episódios relacionados com a região onde a escola se insere, a propósito quer da Reconquista quer dos contactos pacíficos entre as duas comunidades” (*Programa de História do 3.º ciclo do Ensino Básico*, 1991, vol. II, p. 30) No conteúdo 4.1. *Desenvolvimento económico, relações sociais e poder político nos séculos XII a XIV*, nas *Estratégias/Actividades* é referido que o professor deve fazer menção à História Regional e Local, de forma adequada. (*Programa de História do 3.º ciclo do Ensino Básico*, 1991, vol. II, p. 32). É ainda sugerida como estratégia a organização por parte dos alunos de dossiers e exposições a serem realizadas na escola relacionadas com a história local: “núcleos urbanos medievais, funcionamento do poder municipal no passado e no presente, feiras e mercados, etc.” (*Programa de História do 3.º ciclo do Ensino Básico*, 1991, vol. II, p. 32) Outra opção poderá ser a “correspondência com alunos de escolas de outras regiões, eventualmente de outros países, sobre as actividades, no âmbito da história local e regional, que forem sendo desenvolvidas”. (*Programa de História do 3.º ciclo do Ensino Básico*, 1991, vol. II, p. 32). No conteúdo 4.2. *A cultura portuguesa face aos modelos europeus*, também favorece a História Local e tal é visível nas *Estratégias/Actividades* sugerindo-se:

a recolha pelos alunos de elementos da tradição popular, local e regional – romanceiro, adagiário, festividades – o que poderá permitir a sensibilização para o tempo

longo e para o carácter sincrético da cultura popular (*Programa de História do 3.º ciclo do Ensino Básico*, 1991, vol. II, p. 34)

Esta sugestão de estratégia parece-nos ser bastante interessante favorecendo-se, portanto, a História Local e o Património que a ela está associado, quer seja na sua dimensão material, como imaterial, mas desenvolveremos esta questão no próximo sub-capítulo.

Relativamente ao *Programa do 8.º ano*, no conteúdo 6.2. *Absolutismo e mercantilismo numa sociedade de ordens*, encontramos o seguinte: “a recolha pelos alunos de elementos da história local referentes às transformações económicas que ocorreram na época”. (*Programa de História do 3.º ciclo do Ensino Básico*, 1991, vol. II p. 48) No conteúdo 7.2. *O triunfo das revoluções liberais*, voltamos a encontrar a menção à História Local nas *Estratégias/Actividades* “a recolha de testemunhos da tradição popular e da toponímia sobre as invasões francesas e a guerra civil em Portugal” (*Programa de História do 3.º ciclo do Ensino Básico*, 1991, vol. II, p. 54) podendo remeter-se para o local. Para finalizar, no conteúdo 8.2. *Os países de difícil industrialização: o caso português* também é feita referência a esta temática, propondo-se:

a pesquisa, na região em que a escola se insere, de vestígios materiais ou a recolha de testemunhos orais sobre a utilização da máquina a vapor, a criação ou modernização de fábricas, a construção de pontes e de linhas de caminho-de-ferro (*Programa de História do 3.º ciclo do Ensino Básico*, 1991, vol. II, p. 58)

Relativamente a este conteúdo encontramos nova referência à História Local:

a pesquisa pelos alunos, na comunidade em que vivem, de vestígios relacionados com a emigração para o Brasil, nomeadamente no folclore, no património construído, em representações fotográficas ou na memória dos mais velhos, com posterior exploração na sala de aula (*Programa de História do 3.º ciclo do Ensino Básico*, 1991, vol. II, p. 58)

Para finalizar, no que concerne ao *Programa do 9.º ano*, tal como acontece com o do 8.º ano, apenas são feitas breves referências a esta temática. No conteúdo 9.3. *Portugal: da 1.ª República à ditadura militar*, propõe-se que seja feita “pesquisa pelos alunos de topónimos evocativos de figuras e factos da 1.ª República, na localidade onde a escola se situa ou na cidade mais próxima.” (*Programa de História do 3.º ciclo do Ensino Básico*, 1991, vol. II, p. 67). No conteúdo 10.2. *Entre a Ditadura e a Democracia*, surge uma proposta que nos leva à dimensão do local, pois propõe-se a “recolha pelos alunos, entre os familiares mais velhos, de testemunhos orais sobre o salazarismo e as suas instituições (Mocidade e Legião Portuguesa, polícia política, etc.)”. (*Programa de História do 3.º ciclo do Ensino Básico*, 1991, vol. II, p. 72). No conteúdo 11.3. *Portugal: do autoritarismo à Democracia* volta a surgir nas *Estratégias/Actividades* duas menções à História Local:

a recolha pelos alunos de informações, quer em publicações quer junto dos familiares mais velhos, sobre o período em estudo, com vista à organização de um debate acerca de temas como o problema das liberdades, o desenvolvimento económico ou a guerra colonial [...] a recolha pelos alunos de informações sobre o poder autárquico na freguesia ou no concelho em que habitam, assistindo, se possível, a uma sessão da Assembleia de Freguesia ou da Assembleia Municipal”. (*Programa de História do 3.º ciclo do Ensino Básico*, 1991, vol. II, p. 79)

No que se refere às *Aprendizagens Essenciais de História* do 7.º, 8.º e 9.º anos é colocado em evidência um conjunto de competências específicas da História, transversais a todo o 3.º ciclo e que devem ser trabalhadas com os alunos. Na sua essência está patente a ideia de que se deve ligar os conteúdos programáticos à História Local como se pode comprovar: “Relacionar, sempre que possível, as aprendizagens com a História regional e local, valorizando o património histórico e cultural existente na região/local onde habita/estuda”. (*Aprendizagens Essenciais de História do 7.º, 8.º e 9.º ano*, 2018, p. 3)

A disciplina de *História, Geografia e Cultura dos Açores* (HGCA) surge de acordo com o *Decreto Legislativo Regional n.º 16/2019/A* de 23 de julho, que “[e]stabelece os Princípios Orientadores da Organização e da Gestão Curricular da Educação Básica para

o Sistema Educativo Regional” (*Decreto Legislativo Regional n.º 16/2019/A* de 23 de julho, p. 32), como disciplina, de oferta e de frequência obrigatória, no 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico. (*Decreto Legislativo Regional n.º 16/2019/A* de 23 de julho, art.º 9, ponto 8, p. 37) Há a referir que os conteúdos de história, geografia e cultura dos Açores desde há uns anos para cá já vinham a ser lecionados, mas no âmbito da disciplina de Cidadania apenas do 5.º e 8.º anos, tal como refere o atual Secretário Regional da Educação e Cultura, Avelino de Freitas de Meneses.⁸ Este documento vai ao encontro da autonomia e flexibilidade curricular que tem vindo a ser viabilizada no contexto nacional e no quadro Regional.

Esta disciplina surge, de acordo com atual Secretário Regional da Educação e Cultura, no sentido daquela que é a aposta da reforma curricular, ou seja, “conservação de referenciais regionais e locais, tendo em vista a perpetuação de uma identidade”.⁹ Nesta perspetiva, esta disciplina procura valorizar, efetivamente, a História Local. Segundo o documento intitulado *Orientações Curriculares – História, Geografia e Cultura dos Açores – 3.º ciclo*, a disciplina assenta na inter-relação e integração de várias perspetivas disciplinares, tendo em vista a construção, de forma fundamentada, de saberes relacionados como Arquipélago dos Açores. (*Orientações curriculares – História, Geografia e Cultura dos Açores – 3.º ciclo*, 2017, p. 3)

No mesmo documento, são indicados os objetivos gerais desta disciplina:

Aprofundar conhecimentos sobre a história, a geografia e a cultura açorianas [;] – Problematizar a realidade insular atual, numa perspetiva integradora das múltiplas dimensões disciplinares do conhecimento científico [;] – Analisar as questões da história, geografia e cultura dos Açores, considerando os desafios colocados pela contemporaneidade. (*Orientações curriculares – História, Geografia e Cultura dos Açores – 3.º ciclo*, 2017, p. 6.)

⁸ *Alunos dos Açores vão aprender história, geografia e cultura da região*. In *Jornal Público*, 8 de setembro de 2019. <https://www.publico.pt/2019/09/08/sociedade/noticia/alunos-aco-res-va-o-aprender-historia-geografia-cultura-regiao-1885914>

⁹ *Ibidem*.

Neste documento encontramos o programa desta disciplina que apresenta um conjunto imenso de conteúdos, que seguem a linha cronológica da História do Arquipélago dos Açores. Encontra-se, portanto, dividida em duas partes: *A história dos Açores e As dinâmicas atuais nos Açores*. Estas são compostas por seis grandes títulos. A 1.ª parte engloba os seguintes títulos: **1. A descoberta, o povoamento e a administração dos Açores**; **2. A relevância geoestratégica dos Açores**; **3. Os Açores na contemporaneidade: política e administração**. A 2.ª parte integra os seguintes títulos: **4. O património açoriano**; **5. A sedimentação da “Açorianidade”** e, por fim, **6. O futuro dos Açores**.

Tal como o previsto no *Decreto Legislativo Regional n.º 16/2019/A* de 23 de julho, no artigo 9.º, ponto 9, alíneas a) e b) esta disciplina pode ser trabalhada em duas modalidades:

- a) A abordagem transdisciplinar, no âmbito de diferentes disciplinas da matriz curricular de base; b) A oferta como disciplina autónoma, com um tempo letivo semanal nunca inferior à unidade temporal definida pela unidade orgânica, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º. (*Decreto Legislativo Regional n.º 16/2019/A*, de 23 de julho de 2019, p. 37-38)

Na Escola onde realizamos o Estágio, esta disciplina é trabalhada numa perspetiva transdisciplinar, no 7.º ano, no 8.º ano funciona como disciplina autónoma, estando sob responsabilidade dos docentes de História e no 9.º ano funciona, também, como disciplina autónoma estando responsáveis pela mesma os docentes de Geografia. Contudo, pode ser trabalhada no âmbito de outras disciplinas sempre que seja pertinente.

1.2.3. As potencialidades da História Local no Ensino da História

Nos dias de hoje, a História Local e as suas potencialidades tendem a ser mais exploradas no âmbito da disciplina de História, e pudemos ver isso, anteriormente, através de algumas estratégias/atividades delineadas pelos programas desta disciplina, assim como nas *Aprendizagens Essenciais*. Efetivamente, parece-nos ser o contexto adequado para ser trabalhada, dada a função social inerente à disciplina de História.

A História, pela sua função social, assume um papel de grande importância na formação do aluno, não devendo ser desvalorizada. José Mattoso reforça a importância da História considerando que “sem a História, porém, não se pode ter a noção de tempo e sociedade.” (Mattoso cit. por (Freitas, 2018, p. 18) Nessa perspectiva, Luís Alves refere que a História permite encontrar pontos de referência que levam à diminuição da angústia e da incerteza do presente, pois o conhecimento do passado pode garantir paz de espírito, uma vez que “transforma o presente no seu espaço de experiência e concebe o futuro como um horizonte de expectativa.” (Alves, 2009, p. 21) Para além disso, segundo este autor, a História permite-nos conhecer as origens, genealogias, ligações, as persistências, ela legitima as boas causas e demonstra aquilo que foram as más experiências, ela dá-nos “um conhecimento mais realista e racional do presente pela compreensão das raízes do passado.” (Alves, 2009, p. 21) A compreensão da nossa identidade prende-se com o “papel da História na nossa formação.” (Alves, 2009, p. 21) No contexto europeu e internacional, as Conferências Permanentes dos Ministros Europeus da Educação, bem como de algumas organizações internacionais das quais são exemplo a UNESCO ou OCDE, têm reforçado a importância da História na construção na identidade europeia:

[...] No que respeita ao projecto Ensino da História numa nova Europa [...] estão convencidos que pode e deve ter uma importante contribuição para a educação em geral e, em particular, para a educação de uma cidadania democrática permitindo aos jovens: – aprenderem acerca da sua herança histórica, bem como a de outras pessoas e nações; adquirirem e praticarem técnicas fundamentais, tais como a capacidade para tratarem e analisarem de forma crítica diferentes formas de informação e a capacidade de não se deixarem influenciar por informação preconceituosa e por argumentos irracionais; desenvolverem atitudes básicas tais como a honestidade intelectual e rigor, um julgamento independente, uma abertura de espírito, a curiosidade, a coragem civil e a tolerância [...]. (O Ensino da História cit por (Alves, 2009, pp. 19-20)

Inicialmente, defendia-se a ideia de que o passado recente, assim como o espaço próximo, não poderiam ser objeto de estudo da História, porque o passado recente poderia afetar a neutralidade e a objetividade, e o espaço próximo poderia ser algo muito

familiar, comprometendo, deste modo, uma análise imparcial. (Caimi, 2010, p. 59) Esta ideia tem vindo a ser colocada de parte, uma vez que os historiadores, investigadores ligados à área do ensino e professores, têm perspetivado uma História diferente,

uma história cujo papel consiste em orientar os sujeitos a pensarem historicamente, a constituírem uma consciência histórica, a reconhecerem as diferentes experiências históricas das sociedades e, a partir desse entendimento, compreender as situações reais da sua vida cotidiana e do seu tempo. (Caimi, 2010, p. 60)

A renovação historiográfica favoreceu a redefinição dos princípios e finalidades da História, tendo existido lugar para a discussão sobre os processos de ensinar e aprender História Local e Regional. (Caimi, 2010, p. 60) Francisco Ferrer y Guàrdia¹⁰ e Celestin Freinet¹¹, entre outros, nos métodos defendidos, demonstram a preocupação de pôr os alunos em contacto com o ambiente que lhes é próximo, através da observação da natureza e dos fenómenos socioculturais. (Caimi, 2010, p. 68) Nessa perspetiva, a História Local viria a tornar-se uma importante estratégia. Esta permite ao aluno compreender a história do local onde vive, levando-o, também, a desenvolver o sentimento de pertença. (Brandão, 2013, p. 18) Segundo Flávia Caimi, nos debates atuais em torno do ensino da História, tem-se reconhecido a possibilidade de se estabelecer ligações positivas entre o estudo da História Local/Regional e os processos de formação de identidades sociais plurais, tendo em vista ultrapassar-se o que, muitas vezes, acontece na sala de aula, ou seja, estudam-se histórias circunscritas a tempos remotos, espaços longínquos e memórias com os quais, grande parte dos alunos não se identifica, não reconhecendo as suas experiências, nem as do grupo ao qual pertence. (Caimi, 2010, p. 60)

O facto de trabalharmos com os alunos a sua localidade, tratando de algo do seu interesse, pode garantir o acréscimo da motivação para os conteúdos programáticos que estão a ser trabalhados. Segundo António Pedro Manique e Maria Cândida Proença:

¹⁰ Nasceu em Barcelona em 1859. Foi um pensador anarquista, pedagogo, tendo criado a Escola Moderna. Faleceu em 1909.

¹¹ Nasceu em França em 1896, falecendo em 1966. Foi um pedagogo anarquista, tendo sido uma importante referência na sua época, no que concerne à pedagogia. As suas propostas chegaram até aos dias de hoje.

Os estudos de história local revelam-se extremamente motivadores para os alunos porque lhes permitem realizar atividades sobre temas que lhes despertam o interesse, pela sua relação com um passado de que ainda reconhecem os mais variados vestígios (Manique & Proença cit. por (Araújo, 2017, p. 45)

José Fagundes afirma que “[a] aproximação afetiva e física com o objeto de estudo pode vir a ser utilizada didaticamente como fator motivador para a produção do conhecimento”. (Fagundes, 2006, p. 144) Pode, efetivamente, ser

mais apelativo apreender a evolução das suas comunidades, conhecer o passado de realidades e espaços próximos e familiares, do que apreender problemáticas nacionais com as quais as afinidades dos adolescentes são remotas. (Pereira, cit. por (Araújo, 2017, p. 45)

No nosso entender, consideramos que tal pode acontecer, pois o fator proximidade pode, efetivamente, despertar nos alunos um maior interesse pelos conteúdos programáticos.

Consideremos um caso específico da nossa experiência: ao realizarmos a visita de estudo com os alunos ao Museu Hebraico – Sahar Hassaiman – Portas do Céu – Sinagoga de Ponta Delgada, na aula que se seguiu em que trabalhamos o Cristianismo decidimos fazer uma comparação entre as duas religiões. Para além de termos verificado que os alunos tinham aprendido com a visita, estavam motivados, algo visível através das suas participações. Para Juliana Freitas, a localidade “pode constituir um exemplo mais próximo do “nosso passado”, e tem igualmente influência na motivação para o exercício da Cidadania”. (Freitas, 2018, p. 19)

A História Local permite, portanto, aos alunos articular o passado e o presente nos vários espaços por estes frequentados e situa-os nas problemáticas da atualidade. (Júnior & Guillen, 2016, p. 7) Ao relacionar os acontecimentos do passado e o quotidiano destes, os alunos poderão desenvolver o seu espírito crítico. (Assis, Bellé, & Bosco, 2013, p. 4) António Pedro Manique e Maria Cândida Proença, consideram que o estudo da

História Local permite que os alunos desenvolvam capacidades de análise crítica do meio escolar e social, indo mais longe considerando que tal estudo poderá ter um papel de:

facilitar a estruturação do pensamento histórico e de lhes fornecer um quadro de referências que os ajude a tomar consciência do lugar que ocupam no processo de evolução espaço-temporal das comunidades local e nacional (Manique & Proença cit. por (Caimi, 2010, p. 69).

Ao trabalhar a História Local, os alunos compreendem que a realidade histórica do local onde vivem não se encontra isolada do mundo, sendo parte do processo histórico desse. (Assis, Bellé, & Bosco, 2013, pp. 3-4) “Aprendem a valorizar as múltiplas identidades culturais e sociais [à]s quais estão expostos, respeitando-as.” (Assis, Bellé, & Bosco, 2013, p. 4) Para além disso, permite aos alunos ter contacto com o património histórico da localidade onde vivem e a aprenderem a valorizá-lo.(Brandão, 2013, p. 19) Nessa perspetiva, desenvolve-se a consciência cívica dos alunos, bem como atitudes de Cidadania. Segundo Luís Alves, “Trazer a localidade para dentro da sala de aula é potenciarmos a formação de cidadãos conscientes, é favorecermos a competência histórica é garantirmos uma função social e individual para a História.” (Alves, 2006, p. 65)

Elisabete Assis, Kássia Bellé e Vania Bosco dão-nos uma perspetiva interessante considerando que o facto de: “[a]proximar escola e comunidade na construção do conhecimento da história não apenas é uma excelente fonte de informação, mas também da construção do orgulho de uma comunidade.” (Assis, Bellé, & Bosco, 2013, p. 5)

Através da História Local, os alunos poderão compreender as relações existentes entre a sua região e o mundo, levando-os a analisar os acontecimentos historicamente, concedendo-lhes uma visão crítica sobre os factos das suas vidas, podendo contribuir para que tenham uma mudança de atitude relativamente à sua vida. (Assis, Bellé, & Bosco, 2013, p. 4) É importante que o aluno relacione as problemáticas da sua localidade e compare com as problemáticas de outras, compreendendo a partir daí as relações interpessoais nos diferentes espaços e tempos históricos. (Brandão, 2013, p. 21) Quando o aluno estabelece relações entre o passado e a sua realidade, o ensino da História torna-se mais atraente e significativo. (Prado & Macedo, 2013, p. 1205) Ao trabalhar-se com os alunos a história da sua localidade podemos, segundo Sílvia Araújo “tornar o

ensino da História mais dinâmico, problematizador e pode capacitar os alunos de uma análise mais crítica da sociedade em que vive[m]”. (Araújo, 2017, pp. 44-45)

Conhecer e compreender o espaço social é importante para a formação e afirmação da noção de pertença e identidade. A História auxilia os alunos a construir a sua identidade, “pessoal, nacional e civilizacional, seja nas vertentes de *conhecer, ser, fazer e viver com os outros*” (Alves, 2006, p. 68) Trabalhar com a História Local será, portanto, uma forma de auxiliá-los ainda mais nesta perspectiva de construção. Se, por um lado, o aluno constrói a sua identidade, por outro, o estudo da História Local leva o aluno a construir a sua consciência histórica. Segundo Flávia Caimi, o ensino-aprendizagem da História Local favorece o processo de construção de identidades dos sujeitos e dos grupos aos quais pertence. (Caimi, 2010, p. 69)

Os estudos locais/regionais permitem que se estabeleça formas de resistência relativamente aos processos de padronização e homogeneização culturais que resultam da globalização. (Caimi, 2010, pp. 60-61)

O facto de trabalharmos com os alunos a História Local não significa que nos esqueçamos da história geral. (Assis, Bellé, & Bosco, 2013, p. 8) O objetivo passa por entender que as localidades têm a sua história e que esta também tem de ser transmitida. (Assis, Bellé, & Bosco, 2013, p. 8)

Evidentemente, não se pretende acabar com a construção de uma identidade nacional. Pelo contrário, qualquer projeto de busca pela compreensão da memória nacional tem que considerar as diferenças regionais e locais. Assim, o que se quer é, justamente, destacar as diferenças locais e regionais, mostrando e valorizando não o que é genérico e sim o que é próprio, peculiar de cada local, possibilitando virem à tona os diferentes sujeitos com suas experiências, seus valores, crenças, seu modo de vida, enfim, com sua cultura. (Paim & Picolli, 2007, p. 113)

As novas tecnologias e a facilidade com que, nos dias de hoje, podemos aceder aos documentos/fontes históricas online deve ser rentabilizado para o ensino da História e, conseqüentemente, para a História Local. Existem muitos arquivos, inclusive digitais, que permitem a sua exploração com os alunos, podendo levar ao desenvolvimento das suas capacidades de pesquisa e análise histórica. (Araújo, 2017, p. 46)

A História Local pode ser trabalhada, também, no âmbito da Geografia, Toponímia, Arqueologia, Etnologia, Demografia, Antropologia, Museologia, Sociologia e Paleogeografia. (Araújo, 2017, p. 47) Para além da escola, existem outros espaços que potenciam a História local, como as coletividades culturais e desportivas, autarquias, museus, bibliotecas, arquivos, empresas, paróquias entre outros. (Araújo, 2017, p. 47)

1.2.4. Valorizando a História da ilha de São Miguel

Durante o estágio realizámos duas visitas de estudo com os nossos alunos do 7.º ano, no sentido de valorizar a História Local da ilha de São Miguel, mas, também, o património Regional. Existiu da nossa parte a preocupação de realizá-las no âmbito dos conteúdos programáticos que estavam a ser lecionados ou que seriam lecionados, estabelecendo-se, portanto, uma relação. No entanto, torna-se difícil, na nossa opinião, estabelecer uma ponte entre os conteúdos programáticos e a História Local não só desta ilha como dos Açores em geral, uma vez que a História dos Açores se inicia apenas no século XV e os conteúdos programáticos do 7.º ano, do ponto de vista cronológico, terminam no século XIV.

A primeira visita que realizámos foi à Fábrica de Cerâmica Vieira, que se situa na Lagoa, tendo decorrido no dia 30 de outubro de 2019. Apenas conseguimos realizar esta visita com uma turma, contando com a participação de cerca de 21 alunos, tendo sido o percurso realizado até ao local de autocarro. Ao nível dos conteúdos programáticos, esta visita decorreu no âmbito do Domínio: *Das sociedades recoletoras às primeiras civilizações* e do Subdomínio: *Das sociedades recoletoras às primeiras sociedades produtoras* relacionando-se, mais especificamente, com as novas técnicas e instrumentos que surgem no Neolítico, nomeadamente a cerâmica. Mais tarde, os alunos tiveram de realizar um pequeno trabalho de grupo relacionado com as primeiras civilizações, no âmbito do Subdomínio: *Contributos das primeiras civilizações* e tiveram a possibilidade de relacionar aquilo que viram na Fábrica com as atividades desenvolvidas por estas civilizações, ou seja, cerâmica e olaria.

Com a visita à Fábrica, os alunos tiveram a possibilidade de observar o processo de fabrico das peças, desde os diversos tipos de barro, passando depois pelo processo de moldagem, secadura, vidragem, pintura e, finalmente, a venda.

A Fábrica de Cerâmica Vieira tem uma história de mais de um século. Foi fundada em meados do século XIX tendo-se mantido até à atualidade na posse da mesma Família, indo já na 5.ª geração.¹² É a única fábrica de cerâmica vidrada dos Açores fabricando nas suas instalações toda a louça, num processo artesanal, pois o processo de moldagem é feito com a roda de oleiro e a pintura feita manualmente.¹³ A cor predominante da loiça é o azul, sendo conhecida por “Louça da Lagoa”.¹⁴ São várias as peças produzidas nesta Fábrica, desde objetos domésticos a azulejos de pequenas e grandes dimensões.

A segunda visita de estudo realizou-se ao Museu Hebraico – Sahar Hassaiman – Portas do Céu – Sinagoga de Ponta Delgada, entre os dias 11 e 13 de fevereiro de 2020, com quatro turmas, tendo sido a mesma realizada a pé, uma vez que este se situa perto do centro histórico da cidade de Ponta Delgada e a Escola na qual realizámos o Estágio se situa, também, ainda que com alguma distância, no centro desta Cidade. Inicialmente, pensamos realizar esta visita, no âmbito do Domínio: *Das sociedades recoletoras às primeiras civilizações* e do Subdomínio: *Contributos das primeiras civilizações*, pois, tal como referido anteriormente, os alunos realizaram um trabalho de grupo relacionado com estas civilizações e teriam a possibilidade de conhecer um pouco mais nesta visita sobre a primeira civilização monoteísta, os Hebreus. Contudo, a visita viria a realizar-se no contexto do Domínio: *A herança do Mediterrâneo Antigo* e do Subdomínio: *Origem e difusão do cristianismo*, conseguindo, deste modo, estabelecer pontos de relação entre as duas religiões: o judaísmo e o cristianismo. Foi realizado um exercício, com os alunos, que consistiu na apresentação de aspetos distintos das duas religiões, no qual, para além do conhecimento adquirido na visita, os alunos puderam, também, recordar o que tinham aprendido sobre a civilização hebraica e suas práticas religiosas aquando da realização do trabalho de grupo.

O Museu Hebraico – Sahar Hassaiman – Portas do Céu – Sinagoga de Ponta Delgada foi inaugurado em abril de 2015. A Sinagoga que se encontra no seu interior foi

¹² Folheto informativo da Fábrica de Cerâmica Vieira.

¹³ *Ibidem.*

¹⁴ *Ibidem.*

fundada no ano cristão de 1836.¹⁵ Este espaço tem em vista salvaguardar a memória da comunidade hebraica na cidade de Ponta Delgada.¹⁶ No interior, podemos ver diversos espaços onde se encontram vários objetos relacionados com o culto religioso dos hebreus, mas também com os seus costumes.

¹⁵Informação contida em placa informativa que se situa no interior do Museu.

¹⁶ *Ibidem*.

1.3. Património e Educação Patrimonial

Muitos têm sido os estudiosos que se têm dedicado ao estudo do Património, bem como à sua ligação à Educação. Neste subcapítulo pretendemos clarificar o conceito de Património, procurando, de igual modo, perceber, através de alguns documentos normativos relacionados com a sua preservação, conservação e proteção, de que forma o conceito evoluiu ao longo do tempo. Para além disso, pretendemos dar uma definição de Educação Patrimonial, explorando a importância que esta assume na formação dos alunos. Para finalizar, procuramos perceber de que modo a temática do Património se encontra presente nos documentos normativos da Educação em Portugal, primeiramente, na *Lei de Bases do Sistema Educativo*, passando, depois, pela análise dos *Programas e Aprendizagens Essenciais de História* do 3.º ciclo do Ensino Básico.

1.3.1. Em busca de definições para os conceitos

A palavra Património tem origem latina, deriva de *pater* – pai. (Teixeira, 2008, p. 202) A este conceito associam-se os valores de pertença, quer ao nível pessoal, como local e até mesmo universal. (Pinto, 2011, p. 9) Alessandro de Melo e Poliana Cardozo vão ao encontro desta ideia, considerando que este conceito, para o senso comum, se relaciona com aquilo que se tem na sua “posse”, sendo acumulado na vida, quer seja material ou imaterial, fruto do trabalho. (Melo & Cardozo, 2015, p. 1061) O ser humano, portanto, adquire bens, ao longo de sua vida, que são considerados seu património, sendo estes herdados, pelos seus herdeiros, após a sua morte. (Melo & Cardozo, 2015, p. 1061) Os valores éticos transmitidos de pais para filhos são, de igual modo, considerados património moral. (Melo & Cardozo, 2015, p. 1061) Como refere Helena Pinto, ao conceito de Património associa-se a ideia de “herança paterna”, “bens de família.” (Pinto, 2011, p. 9) Tendo por base estas perspetivas, podemos concluir que o conceito de Património tem várias conceções. Mais recentemente, foi associado à conceção de “bem cultural”, o que levou a que adquirisse outros valores que se ligam às dimensões da cultura, como é o caso da identidade que, segundo Helena Pinto, é “um valor inseparável do património” (Pinto, 2011, p. 9) Para a autora, ao fazer-se a reflexão sobre o Património podemos falar em outras características que sobressaem: a temporalidade,

na medida em que para além de ter uma história, o Património representa vários tempos. (Pinto, 2011, p. 10) Para François Choay, “O monumento tem por finalidade fazer reviver no presente um passado engolido pelo tempo.” (Choay, 2000, p. 22) Nessa perspectiva, o património encontra-se ligado à História e à Memória. (Pinto, 2011, p. 10)

O conceito de Património, como o conhecemos hoje, passou por uma evolução até atingir a sua dimensão atual. Segundo Judite Primo, foi no século XVIII que, na Europa do período iluminista, se inicia a estruturação das ideias que contribuíram para a construção deste conceito, “tendo por base a ideia de «*monumento histórico*» e a institucionalização da conservação material de pinturas, esculturas e objectos de arte antigos.” (Primo, 2007, p. 46) Segundo Glória Solé:

As alterações no entendimento do conceito de “património” e do próprio conceito de “património cultural” relacionam-se com as transformações e modificações a respeito do que se entende por “património” e “cultura” e da inter-relação entre estes dois conceitos, numa perspetiva histórica. (Solé, 2015, p. 56)

Ao longo dos anos foram surgindo vários documentos normativos que procuraram salvaguardar, preservar, conservar e valorizar o Património. Através dos mesmos, consegue-se perceber o quanto o conceito de Património foi evoluindo, tornando-se cada vez mais abrangente pois, se inicialmente apenas os monumentos com maior significado eram considerados Património, hoje engloba não só o património material, como também o imaterial. Um dos documentos onde se pode verificar tal ampliação do conceito é a *Carta de Veneza*, de 1964, que considera que o Património:

engloba a criação arquitectónica isolada bem como o sítio rural ou urbano que testemunhe uma civilização particular, uma evolução significativa ou um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não só às grandes criações [,] mas também às obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural. (*Carta de Veneza* de 1964, Art.º 1)

Em 1972, a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, através da “Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural” definiu Património Cultural e Património Natural, sendo este um dos

documentos mais importantes no que à temática do Património diz respeito, oferecendo uma visão mais ampla do conceito de Património. Em 2003, com a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial incluiu-se a sua dimensão imaterial. De realçar o importante papel que vem sendo assumido pela UNESCO, organização que surgiu após o término da 2.ª Guerra Mundial, em 1945, e que procura garantir a identificação, preservação, conservação e salvaguarda do Património, tendo os documentos supramencionados surgido no contexto já da sua criação.

Remetemo-nos, agora, para a realidade portuguesa, onde as preocupações com a preservação dos testemunhos do passado surgem no período do Renascimento, por ação de algumas individualidades como André de Resende e Francisco D’Holanda, pessoas que contactavam com o estrangeiro e que demonstraram a preocupação em valorizar o património monumental, como documento. (Moreira, 2006, p. 130) No reinado de D. João V, a Academia Real de História assumiu a tarefa de “providenciar” no que concerne à conservação dos monumentos, tendo surgido um enquadramento legal relacionado com a intervenção nesta área, através do alvará de agosto de 1721. (Moreira, 2006, p. 130) O monarca determinou que a Real Academia de História deveria inventariar e conservar monumentos antigos, que se relacionavam com a presença de povos antigos, dos quais são exemplo os Fenícios, Gregos, Persas, Romanos, etc., em Portugal e que ninguém deveria destruir monumentos daqueles períodos. (Moreira, 2006, p. 130) Alexandre Herculano, que teve também um importante papel na defesa da História Local e municipalismo, favoreceu a defesa e salvaguarda do património arquitetónico e artístico português, no século XIX. (Araújo, 2017, p. 50)

Num contexto atual, as preocupações com as questões relacionadas com o Património continuam vivas e tal é perceptível no quadro legislativo português. Neste sentido, torna-se pertinente fazer referência à Lei de Bases do Património Cultural (Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro), que se trata do documento de maior relevo no que a esta matéria diz respeito. No seu artigo 2.º, intitulado *Conceito e âmbito do património cultural*, é posto em evidência o que é compreendido como sendo Património Cultural:

- 1- [...] todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização.
- 2- A língua portuguesa, enquanto fundamento da soberania nacional

[...]. 3- O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade. 4- [...] aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas. 5- [...] quaisquer outros bens que como tal sejam considerados por força de convenções internacionais que vinculem o Estado Português [...]. 6- Integram o património cultural não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também, quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa. [...] 8- A cultura tradicional popular ocupa uma posição de relevo na política do Estado e das Regiões Autónomas sobre a protecção e valorização do património cultural e constitui objecto de legislação própria. (*Lei de Bases do Património Cultural*, 2001, Título I, art.º 2, p. 5808)

Apesar de esta Lei fazer menção ao Património Cultural Imaterial, é o Decreto-Lei n.º 139/2009 de 15 de junho que vem demonstrar de forma clara o que é compreendido como sendo Património Cultural Imaterial:

a) Tradições e expressões orais, incluindo a língua como vector do património cultural imaterial; b) Expressões artísticas e manifestações de carácter performativo; c) Práticas sociais, rituais e eventos festivos; d) Conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e o universo; e) Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais. (*Lei de Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, 2009, Capítulo I, art.º 1, ponto 2, p. 3648)

Tanto na *Lei de Bases do Património Cultural*, como no Decreto-Lei supracitado, existe preocupação com a preservação, a conservação e a protecção do Património Cultural.

Aquilo que se compreende por Património de uma sociedade tem que ver com o que tal sociedade considera que a representa. (Melo & Cardozo, 2015, p. 1062) O património, em todas as suas vertentes, resulta das ações humanas que são legadas às gerações vindouras, podendo ser objetivadas em edifícios ou conjuntos urbanos que têm um

carácter histórico, ou ponto de vista imaterial nas tradições, formas de fazer, construir artefactos, etc.. (Melo & Cardozo, 2015, p. 1063)

Nos dias de hoje, em que os efeitos da globalização levam a que a definição das identidades seja mais difícil, o património poderá ajudar nesta questão, uma vez que se assume como elemento identitário. Esta sua condição leva a que seja importante garantir a preservação e conservação, sendo imperativo sensibilizar as pessoas para que tal aconteça. A *Lei de Bases do Sistema Educativo* português, de entre as suas finalidades, refere que este deve:

Contribuir para a defesa da identidade nacional e para o reforço da fidelidade à matriz histórica de Portugal, através da consciencialização relativamente ao património cultural do povo português, no quadro da tradição universalista europeia e da crescente interdependência e necessária solidariedade entre todos os povos do Mundo (*Lei de Bases do Sistema Educativo*, 1986, Capítulo I, art.º 3, alínea a), p. 2)

Nesta perspetiva, a ligação entre o património e a educação surge como inevitável, como algo de grande importância para a formação dos alunos. Segundo Isabel Barca, a ligação entre estes, nomeadamente ao nível da Educação Histórica, é evidente, reforçando o facto de os currículos escolares, bem como os planos de instituições patrimoniais e as programações ou projetos de agentes educativos demonstrarem tal ligação. (Barca, 2015, p. 64) Na área do ensino e aprendizagem da História o contacto de forma direta com as fontes patrimoniais pode ser um recurso que permite “elaborar/implementar estratégias educativas.” (Pinto, 2011, p. 138)

Mas, o que é afinal a Educação Patrimonial? A expressão Educação Patrimonial surgiu em Inglaterra. (Pereira & Cardoso, 2010, p. 113) Maria Horta, Evelina Grunberg e Adriane Monteiro dão-nos uma definição daquilo que entendem por esta expressão:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a

um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (Horta, Grunberg, & Monteiro, 1999, p. 4)

À semelhança de outras áreas, também a Educação Patrimonial tem as suas linhas orientadoras e objetivos. Maria Pereira e Ana Cardoso referem os seguintes: consciencializar para as questões ligadas ao património; a aquisição de conhecimentos de modo a que se obtenha uma compreensão do património e resolução de problemas a ele associados; desenvolver atitudes que motivem as pessoas a participar na sua preservação e conservação; levar à consolidação da identidade cultural individual e coletiva, garantindo o reforço do sentimento de autoestima, tendo em perspetiva que a cultura de um país é múltipla e plural; incentivar o diálogo entre a comunidade, os meios de comunicação social, a escola e, ainda os órgãos que são responsáveis pelas questões relacionadas com o património, ou seja, identificação, proteção e promoção, levando a que se troquem conhecimentos. (Pereira & Cardoso, 2010, pp. 113-114)

O Património como recurso didático pode ser bastante rico. Segundo Helena Pinto:

Proporcionar aos jovens a experiência única do contacto direto, vivencial, com diferentes tipologias de património e iniciá-los na leitura dos bens patrimoniais, a níveis cada vez mais sofisticados, são práticas educativas com enormes potencialidades. [...] Os objetos, em museus ou sítios históricos, podem tornar-se fontes de educação patrimonial e, nesse sentido, a aprendizagem de História não se realiza somente na sala de aula [...]. Neste contexto, as atividades no âmbito da comunidade local podem constituir um método válido para a progressão das ideias dos alunos, desde um nível baseado na experiência quotidiana até conceitos históricos mais avançados (Pinto, 2011, pp. 140-141)

Segundo Jesús Estepa Giménez e José María Cuenca López, a finalidade básica da didática do Património passa por “facilitar a compreensão das sociedades passadas e presentes, de modo a que os elementos patrimoniais se definam como fontes para a sua análise, a partir dos quais se parte para conhecer o passado e, através dele, compreender o presente e alicerçar posicionamentos futuros.” (Estepa e Cuenca cit, (Pinto, 2011, pp. 136-137)

Maria Horta, Evelina Grunberg e Adriane Monteiro consideram que o conhecimento crítico, bem como a apropriação de forma consciente pelas comunidades daquilo que é o seu Património, são fatores que contribuem para o processo de preservação dos bens culturais e para consolidar os sentimentos de identidade e cidadania. (Horta, Grunberg, & Monteiro, 1999, p. 4) O que na nossa opinião é muito importante, pois pretende-se que no futuro os alunos sejam cidadãos ativos e se preocupem com as questões de preservação do Património. Segundo estas autoras, a Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural”, que permite ao indivíduo fazer uma leitura do mundo à sua volta, bem como levá-lo a compreender o universo sociocultural e a trajetória histórico-temporal onde se insere. (Horta, Grunberg, & Monteiro, 1999, p. 4)

Para Sílvia Araújo, educar pelo Património poderá ser atrativo, permitindo que se adquiram conhecimentos científicos e, ainda, para que se estabeleça uma relação de afeto da comunidade relativamente ao património, memórias e bens culturais. (Araújo, 2017, p. 63)

Ao fazer-se uma interpretação dos vestígios do património material ou imaterial como fontes de compreensão do que era feito e pensado pelos seres humanos num tempo passado, poderá compreender-se de uma melhor forma o presente, bem como tomar melhores decisões e ainda projetar o futuro numa perspetiva mais real e flexível. (Barca, 2015, p. 65) “[A] reflexão sobre os legados do passado favorece uma consciência histórica e social mais avançada e abre caminho para a problematização dos diversos significados e posições de identidade coletiva.” (Barca, 2015, p. 65) Helena Pinto vai ao encontro do que é referido por Isabel Barca, salientando que a investigação na área da Educação demonstra que os objetos da cultura material permitem aos jovens desenvolver o seu pensamento histórico, como, por exemplo, a noção de temporalidade histórica. (Pinto, 2015, p. 67) Para além disso, considera que as atividades que envolvem o património histórico-cultural de uma comunidade permitem aos alunos aprender conceitos históricos envolvendo,

não só a compreensão de situações do passado apresentadas por especialistas, mas também a experimentação de procedimentos metodológicos que permitam aos alunos a interpretação de diferentes fontes históricas, facilitando a compreensão da evidência histórica. (Pinto, 2015, p. 67)

É evidente que a Escola assume um papel importante na preservação e divulgação do Património e, por isso, é importante levá-lo para as salas de aula. António Pedro Manique e Maria Cândida Proença falam-nos de outra perspetiva, consideram ser importante que a escola vá em busca do Património:

Não é o património que tem que vir à Escola, mas, ao contrário, é a Escola que deve ir ao encontro do património, torná-lo objeto específico de estudo, estabelecer diálogo entre a comunidade escolar e o meio envolvente, valorizar as realidades patrimoniais no contexto ambiental em que se inserem. Não há diapositivo, fotografia ou videograma que possa substituir a presença real do monumento ou do objeto, frente aos quais o aluno [s]e sente interpelado, envolvido e afetivamente impulsionado a, por intermédio deles, dialogar com o passado. (Manique e Proença cit. por (Araújo, 2017, p. 62)

Desenvolvendo esta ideia e tendo em conta as mais-valias que o contacto direto com o Património tem para os alunos, Helena Pinto refere que:

O contacto direto com artefactos e edifícios do passado é uma oportunidade para aprofundar conhecimentos sobre pessoas, lugares e acontecimentos, mas deve permitir algo mais do que isto. Os alunos devem contruir a sua interpretação sobre essas fontes históricas, relacionando-as com a sua aprendizagem no momento e os conhecimentos adquiridos ao longo do tempo, mas também é desejável que eles formulem questões investigativas e hipóteses explicativas acerca do passado de um objeto, edifício ou sítio. (Pinto, 2011, p. 142)

1.3.2. O Património no currículo de História do 3.º ciclo do Ensino Básico

Tal como se pôde verificar no ponto anterior, o Património e a sua abordagem apresentam um conjunto de mais-valias para a formação dos alunos. Nesse sentido, parece-nos ser pertinente perceber de que forma esta temática está presente num dos documentos mais importantes para a Educação em Portugal: a *Lei de Bases do Sistema Educativo*, passando depois pela análise dos *Programas e Aprendizagens Essenciais de História* do 3.º Ciclo do Ensino Básico. Esta abordagem justifica-se, na nossa opinião, na

medida em que, não se atribui uma área específica para ser trabalhado o Património (Educação Patrimonial), sendo que por a disciplina de História acaba por assumir um importante papel. (Pinto, 2011, p. 137)

Tal como referimos anteriormente, nos princípios da *Lei de Bases do Sistema Educativo* português é feita referência ao Património e à sua importância enquanto elemento identitário. Para além desta menção, ao analisarmos os objetivos delineados pela *Lei* no que diz respeito ao Ensino Básico, consideramos que três destes se encontram diretamente ligados a esta temática:

g) Desenvolver o conhecimento e o apreço pelos valores característicos da identidade, língua, história e cultura portuguesas;

h) Proporcionar aos alunos experiências que favoreçam a sua maturidade cívica e sócio-afectiva, criando neles atitudes e hábitos positivos de relação e cooperação, quer no plano dos seus vínculos de família, quer no da intervenção consciente e responsável na realidade circundante;

i) Proporcionar a aquisição de atitudes autónomas, visando a formação de cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida comunitária (*Lei de Bases do Sistema Educativo*, 1986, Capítulo II, art.º 7, alíneas g), h) e i), p. 4)

No que concerne à alínea *g)*, consideramos que se encontra ligada ao Património, na medida em que se apela ao desenvolvimento dos valores característicos entre eles, da identidade, e o Património é elemento identitário através do qual os indivíduos se conseguem identificar. Quanto às alíneas *h)* e *i)*, consideramos que através do Património podemos despertar os alunos para questões que se prendem com a necessidade de preservação, conservação e salvaguarda do Património, demonstrando, de igual modo, a importância de tais questões, uma vez que este é um elemento identitário das comunidades. Ao sensibilizarmos os alunos para tal levamos a que no futuro sejam cidadãos civicamente responsáveis e ativos.

Segundo Helena Pinto, os currículos tradicionais apenas focavam a apresentação aos alunos da sua herança nacional, sendo que a História era vista como um corpo de informação que seria recebida, aceite e memorizada, recorrendo a fontes primárias apenas para estimular a curiosidade, o interesse, até a admiração “ou para ilustrar casos

particulares.” (Pinto, 2011, p. 126) No período pós-25 de abril, assiste-se à introdução nos programas de História de matérias que se prendem com a preservação e, também, salvaguarda do Património Cultural. (Pereira & Cardoso, 2010, p. 117)

Ao analisarmos o *Programa de História do 3.º ciclo*, no que diz respeito aos objetivos delineados, encontramos referência ao Património. No Domínio I, *Domínio das atitudes/valores*, é referido no ponto 2 *Desenvolver atitudes de sociabilidade e de solidariedade*, na alínea 2.4., o seguinte: “Interessar-se pela construção da consciência europeia, valorizando a identidade cultural da sua região e do seu país” (o património é um elemento identitário) e na alínea 2.5.: “Manifestar interesse pela intervenção nos diferentes espaços em que se insere, defendendo o património cultural e a melhoria da qualidade de vida”. (*Programa de História do 3.º ciclo do Ensino Básico*, 1991, vol. I, p. 127)

No que diz respeito à *Orientação Metodológica*, no *Programa* é referido que se deve “privilegiar o meio (paisagem, comunidade social, património cultural) como recurso didático, em ordem a contribuir para a compreensão da realidade local e regional.” (*Programa de História do 3.º ciclo do Ensino Básico*, 1991, vol. I, p. 141), sendo feita referência ao Património, valorizando-o enquanto recurso didático.

Quanto ao *Programa de História do 7.º ano*, nas *Estratégias/Actividades* surgem algumas referências à realização de visitas de estudo, no âmbito da lecionação de alguns conteúdos que, na nossa opinião, favorecem o contacto com o Património. Estas referências são feitas, por exemplo, nos conteúdos 4.1 – *Desenvolvimento económico, relações sociais e poder político nos séculos XII a XIV*; 4.2 – *A cultura portuguesa face aos modelos europeus*. De forma mais direta, aparece-nos a menção ao Património, mais, propriamente ao Património Imaterial, também no conteúdo 4.2, ao referir-se nas *Estratégias/Actividades*:

a recolha pelos alunos de elementos da tradição popular, local e regional – romanceiro, adagiário, festividades – o que poderá permitir a sensibilização para o tempo longo e para o carácter sincrético da cultura popular (*Programa de História do 3.º ciclo do Ensino Básico*, 1991, vol. II, p. 34)

No *Programa de História do 8.º Ano nas Estratégias/Actividades*, volta a ser feita referência à realização de visitas e, tal como anteriormente, consideramos que existe, portanto, ligação ao Património. Esta referência é feita por exemplo no conteúdo 5.1 – *A abertura ao mundo*, onde se pode ler: “a visita a locais ou a colecções de museus relacionados com a expansão que permitam nomeadamente a observação de peças de arte representativas do intercâmbio de culturas”. (*Programa de História do 3.º ciclo do Ensino Básico*, 1991, vol. II, p. 43), mas também nos conteúdos 5.2 – *Os novos valores europeus* e 6.2 – *Absolutismo e mercantilismo numa sociedade de ordens*. De forma clara surge a referência ao Património no conteúdo 8.2 – *Os países de difícil industrialização: o caso português*, referindo-se o seguinte:

a pesquisa, na região em que a escola se insere, de vestígios materiais ou a recolha de testemunhos orais sobre a utilização da máquina a vapor, a criação ou modernização de fábricas, a construção de pontes e de linhas de caminho-de-ferro (*Programa de História do 3.º ciclo do Ensino Básico*, 1991, vol. II, p. 58)

e, ainda,

a pesquisa pelos alunos, na comunidade em que vivem, de vestígios relacionados com a emigração para o Brasil, nomeadamente no folclore, no património construído, em representações fotográficas ou na memória dos mais velhos, com posterior exploração na sala de aula (*Programa de História do 3.º ciclo do Ensino Básico*, 1991, vol. II, p. 58)

No que diz respeito ao *Programa de História do 9.º Ano* é feita também referência, à semelhança dos outros programas, à realização de visitas de estudo que permitem aos alunos ter contacto com o Património. Encontramos esta estratégia no âmbito do conteúdo 9.4 – *Sociedade e cultura num mundo em mudança*.

No que respeita às *Aprendizagens Essenciais de História* do 3.º ciclo, encontramos nas competências específicas da História transversais aos 7.º, 8.º e 9.º anos referência ao Património, que apela a que se: “Relacion[e], sempre que possível, as aprendizagens com a História regional e local, valorizando o património histórico e cultural existente na região/local onde habita/estuda” (*Aprendizagens Essenciais de História 7.º*,

8.º e 9.º ano, 2018, p. 3) Existem outras competências específicas da História que acabam por se relacionar com o Património: “Reconhecer a importância dos valores de cidadania para a formação de uma consciência cívica e de uma intervenção responsável na sociedade democrática” (*Aprendizagens Essenciais de História 7.º, 8.º e 9.º ano*, 2018, p. 3), ou seja, ao trabalharmos com as fontes patrimoniais podemos despertar nos alunos atitudes cívicas, para que tenham no futuro uma intervenção responsável.

Ao longo das *Aprendizagens Essenciais de História do 7.º ano* são referidas nas *Ações estratégicas de ensino orientadas para o Perfil dos Alunos* algumas estratégias que visam o Património. Aquando da abordagem do Domínio: *Das sociedades recoletoras às primeiras civilizações* e subdomínio: *Das sociedades recoletoras às primeiras sociedades produtoras* é referido que se deve valorizar o património histórico da região onde se habita. (*Aprendizagens Essenciais de História 7.º ano*, p. 5)

Nas *Aprendizagens Essenciais de História do 8.º Ano* voltamos a encontrar referências ao Património, aquando da leção do Domínio: *Expansão e mudança nos séculos XV e XVI*, subdomínio *A abertura ao mundo*, sendo referido que se deve “valorizar o património histórico material e imaterial, regional e nacional”, mas também “valorizar o património histórico material e imaterial europeu, numa perspetiva de desenvolvimento da cidadania europeia.” (*Aprendizagens Essenciais de História 8.º Ano*, 2018, p. 5) Nas *Aprendizagens Essenciais de História do 9.º ano* surgem as mesmas referências, relativamente ao Domínio: *A Europa e o Mundo no limiar do século XX* e subdomínio: *Hegemonia e declínio da influência europeia*. (*Aprendizagens Essenciais de História 9.º Ano*, 2018, p. 5)

Segundo Helena Pinto, apesar de os programas da disciplina de História serem extensos e não disponibilizarem muito tempo para que se trate a perspetiva local e para que se façam discussões e argumentações refletidas, é possível que no âmbito da História Local se introduza de forma “interessante” e “adequada” a educação patrimonial no contexto da disciplina de História. (Pinto, 2015, p. 68) Corroboramos esta ideia, pois na nossa opinião dever-se-á, sempre que possível, sensibilizar os alunos para as questões do património, explorando as várias potencialidades de que as fontes patri-

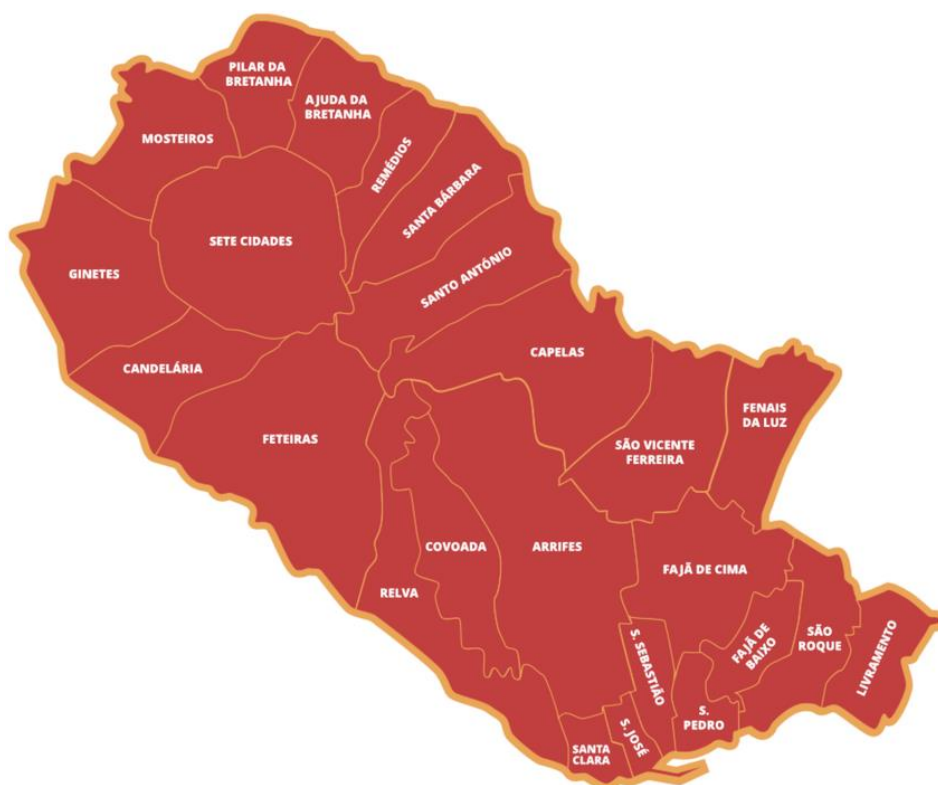
moniais se revestem, perspetivando-se contribuir para a formação dos alunos enquanto cidadãos ativos, dotando-os de competências que os permitam intervir na sociedade perspetivado um futuro melhor.

2. Contexto de intervenção e investigação

2.1. Escola Secundária Domingos Rebelo e o seu meio envolvente

Situado no extremo sudoeste da ilha de São Miguel, no arquipélago dos Açores, o concelho de Ponta Delgada apresenta-se como o maior concelho deste Arquipélago, integrando vinte e quatro freguesias.¹⁷ Estende-se numa área total de cerca de 231,89 Km², e tem como sede a cidade de Ponta Delgada que é constituída pelas freguesias de Santa Clara, São José, São Sebastião e São Pedro.¹⁸ De acordo com os censos de 2011, o concelho tem um total de 68 809 habitantes, correspondendo a 28% da população açoriana.¹⁹

FIGURA 2 – Concelho de Ponta Delgada



Fonte: <https://www.cm-pontadelgada.pt/pages/473>

¹⁷ <https://www.cm-pontadelgada.pt/pages/473>

¹⁸ *Ibidem*

¹⁹ *Ibidem*

O concelho apresenta um conjunto de vários serviços (serviços informáticos, bancários, apoio a empresas, comércio, turismo etc.), tendo um importante papel na produção industrial e ainda no setor primário, sobretudo no que diz respeito à agropecuária, pois é nele que se encontra uma das mais importantes bacias leiteiras de São Miguel e dos Açores, a bacia leiteira dos Arrifes e Covoada. (*Projeto Curricular de Escola 2017-2020*, 2017, p. 8.)

A Escola Secundária Domingos Rebelo localiza-se neste concelho. Consideramos ser pertinente fazer uma breve contextualização histórica da Escola, pois nem sempre teve a sua atual designação e localização.

A história da Escola Secundária Domingos Rebelo iniciou-se com o decreto de 22 de agosto de 1889, através do qual se cria as escolas técnicas de Angra do Heroísmo e de Ponta Delgada. (Serpa & Lourenço, 2019, p. 7) Viria, esta Escola, a entrar em funcionamento no dia 1 de outubro de 1890 com nome de Escola de Desenho Industrial «Velho Cabral», situando-se na Rua do Castilho n.º 15. (Serpa & Lourenço, 2019, p. 8) No ano de 1918 passou a designar-se por Escola de Artes e Ofícios «Velho Cabral», nome que manteve até 1925. (Serpa & Lourenço, 2019, p. 7) Em 1925, sofre alteração no que concerne ao seu nome, passando a designar-se Escola Industrial e Comercial Velho Cabral, tendo mudado de instalações em janeiro de 1930, passando a funcionar na Rua Ernesto do Canto, n.º 40. (Serpa & Lourenço, 2019, p. 7 e 11) Em 1937, foi adquirido o edifício onde viria a funcionar a Escola no ano letivo 1938-39, no espaço onde se encontra a funcionar, atualmente, a Escola Básica Integrada Roberto Ivens, ou seja, na rua do Mercado. (Serpa & Lourenço, 2019, p. 14) Para além da mudança de instalações a Escola conheceu uma nova designação Escola Industrial e Comercial de Ponta Delgada²⁰. (Serpa & Lourenço, 2019, p. 14) Domingos Rebelo, que viria a ser elevado a patrono desta Escola, foi diretor da mesma entre 18 de novembro de 1939 e 15 de dezembro de 1942. (Serpa & Lourenço, 2019, p. 14) Um dos mais importantes diretores que a Escola conheceu foi sem dúvida Aníbal Cymbron Bettencourt Barbosa tendo inclusive recebido louvor pelo empenho na direção da Escola. (Serpa & Lourenço, 2019, p. 24)

²⁰ O 1.º ofício assinado com a designação de Escola Industrial e Comercial de Ponta Delgada, data de setembro de 1948. (Serpa & Lourenço, 2019, p. 7)

A crescente procura pela formação profissional e conseqüentemente o aumento do número de alunos levou à ideia de edificação de um novo espaço onde seria instalada a Escola. (Serpa & Lourenço, 2019, p. 28) A preocupação com a criação de novas instalações para a Escola já se fazia sentir desde 1954, e tal é perceptível através de uma carta enviada, nesse ano, pelo Governador do Distrito de Ponta Delgada ao Ministro da Educação Nacional. (Serpa & Lourenço, 2019, p. 28) No entanto, apesar da aprovação pelo Ministério para a criação de novas instalações, só a partir de 1959 é que o processo para a sua construção começou a avançar, de forma lenta, sendo que o facto de a Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada não ter capacidade para suportar a construção teve grande peso neste atraso. (Serpa & Lourenço, 2019, p. 28) Inicialmente, a construção localizar-se-ia no Relvão, mas o facto de aí se encontrar o Observatório Meteorológico levou a que a construção fosse feita na Avenida Antero de Quental, anteriormente designada zona do Papa Terra, sendo que se mantém neste local até à atualidade. (Serpa & Lourenço, 2019, p. 28) A nova Escola viria a ser inaugurada em 12 de outubro de 1970. (Serpa & Lourenço, 2019, p. 28)

A Escola, como a conhecemos na atualidade, estende-se numa área de terreno com 24.700 m², tendo uma área de implantação de 5.525 m² e uma área de construção de 13.336 m². (*Projeto Curricular de Escola 2017-2020*, 2017, p. 9.) Apresenta um conjunto de edifícios que garantem muito boas condições a todos os que a frequentam. Recentemente, foi alvo de remodelações que garantiram mais qualidade à Escola. Esta conta, portanto, com

laboratórios de ciências, ginásio, sala de ginástica/dança, pavilhão, salas de informática, laboratórios de línguas, laboratório de matemática, oficina de eletrónica e informática, oficina de eletricidade e automação, oficina de carpintaria, auditório, biblioteca, sala de convívio dos alunos, bares de alunos e de funcionários, salas de departamentos, sala de diretores de turma, gabinetes de apoio educacional, arquivo e outras instalações. (*Projeto Curricular de Escola 2017-2020*, 2017, p. 9.)

Nas suas imediações encontram-se áreas residenciais, um centro comercial, uma área de serviço, o cemitério de São Joaquim, escolas do 1.º e 2.º ciclos, o Hospital do

Divino Espírito Santo, o Jardim António Borges e um conjunto de outras instituições. (*Projeto Curricular de Escola 2017-2020*, 2017, p. 8 e 9.)

O concelho apresenta uma grande mobilidade entre o meio urbano e rural, acabando a Escola por receber alunos dos dois meios. (*Projeto Curricular de Escola 2017-2020*, 2017, p. 8.) No início do ano letivo 2019/2020, a Escola contava com a matrícula de 1994 alunos.

A ESDR apresenta uma oferta formativa diversificada. No que concerne ao Ensino Básico oferece 3.º ciclo regular, bem como PROFIJ – Nível II, tipo 3 com os cursos de Assistente Administrativo e Serralheiro Mecânico. No que concerne ao Ensino Secundário oferece os cursos Científico Humanísticos de: Ciências e Tecnologias; Ciências Socioeconómicas e Línguas e Humanidades. Ainda no que ao Secundário diz respeito, oferece cursos profissionais de: Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos; Técnico de Contabilidade; Técnico de Mecatrónica; Técnico de Análise Laboratorial e Técnico de Informação, Documentação e Comunicação.²¹ Desde o ano 2016-2017 que a Escola tem em funcionamento o Programa REATIVAR com vista a oferecer formação escolar aos adultos. (Serpa & Lourenço, 2019, p. 69)

Para finalizar, há a referir que esta Escola é a escola de referência, no concelho, para alunos com paralisia cerebral do Ensino Básico e surdez no Ensino Secundário. Apresenta-se como uma Escola bastante dinâmica acolhendo vários eventos.

2.2. Caracterização das turmas

O presente estudo foi desenvolvido com os alunos do 7.º ano. No entanto, há a referir que, inicialmente, este envolveria, também, o 10.º ano, mas por força da pandemia acabamos por ter a necessidade de readaptar o projeto, acabando por não incluir este ano de escolaridade.

²¹ <https://drive.google.com/file/d/1kwCeimeU5JAjjCX-thrVK02nTy8rf0-K/view>

Para procedermos à caracterização das turmas tivemos acesso às fichas biográficas dos alunos, bem como às pautas das turmas que continham, também, informações pertinentes. Estes documentos datam do início do ano letivo 2019/2020.

Tal como referido, o estudo foi desenvolvido com quatro turmas do 7.º ano. No sentido de garantir a confidencialidade dos dados, procedemos à alteramos da identificação das destas, passando estas a ter seguinte designação: turma 1, turma 2, turma 3 e turma 4. Todas as turmas estavam sob a tutoria da professora orientadora de estágio.

A turma 1 é composta por 20 alunos, 16 rapazes e 4 raparigas. No que concerne à média das idades, esta fixa-se nos 11,45²². A idade mínima verificada nesta turma é de 11 anos e a idade máxima 14 anos. A turma integra dois alunos repetentes, bem como um aluno em regime educativo especial.

Ao nível económico, cerca de 20% dos alunos, correspondendo a 4 alunos, beneficiam do II escalão, 10%, ou seja, 2 alunos, beneficiam do III escalão, bem como a mesma percentagem e número de alunos beneficiam do IV escalão. Por fim, 60% dos alunos, correspondendo a 12 alunos, beneficiam do V escalão.

A turma 2 é composta por 22 alunos, 17 dos quais rapazes e 5 raparigas. A média de idades é de 12,04, sendo que a idade mínima verificada nesta turma é de 11 anos e a idade máxima de 13 anos. A turma integra dois alunos repetentes.

No que concerne aos apoios sociais, verificamos que nesta turma 13,6% dos alunos, ou seja, 3 alunos, beneficiam do II escalão, 9,1%, correspondendo a 2 alunos beneficiam do III escalão, a mesma percentagem e número de alunos, beneficiam do IV escalão e, para finalizar, 15 alunos, perfazendo uma percentagem de 68,2%, beneficiam do V escalão.

A turma 3 é composta por 23 alunos, 16 rapazes e 7 raparigas. A média de idades desta turma situa-se nos 12. A idade mínima verificada é de 11 anos e a idade máxima 14 anos. A turma integra dois alunos em regime educativo especial, bem como três alunos repetentes.

²² Média calculada sem a idade de um aluno.

Quanto aos apoios sociais, verificamos que nesta turma 13% dos alunos, correspondendo a 3 alunos, beneficiam do I escalão, 4,3%, ou seja, 1 aluno, beneficia do II escalão; 13%, 3 alunos, beneficiam do III escalão e por fim, 16 alunos, perfazendo uma percentagem de 69,6%, beneficiam do V escalão.

A turma 4 é composta por 23 alunos, dos quais 6 rapazes e 17 raparigas. A média de idades desta turma é de 11,82%, sendo que a idade mínima verificada é de 11 anos e a idade máxima 14 anos. A turma integra apenas um aluno repetente, assim como um aluno em regime educativo especial.

Relativamente aos apoios sociais, verificamos que a maior parte dos alunos desta turma beneficia do V escalão, correspondendo a cerca de 95,7% dos alunos, ou seja, 22 alunos e 4,3%, apenas 1 aluno, beneficia do IV escalão.

As quatro turmas com as quais tivemos a oportunidade de trabalhar acolheram-nos bastante bem. Foi interessante trabalhar com turmas com características e alunos tão diferentes. Há a ressaltar a forma carinhosa como sentimos que os alunos nos trataram, bem como o cuidado que tiveram connosco, demonstrando desde o início a sua disponibilidade em ajudar-nos no que toca a este estudo, realizando as tarefas com empenho. De modo geral, os alunos das quatro turmas demonstraram ter um comportamento adequado, existindo, por vezes, a necessidade de chamar a atenção aos alunos. Contudo, os alunos nunca demonstraram falta de respeito. Encontramos nestas turmas alunos curiosos que colocavam questões bastante interessantes e pertinentes. De igual modo, foi importante trabalharmos com alunos com necessidades educativas especiais o que, na nossa opinião, muito contribuíram para o nosso futuro como docentes.

3. Metodologia de trabalho, instrumentos de recolha de dados, apresentação e análise dos dados de investigação

Neste capítulo propomo-nos apresentar as conclusões às quais chegamos no que concerne aos objetivos que delineamos para este estudo, ou seja, levar os alunos a valorizar a História da sua localidade, perceber a importância que estes dão à História Local e ao Património, como definem estes conceitos, bem como as suas perceções sobre a realização de visitas de estudo e suas vantagens, nomeadamente a possibilidade que têm de através delas conhecer mais sobre a História Local e o Património.

Neste sentido, apresentaremos a metodologia de trabalho delineada, fazendo referência aos instrumentos utilizados para recolha dos dados, bem como definimos o conceito de visita de estudo e fazemos uma breve referência às suas vantagens e desvantagens. No final, apresentaremos os dados, bem como procederemos a uma análise quantitativa ou de conteúdo, atendendo ao instrumento em análise.

3.1. Metodologia de trabalho e instrumentos de recolha de dados

Tal como referimos, anteriormente, o estudo envolveu os alunos do 7.º ano. Ao delineá-lo deparamo-nos com uma pequena dificuldade que consistiu em cruzar os conteúdos programáticos deste ano de escolaridade com a História Local, uma vez que, em termos cronológicos, a História dos Açores apenas se inicia no século XV e os conteúdos programáticos do 7.º ano ficam-se pelo século XIV. Apesar desta dificuldade, conseguimos relacionar alguns dos conteúdos programáticos com a História dos Açores, tendo sido realizadas neste sentido, tal como mencionado, duas visitas de estudo com os alunos à Fábrica de Cerâmica Vieira e ao Museu Hebraico – Sahar Hassaiman – Portas do Céu – Sinagoga de Ponta Delgada.

A visita à Fábrica de Cerâmica Vieira enquadrou-se ao nível dos conteúdos programáticos no Domínio: *Das sociedades recoletoras às primeiras civilizações* e do Subdomínio: *Das sociedades recoletoras às primeiras sociedades produtoras*. Ao prepararmos a visita à Fábrica de Cerâmica Vieira pensámos pedir aos alunos que fotografassem aspetos, pormenores, que considerassem interessantes para, a partir da recolha feita

por eles, bem como das explicações que lhes seriam dadas, construir um vídeo sobre a história da Fábrica, tendo por objetivo avaliar a aprendizagem feita pelos alunos. Ao chegarmos à Fábrica pedimos aos alunos que estivessem atentos ao que iriam ouvir e que fotografassem aspetos e pormenores que considerassem importantes. No entanto, a visita não decorreu como previsto, pois não foi guiada, ao contrário do que era esperado, tendo existido a necessidade de nos adaptarmos à situação, assumindo as professoras o papel de guias. Apesar disso, em alguns dos espaços visitados no interior da Fábrica, contamos com o apoio de algumas funcionárias que explicaram aos alunos o que é feito nas suas secções de trabalho.

A realização do vídeo por parte dos alunos acabou por não se concretizar, pois existiu alguma dificuldade em reunir os alunos e trabalhar ferramentas digitais que nos permitissem construí-lo. Para além disso, os *timings* acabaram por se tornar demasiado apertados. Com esta experiência conseguimos perceber que os alunos tinham aprendido com a visita, pois aquando da tentativa de concretização do guião que orientaria os alunos na construção do vídeo, verificamos que tinham assimilado grande parte da informação que lhes tinha sido transmitida, bem como recolhido várias fotografias. Para além disso, aquando da abordagem do conteúdo programático *Contributos das primeiras civilizações*, de acordo com as *Aprendizagens Essenciais de História* do 7.º ano, mais especificamente as atividades económicas de algumas civilizações, os alunos tiveram a possibilidade de recuperar alguns conhecimentos adquiridos, fazendo referência a estes.

No que concerne à visita de estudo ao Museu Hebraico – Sahar Hassaiman – Portas do Céu – Sinagoga de Ponta Delgada, tal como também já mencionamos, esta realizou-se no âmbito do Domínio: *A herança do Mediterrâneo Antigo e do Subdomínio: Origem e difusão do cristianismo*. Antes de realizarmos a visita ao Museu Hebraico – Sahar Hassaiman – Portas do Céu – Sinagoga de Ponta Delgada decidimos fazer uma visita pessoalmente, de modo a prepararmos um guião de visita que foi um importante instrumento para verificação da aprendizagem feita pelos alunos. Três das turmas com as quais realizamos a visita (turma 1, 2 e 3) preencheram-no, tendo sido recolhidos 49 guiões (38 rapazes e 11 raparigas). No anexo 3 pode ser visto o Guião da Visita de Estudo ao Museu e no anexo 4 a representação gráfica das respostas dadas pelos alunos a cada

uma das questões. Nas figuras abaixo, são visíveis o tipo de questões que colocamos aos alunos, na sua maioria são questões de resposta curta, mas também incluímos uma questão de seleção, outra de verdadeiro e falso e ainda uma sopa de letras.

FIGURA 3 – Exemplo de questão de resposta curta

- II. *Segue em frente e... stop!*
- 2.1. O que vês? _____
- 2.2. Para que fins era utilizada? _____
- 2.3. Por quem era utilizada? _____
- 2.4. De onde vinha a água utilizada? _____



FIGURA 4 – Questão de seleção de itens

3.5. Assinala com **X** os objetos que se encontram no interior do expositor com fundo vermelho.

- | | | | | | |
|--------|--------------------------|--------|--------------------------|-------|--------------------------|
| Bíblia | <input type="checkbox"/> | Talit | <input type="checkbox"/> | Kipá | <input type="checkbox"/> |
| Siddur | <input type="checkbox"/> | Shofar | <input type="checkbox"/> | Ábaco | <input type="checkbox"/> |

FIGURA 5 – Questão de verdadeiro/falso e sopa de letras

V. *Vamos prosseguir a nossa visita visitando o espaço mais esperado deste Museu a SINAGOGA!*

5.1. Assinala com **V** (verdadeiro) e **F** (falso) as seguintes afirmações.

- a) O objeto que se encontrava à porta da Sinagoga designava-se por Mezuzá _____
- b) A coroa que se encontra no cimo das Tábuas pertence a Salomão. _____
- c) Por detrás do pano vermelho encontramos uma caixa que contém toras. _____
- d) No interior da Sinagoga as mulheres sentavam-se junto dos homens. _____
- e) O rabino era a figura mais importante da comunidade judaica. _____
- f) Ao levantar o assento dos bancos não encontramos nenhum objeto. _____
- g) No interior da Sinagoga encontramos uma caixa que se destinava a receber cartas. _____



Terminamos a visita!! Mas valeu bem a pena! Foi muito divertida e aprendemos coisas bastante interessantes! Resolve agora esta sopa de letras e recorda o que viste ao longo desta visita!!

Palavras	
Chanucá	
Circuncisão	
Judaica	
Kipá	
Mezuzá	
Talit	
Torah	
Rabino	

C	I	R	C	U	N	C	I	S	A	O
H	B	A	T	R	Z	V	A	T	I	O
A	T	M	K	V	Y	T	M	B	T	R
N	O	S	I	N	A	G	O	G	A	A
U	R	A	P	B	C	H	Y	T	L	B
C	A	H	A	T	R	M	J	D	I	I
A	H	V	M	E	Z	U	Z	A	T	N
M	J	U	D	A	I	C	A	T	Y	O

Através da análise das respostas dos alunos conseguimos verificar que tiveram algumas dificuldades na resposta a certas questões. No entanto, de modo geral, conseguiram preenchê-lo sem grandes problemas. Alguns alunos não o preencheram na totalidade, deixando, por vezes, várias questões em branco.

Através da observação direta, conseguimos perceber que a visita ao interior da Sinagoga foi a que despoletou um maior entusiasmo por parte dos alunos, mas no seu todo, os alunos demonstraram grande interesse e curiosidade pelo espaço visitado.

A quarta visita ao Museu foi realizada com a turma 4, tendo-lhes sido pedido que respondessem à seguinte questão: *O que aprendeste com a visita à Sinagoga de Ponta Delgada?* tratando-se, a mesma, do primeiro instrumento de recolha de dados (ver Ficha de Trabalho no anexo 1). Inicialmente, não prevíamos utilizá-la como instrumento, seria apenas para verificarmos a aprendizagem feita pelos alunos, uma vez que, após a realização das três primeiras visitas, percebemos que o guião tinha algumas limitações, pois sentíamos que os alunos estavam preocupados com o preenchimento do mesmo acabando por não desfrutar da visita. No entanto, acabamos por utilizá-la nas duas perspetivas, ou seja, por um lado, para verificar a aprendizagem feita pelos alunos, por outro, para perceber se os alunos faziam menção a aspetos da História Local, demonstrando consequentemente se a valorizavam.

Para além do instrumento de recolha de dados anteriormente referido, decidimos realizar um questionário no final do ano letivo, utilizando a ferramenta *Google Formulários* para tal efeito, tendo sido uma mais-valia dado o contexto atual de pandemia. Com este questionário decidimos perceber, através de questões diretas, aquilo que os alunos pensavam relativamente à História Local e ao Património e ainda se o recurso a visitas de estudo levava-os a dar uma maior importância à História Local e ao Património. Na construção do questionário tivemos os cuidados previstos aquando da utilização deste tipo de instrumento de recolha de dados. É importante referir que não conseguimos proceder à sua testagem antes da sua aplicação definitiva, fase que sabemos ser de grande importância uma vez que permite “assegurar-se de que o seu grau de adequação e de precisão é suficiente” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 206) Esta questão ficou a dever-se, essencialmente, à pandemia, que traduziu-se na readaptação dos métodos previstos inicialmente. Tornou-se difícil, inclusive, a recolha de respostas dos alunos no

que toca a este questionário. Pedimos autorização aos encarregados de educação de cerca de 88 alunos, sendo que apenas 36 nos deram resposta positiva, os demais abstiveram-se, não nos dando nenhuma resposta. Apesar de termos tido parecer positivo destes encarregados de educação, apenas 16 alunos responderam ao questionário.

O questionário é composto por quatro secções. A primeira secção refere-se à apresentação do estudo e os objetivos da investigação; a segunda secção intitula-se *Dados pessoais*, nela são colocadas três questões (idade, sexo e turma). A terceira intitula-se *Os conceitos de História Local e de Património*. Nesta são colocadas quatro questões que se prendem com as definições dos conceitos de História Local e Património, bem como se os alunos consideram ser importante conhecer a História do local onde vivem. Por último, a secção quatro, que se intitula *Visitas de estudo como estratégia para aprendizagem da História Local*, é constituída por seis questões relacionadas com as visitas realizadas, bem como com o facto de estas terem ou não, na opinião dos alunos, contribuído para darem mais importância à História Local e ao Património.

O questionário é composto por questões de resposta aberta e algumas de resposta fechada. O uso de respostas fechadas facilita o tratamento das respostas e garante clareza na interpretação considerando-se que este tipo de respostas conduz às mesmas conclusões das questões abertas, com a pequena diferença que as questões abertas implicam uma maior dispensa de tempo e esforço na sua análise. (Moreira, 2004, p. 124) Por outro lado, os autores que defendem o uso de questões abertas

tendem a preocupar-se mais com o estatuto relativo do inquiridor e do inquirido, argumentando que o uso de questões fechadas limita artificialmente o espaço de que este dispõe para se exprimir, restringindo as suas respostas àquelas que foram previstas pelo investigador. (Moreira, 2004, p. 124)

As questões abertas privilegiam a expressão das ideias por parte do inquirido, no entanto, podem gerar dificuldades ao investigador, na medida em que ele terá de fazer uma interpretação e confrontação das respostas dadas pelas diversas pessoas. (Moreira, 2004, p. 125) Não é, contudo, nosso objetivo desenvolver esta questão, apenas pretendemos fazer uma breve referência ao facto de existirem vantagens e desvantagens no uso de questões de resposta aberta aquando da realização de questionários. A nossa

opção por esse tipo de questões vai ao encontro da vantagem que apontamos, ou seja, quisemos dar liberdade aos alunos para se exprimirem.

Como já referimos, quando delineamos o estudo, pensamos incluir o 10.º ano, mais propriamente uma turma de História B, com o qual também tivemos a oportunidade de trabalhar. No entanto, a pandemia acabou por nos levar a readaptar o público do estudo. Apesar de termos pensado na eventual realização de visitas de estudo virtuais de modo a que os alunos, entrassem em contacto com a História Local e o Património, consideramos que o impacto poderia não ser tão significativo. Para além disso, o vínculo ao espaço poderia, de igual modo, não ser tão elevado quanto aquele que pretendíamos. Contudo, há a referir que no período anterior à pandemia tínhamos pensado num conjunto de atividades a serem realizadas com estes alunos, inclusive conseguimos realizar parcialmente uma delas.

No dia 5 de fevereiro de 2020, realizamos uma visita de estudo ao Banco de Portugal em Ponta Delgada onde, por este período, estava a decorrer uma exposição intitulada *O Dinheiro nos Açores*. Esta visita foi realizada numa perspetiva interdisciplinar, tendo-se realizado no âmbito não só da disciplina de História B, como também de Economia A. Os alunos no âmbito da disciplina de Economia A tiveram a possibilidade de assistir a uma palestra intitulada *Conhecimento do Euro*, saber um pouco sobre o Banco de Portugal, notas de euro, moedas de euro, o combate à contração e, ainda, tiveram a possibilidade de realizar uma atividade prática que consistiu na identificação de notas verdadeiras e falsas. No âmbito da disciplina de História B, o objetivo passava por levá-los a conhecer a Exposição, onde se encontravam algumas moedas que estiveram em circulação apenas nos Açores e o contexto histórico em que tal decorreu. No entanto, por questões de tempo, os alunos apenas conseguiram assistir à palestra. No âmbito desta visita preparamos um instrumento para recolha de dados (anexo 5) que acabou por não ser rentabilizado. Este consistia na redação de um texto em que deveriam desenvolver os seguintes aspetos: *Pertinência da visita de estudo no contexto da disciplina de Economia A e História B; Novos conhecimentos adquiridos com esta estratégia de aprendizagem (visita de estudo) e, por fim, Contribuição da visita de estudo para valorização da História Local*. Para além desta atividade, tínhamos pensado fazer um roteiro

liberal, inserindo-se no âmbito do Domínio: *Do Antigo Regime à afirmação do Liberalismo* e do Subdomínio: *A implantação do liberalismo em Portugal*, de acordo com as *Aprendizagens Essenciais de História B* do 10.º ano, levando os alunos a conhecer espaços que tiveram importância no período do Liberalismo em Ponta Delgada.

3.1.1. A visita de estudo como estratégia

A visita de estudo foi a estratégia que utilizamos para proceder à recolha dos dados. Nesse sentido, torna-se pertinente dar uma noção breve do conceito de visita de estudo procurando, de igual modo, explorar as suas vantagens e desvantagens/obstáculos/limitações.

Ao darem uma definição de visita de estudo, muitos são os autores que referem que este conceito é utilizado de forma incorreta como sinónimo de outros, tais como: saída de campo, trabalho de campo, visita de campo, excursões, visita lúdica, passeios, etc.. No entanto, não nos iremos alongar relativamente a esta questão, apenas referir que tais denominações estão ligadas com a natureza dos locais a visitar, bem como com os objetivos diferenciados, inclusive algumas delas podem ter um método de trabalho específico, como, por exemplo, os trabalhos de campo. (Rato, 2016, p. 32).

No contexto educativo português, o termo visita de estudo é o mais recorrente, subentendendo a ida a um local “com o objetivo de conhecer, de explorar, de estudar e de contactar com o território e/ou pessoas, independentemente dos objetivos a atingir com a atividade.” (Brandão, 2013, pp. 38-39) Segundo António Almeida e Clara Vasconcelos, as visitas de estudo são:

deslocações efetuadas com os alunos ao exterior do recinto escolar, com objetivos educacionais claros, que visam enriquecer, vitalizar e complementar aspetos curriculares através da experiência direta, e que tanto podem ocorrer a locais próximos ou distantes da escola, com durações igualmente variáveis. (Almeida & Vasconcelos, 2013, p. 13)

No quadro normativo/legislativo português, existem alguns documentos que nos fornecem uma definição de visita de estudo. No entanto, vamos fazer apenas referência

ao Despacho n.º 6147/2019, publicado no *Diário da República 2.ª série — N.º 126 — 4 de julho de 2019*, por ser o mais recente, e por definir claramente as linhas orientadoras a seguir pelas escolas aquando da realização de um conjunto de atividades nas quais as visitas de estudo se inserem.

Segundo o documento, visita de estudo é uma

atividade curricular intencional e pedagogicamente planeada pelos docentes destinada à aquisição, desenvolvimento ou consolidação de aprendizagens, realizada fora do espaço escolar, tendo em vista alcançar as áreas de competências, atitudes e valores previstos no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e, quando aplicável, no perfil profissional associado à respetiva qualificação do Catálogo Nacional de Qualificações; (Art.º 4, alínea a), p. 18990)

Segundo Valter Rato, as visitas de estudo podem ser vistas como uma atividade, por ser vivenciada pelos alunos, mas também como uma estratégia, porque o professor opta por fazê-las de modo a desenvolver a aprendizagem. (Rato, 2016, p. 32) Neste sentido, a realização de visitas de estudo soma um conjunto de vantagens para os alunos, sendo bastante importante que os alunos saiam dos limites impostos pela sala de aula, pois este espaço físico, que é a sala de aula, pode ser limitador, na medida em que pode não garantir a compreensão de um determinado assunto. (Mário Mouro *cit. por* (Almeida A. , 1998, p. 53)

Segundo Hélder Oliveira, as visitas de estudo são uma “estratégia motivadora e estimulante para os alunos”, porque, saísse do espaço habitual onde ocorre o processo de ensino-aprendizagem, a sala de aula. (Oliveira H. T., 2011, p. 23) Tal como defendem vários autores, consideramos que as visitas de estudo permitem aos alunos apropriar-se dos conteúdos lecionados durante as aulas, e acreditamos que pode motivá-los, no caso específico para a disciplina de História. Para além disso, e tal como é defendido por Fernandes, “a aprendizagem efectuada a partir de dados concretos recolhidos pelos alunos na realidade circundante permite torná-la verdadeiramente significativa.” (O. Fernandes *cit. por* (Almeida A. , 1998, p. 54)

Tendo este Relatório como tema a História Local fez todo o sentido aproximar os conteúdos lecionados na disciplina de História da História da localidade, levando os alunos a conhecer um pouco mais sobre o lugar onde vivem. As visitas de estudo permitem aos alunos observar, classificar, medir, inferir, prever, interpretar e comunicar. (Almeida & Vasconcelos, 2013, p. 15) Estas, para além de permitirem assimilar conhecimentos, desenvolvem várias competências que vão além dos simples conteúdos das disciplinas. (Faria, 2014, p. 36) Hélder Oliveira refere que as visitas de estudo levam a que as relações interpessoais se estreitem entre os intervenientes acabando por favorecer, inclusive, uma melhoria nas relações entre professor-aluno/aluno-aluno, perante o clima interpessoal criado. (Oliveira H. T., 2011, p. 23)

Tendo por base as visitas que realizámos, sentimos que tal aconteceu. As visitas de estudo contribuem para o desenvolvimento de atitudes de cidadania, das quais são exemplo a cooperação, sociabilidade, o respeito e a preservação do património, o que no fundo se reveste de grande importância, porque são estes valores que os professores têm a obrigação de transmitir e praticar com os seus alunos. (Oliveira H. T., 2011, pp. 23-24) As visitas contribuem, nesta perspetiva, para o desenvolvimento pessoal e profissional dos alunos. Segundo A. M. Pessoa, podem criar nos alunos o sentido de responsabilidade, solidariedade, desenvolver a criatividade, levando ao enriquecimento cultural e, ainda despoletar a necessidade de contacto com o mundo exterior à escola. (A. M. Pessoa *cit. por* (Almeida A. , 1998, p. 56). Segundo António Almeida e Clara Vasconcelos as visitas de estudo poderão contribuir para o desenvolvimento de capacidades tais como a orientação, o poder de argumentação e a destreza física, na eventualidade das deslocações serem realizadas em percurso pedestre. (Almeida & Vasconcelos, 2013, p. 16)

Segundo Paula Brandão, as visitas de estudo

oferecem um ensino ativo e uma aprendizagem significativa pela descoberta de valores, pelas causas dos fenómenos, factos e acontecimentos, pela origem e conveniência de determinados bens materiais e imateriais, assim como, também impulsiona, o desenvolvimento do sentido de identidade dos alunos, bem como, a sua integração no meio que envolve, conhecendo de forma mais clara e crítica a sociedade [que] da aula fazem parte. (Brandão, 2013, p. 42)

Se, por um lado, as visitas de estudo compreendem um conjunto de vantagens, por outro apresentam alguns obstáculos/limitações/desvantagens. Almeida e Vasconcelos consideram que existem obstáculos externos e internos ao professor no que concerne à realização de visitas de estudo. Ao nível dos obstáculos externos apontam dificuldades com os órgãos de gestão que podem demonstrar alguma resistência a este tipo de atividades; as orientações do Ministério; questões burocráticas; o financiamento para a concretização das visitas; o facto de as visitas afetarem as aulas de outros professores; o número de alunos por turma; as características dos alunos e, ainda, a falta de recursos educativos como, por exemplo, internet. (Almeida & Vasconcelos, 2013, p. 31 a 35) Relativamente aos obstáculos internos apontam a destreza física; a capacidade de correr riscos; a preparação científica, pois as visitas exigem o conhecimento científico sobre os temas da visita, podendo ser colocadas questões imprevistas pelos alunos; capacidade de controlo das turmas; o interesse por este tipo de atividades por parte dos docentes; o tempo de preparação das visitas; a necessidade de visita antecipada aos locais. (Almeida & Vasconcelos, 2013, p. 35 a 38) Valter Rato acrescenta que os encarregados de educação podem ser, também, um obstáculo para a realização da visita, na medida em que estes podem ter uma perceção negativa das potencialidades das visitas, podendo considerar que estas são apenas passeios, não apresentando nenhum aspeto positivo no que à aprendizagem diz respeito. (Rato, 2016, p. 35)

3.2. Apresentação, análise e interpretação dos resultados

3.2.1. Ficha de trabalho relacionada com a visita de estudo ao Museu Hebraico – Sahar Hassaiman – Portas do Céu – Sinagoga de Ponta Delgada

Este instrumento foi utilizado aquando da quarta visita ao Museu Hebraico, realizada com a turma 4. De entre os 23 alunos que integram esta turma, apenas 17 realizaram a ficha de trabalho (resposta à questão anteriormente referida, ver anexo 1), alguns alunos não a entregaram ou não realizaram a visita. Dos 17 alunos, 12 são raparigas e 5 são rapazes.

De modo geral, ao analisarmos as respostas dos alunos, verificamos que, apesar de serem feitas algumas menções à História Local, na maioria das respostas encontramos menção aos aspetos relacionados com a história e cultura da civilização hebraica, como pode ser verificado através de alguns exemplos de respostas abaixo apresentados:

“[...] A Tora é a bíblia (livro sagrado) dos judeuses [judeus]. [...] Hebraico – língua dos judeuses [judeus] [...]”
“[...] que o altar nas Sinagogas é no meio das salas; [...]”
“[...] tem duas festas dos judeus, a páscoa [Pessach] que eles celebram a saída dos hebreus do Egito [...], e a festa das Luzes, acontece nos finais do mês de novembro/início de Dezembro [...] As tábuas da Lei onde são os 10 mandamentos.”
“[...] Também reti que eles tomavam banho numa banheira chamada Mihavé [mikvé] que servia para purificar o corpo e nas mulheres para depois do parto ou da menstruação.”
“[...] No fim da visita conhecemos uma Sinagoga onde haviam bancos com o nome e com os objetos que as pessoas utilizavam. O altar era virado para este e era no meio da sinagoga”
“[...] O senhor mostrou-nos após isso alguns hábitos da cerimónia dos Judeus, tais como uns “capuchos” para as mulheres e para os homens e outros objetos. [...]”

Tal como referido, os alunos também fazem breves menções à História Local e podemos ver isso através dos seguintes exemplos:

“[...] Em 2009 a Câmara Municipal teve a iniciativa de tornar este local num museu. [...]”
“[...] que a inquisição acabou por expulsar os judeus dos Açores; [...] que o espaço abriu em 2015 como museu.”
“[...] que após a morte do último membro da família, a casa entrou em ruínas, em completa destruição. [...]”
“[...] Passado algum tempo entrou em ruínas e foi reconstruído. [...]”
“[...] Aprendi que nos séculos XVIII e XIX o comércio da laranja era o que mais se comercializava. [...]”
“[...] no espaço da memória foi uma homenagem que se fez à antiga comunidade de P. Delgada, muitas pessoas foram acusadas da prática do judaísmo (de todas as ilhas 120 pessoas) [...]” [repetido 2x]
“A Sinagoga de Ponta Delgada, [...] é um dos únicos vestígios da cultura hebraica no nosso arquipélago. O imóvel foi adquirido em 1836 por iniciativa de comerciantes judaicos que vieram para São Miguel. [...] Mais tarde os descendentes dos primeiros judeus chegados a São Miguel cederam o edifício à Comunidade Israelita de Lisboa que, por sua vez o cedeu à Câmara Municipal de Ponta Delgada, a fim de ser restaurada e musealizada a um espaço de culto, dinamizando-o para fins culturais, turistas e visitas de estudo. [...]”
“Eu aprendi com esta visita, as tradições dos judeus em São Miguel [...]”
“Eu aprendi com a visita de estudo, algumas tradições e culturas dos judeus na ilha de S. Miguel, também aprendi algumas atividades que praticavam tais como a produção de laranja e de tabaco. [...] depois fomos para o piso de cima e vimos uma “televisão” com os Judeus condenados nos açores. [...]”
“[...] Também aprendi que em 1559, o médico António Borges, de 38 anos de idade, morador em Ponta Delgada foi o primeiro e um dos poucos açorianos a ser queimado

na fogueira por ser Judeu. [...] uma sala onde havia um ecrã com vários nomes dos vários judeus condenados nos Açores. [...]”

Foram ainda bastantes os alunos que fizeram menção a aspetos da História Local, o que na nossa opinião demonstra ser um resultado positivo. Contudo, em alguns casos, as menções feitas foram um pouco simplistas. O facto de os alunos terem feito referência a aspetos, essencialmente, da História e Cultura da civilização hebraica relaciona-se com a própria dinâmica da visita, sendo-lhes fornecidas bastantes informações nesse sentido. No entanto, em vários momentos os alunos tiveram oportunidade de conhecer um pouco mais sobre a história da comunidade judaica nos Açores. Todavia, estes aspetos não foram mencionados pelos alunos. Por exemplo, os alunos tiveram a oportunidade de ver o cemitério dos judeus, outras sinagogas que existiram no Arquipélago, através de imagens, remetendo-nos já para a dimensão do Património e acabaram por não referir estes aspetos. Nesse sentido, consideramos ser importante que se realizem mais atividades que favoreçam o conhecimento por parte dos alunos da sua História Local, bem como do Património, esperando que tal conduza à valorização dos mesmos pelos alunos.

3.2.2. Questionário aplicado ao 7.º ano

No que concerne a este instrumento de recolha de dados, iremos proceder à análise quantitativa, mas sobretudo a uma análise de conteúdo. O questionário foi preenchido apenas por 16 alunos.

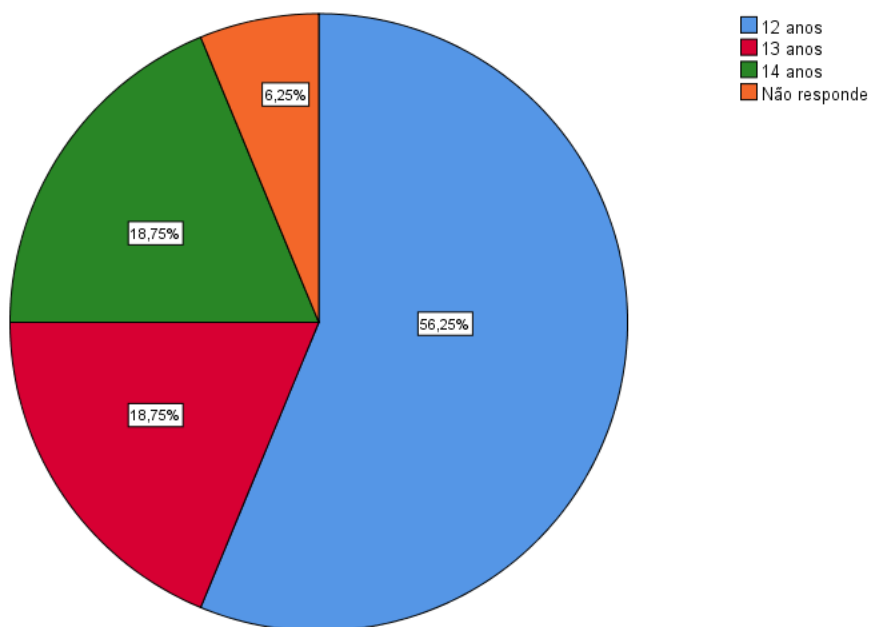
A segunda secção do questionário centra-se nos *Dados pessoais* dos alunos. Foi lhes pedido que indicassem a sua idade, sexo e turma²³.

No que concerne às idades dos alunos, cerca de 56 % dos alunos, ou seja, 9 alunos têm 12 anos, cerca de 19 %, ou seja, 3 alunos, têm 13 anos, assim como a mesma percentagem e número de alunos tem 14 anos. Há, ainda, a registar um aluno que não

²³ A designação das turmas está codificada garantindo a confidencialidade dos dados.

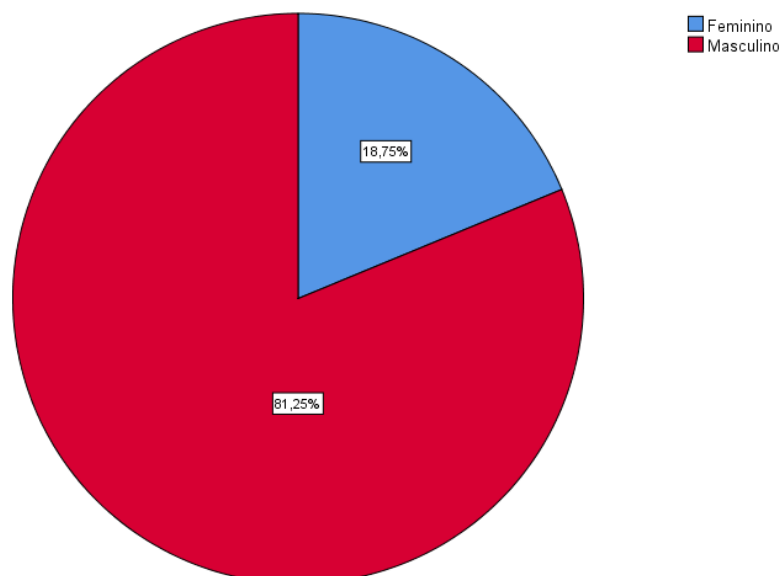
respondeu à questão devidamente, correspondendo a uma percentagem de cerca de 6%. Estes dados podem ser verificados através do gráfico 1.

GRÁFICO 1 – Idades dos alunos que preencheram o Questionário



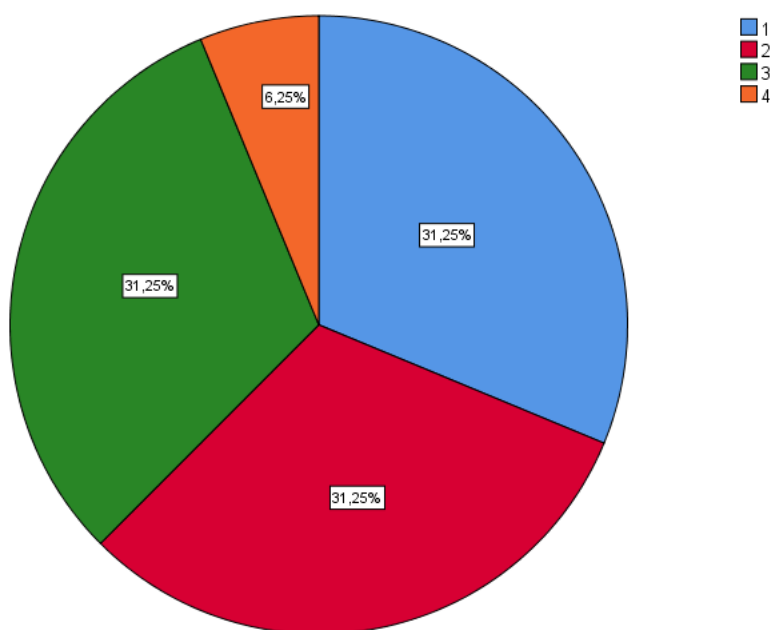
Relativamente ao sexo dos inquiridos, como podemos ver no gráfico 2, que a maior parte é do sexo masculino. Nesse sentido, cerca de 81% são do sexo masculino, correspondendo a 13 rapazes e cerca de 19 % do sexo feminino, ou seja, 3 raparigas.

GRÁFICO 2 – Percentagem dos inquiridos por sexo



Quanto à percentagem de alunos que preencheram este questionário por turma, verificamos, através do gráfico 3, que existe um grande equilíbrio no número de alunos das turmas 1, 2 e 3. Das três, foram cinco os alunos de cada turma a responder ao questionário, perfazendo uma percentagem de cerca de 31% cada uma. Quanto à turma 4, apenas um aluno procedeu ao preenchimento do questionário representando em termos percentuais cerca de 6 %.

GRÁFICO 3 – Percentagem de inquiridos por turma



Procederemos à análise dos resultados obtidos na terceira secção do questionário que se intitula *Os conceitos de História Local e de Património*.

No que concerne à questão 1: *O que é para ti a História Local?* A maior parte dos alunos considera que a História Local é a história de um local ou região, referindo-o de um modo mais ou menos pessoal, pois alguns alunos remetem diretamente a sua resposta para a história do local onde vivem. Através das respostas dos alunos podemos verificar as duas abordagens à História Local referidas, anteriormente:

“A história local é a história de uma determinada região.”
--

“A história local é nada mais que conhecer a história de esse local”
--

“Para mim a história local é a história de um determinado local”
--

“Para mim é o que aconteceu há alguns anos no local”
“É a história do local onde vivemos”
“A história local é o conhecimento sobre o sítio onde vivemos.”
“A história do local em que me encontro”
“A história da localidade onde vivo.”
“a historia de onde vivo”
“A história local, é a história de um lugar onde vivo.”
“Para mim, a História Local, são os acontecimentos que remontam, ao passado mas aqui na minha região (sítio de onde sou local).”

Dois alunos referem que a História Local é a história do país:

“História do país”
“É a historia do nosso país ou local”

Outros dois alunos vão mais longe na sua explicação referindo que a História Local é a história de uma comunidade:

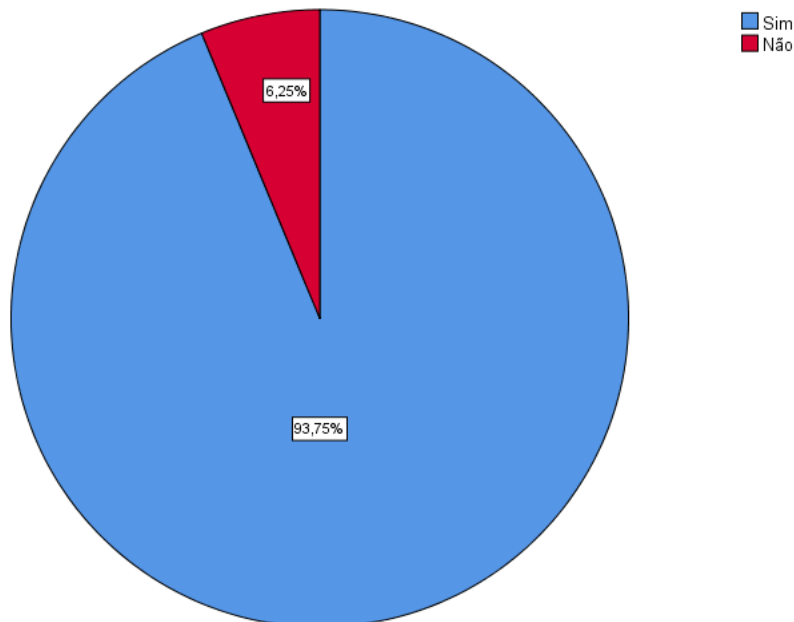
“A História Local é a história de uma comunidade.”
“Para mim a história local é a história que se concentra numa comunidade local relativamente pequena, esta transmite muitas informações sobre o passado da localidade, como era e muito mais”

Um aluno, apesar de não responder ao pedido na questão, remete-nos para o facto de a História Local pode ser uma estratégia para a aprendizagem histórica. Uma vez que os alunos tiveram a possibilidade de preencher o questionário fora do contexto de sala de aula, consideramos que poderá ter chegado a esta interpretação com algum auxílio, no entanto, não o podemos afirmar com certeza, mas consideramos que se trata de uma resposta bastante elaborada.

“O ensino de História Local apresenta-se como um ponto de partida para a aprendizagem histórica, pela possibilidade de trabalhar com a realidade mais próxima das relações sociais.”

Relativamente à questão 2: *Consideras importante conhecer a história do local onde vives?* tal como se pode comprovar no Gráfico 4, foi praticamente unânime a seleção por parte dos alunos da opção “Sim”. Deste modo, cerca de 94%, 15 alunos, consideraram ser importante conhecer a História do local onde vivem e apenas um aluno assinalou a opção “Não”, correspondendo a cerca de 6 % do total dos inquiridos. Na nossa opinião, tais resultados são bastante positivos, uma vez que praticamente todos os alunos consideraram ser importante conhecer a história do local onde vivem, valorizando assim a história de “suas terras” e suas raízes.

GRÁFICO 4 – Resposta à questão 2: Consideras importante conhecer a História do local onde vives?, da secção 3.



Na tentativa de percebermos as respostas dos alunos à questão anterior, independentemente de responderem “Sim” ou “Não”, decidimos pedir na questão 3 que justificassem a sua resposta.

Os alunos justificam a sua resposta, referindo que é importante conhecer um pouco mais sobre o local onde vivem, conhecer as suas origens e também conhecer os antepassados.

“para ter mais conhecimento dos antepassados”
“Porque acho que é sempre melhor ficar a conhecer o local onde agente vive”
“Para mim, conhecer a História do local onde vivo é um assunto muito importante, uma vez que, sabemos as nossas origens e como chegamos até este ponto tão desenvolvido”
“Porque é importante sabermos as origens dos sítios, como surgiram.”
“para conhecermos melhor os nossos antepassados”
“Porque é importante conhecer as origens e passado.”
“Sim, pois assim posso ficar a saber mais do meu local de habitat”
“É importante porque é uma realidade mais próxima.”
“Sim pois eu acho interessante e fixe saber as coisas que aconteceram no passado”
“Pois é importante conhecer a história do sítio onde vivemos”
“É importante conhecer a História local, porque assim passamos a conhecer melhor o local onde vivemos.”
“Sim, porque é sempre bom sabermos a história onde vivemos.”

Para além disso, foi interessante percebermos que os alunos estão sensibilizados para o estudo do local:

“Se há uma coisa mais importante dentro de da área da História é saber o máximo possível da história da nossa região natal.”
“Considero importante, pois gostava de conhecer melhor a história da minha terra e considero isto muito importante.”

O aluno que selecionou a opção “Não” não desenvolveu a sua justificação referindo apenas: “Não gosto”, o que não nos permite fazer uma análise muito desenvolvida da sua resposta.

Há a registar um aluno que apresentou uma justificação muito sintética para a sua resposta, referindo apenas “para conhecer”.

Na questão 4: *O que entendes por Património?* procuramos perceber de que forma os alunos definem este conceito. Na análise das respostas percebemos que cinco alunos remetem o conceito de Património para o sentido de bem pertencente a outrem (individual ou coletivo), sem lhe conferir o valor de bem cultural. Através das respostas dos alunos podemos verificar isso mesmo:

“É quando temos direitos e obrigações de valor econômico e que pertence a uma pessoa ou empresa.”
“Patrimônio é o conjunto de bens, direitos e obrigações de uma pessoa”
“É uma coisa de uma pessoa”
“Património é o conjunto de bens, direitos e obrigações de uma empresa ou pessoa física. Ou seja, o conceito engloba tanto o que uma entidade possui como aquilo que ela deve.”
“O Património é um conjunto de bens, direitos e obrigações de uma impresa [empresa].”

Quatro alunos definem o conceito associando-o à dimensão cultural, fazendo referência ao Património Cultural Material e ao Património Cultural Imaterial, tal como se pode verificar através dos seguintes exemplos:

“Património físico e não físico é o que representa a nossa cultura, comunidade, modos de viver e as nossas tradições, este pode ser representado através de monumentos, festas religiosas, e os nossos costumes”
“Conjunto de bens herdados da família (herança familiar), ou conjunto de bens, materiais, naturais, ou imateriais, reconhecidos pela sua importância cultural.”
“O património são as estruturas físicas de uma localidade que têm a ver com a sua história.”
“Património é o conjunto de bens e tradições de determinado lugar.”

Dois alunos não conseguem definir de forma clara o que entendem por Património dificultando a análise das suas respostas:

“Património foi o que os nossos antepassados nos deixaram.”

“as coisas pertencentes a minha localidade”

Dois alunos definiram de forma muito sintética, um deles referiu que este era um bem e o outro aluno refere apenas que é herança do passado. No entanto, remetemos através de suas respostas para outra dimensão, ou seja, para as questões de salvaguarda e proteção do Património o que, na nossa opinião, é também importante e demonstra a sua sensibilidade para estas questões.

“É uma herança do passado que deverá ser mantida e cuidada.”
--

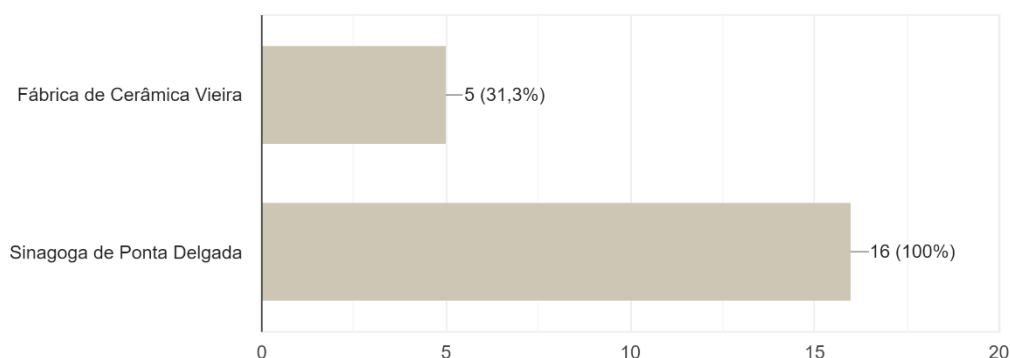
“Património é um bem, que não pode ser demolido, e sempre protegido pelo governo, do qual fazem suas manutenções e restauro do mesmo.”
--

Três alunos apresentaram uma resposta bastante incompleta, não procedendo à explicação do conceito referindo: “Não acho nada”; “Não sei” e “Nada.”

Iniciaremos, agora, a análise da quarta e última secção do questionário, que se intitula: *Visitas de estudo como estratégia para aprendizagem da História Local*.

No que concerne à questão 1: *Seleciona o(s) local(locais) que visitaste no âmbito da disciplina de História*, verificamos que, os 16 alunos que preencheram o questionário realizaram a visita de estudo ao Museu Hebraico – Sahar Hassaiman – Portas do Céu – Sinagoga de Ponta Delgada, sendo que o mesmo se encontra referenciado no gráfico 5 por Sinagoga de Ponta Delgada. Apenas 5 alunos, cerca de 31 % realizaram, para além da visita ao Museu, a visita à Fábrica de Cerâmica Vieira.

GRÁFICO 5 – Resposta à questão 1: Selecciona o(s) local(localis) que visitaste no âmbito da disciplina de História, da secção 4.



Relativamente à questão 2: *O que mais gostaste na(s) visita(s) de estudo que realizámos?*, cinco alunos responderam de forma simples sem entrar em grandes pormenores, referindo apenas: “Não sei gostei de tudo”; “Gostei de apreciar bastante tudo o que estava lá de importante, gosto de museus” “Gostei de saber mais e observar qualquer um destes sítios que visitámos”; “De aprender coisas novas” “Gostei de tudo”.

No que concerne à visita de estudo realizada à Fábrica de Cerâmica Vieira, um aluno referiu ter gostado dos “Os quadros” e outro aluno das “artes de cerâmica”.

Quanto ao Museu, os alunos referiram “Gostei da parte em que soubemos como os judeus entram na sua comunidade (batismo)”, “Gostei mais da pequena igreja que vimos no cimo do edifício”, “o local onde eles faziam as orações”, “O que gostei mais foi ver a sinagoga e os lugares onde se sentava”; “Foi de ver as coisas que estavam lá da altura das pessoas que iam lá rezar” e “O gostei mais das mobílias”.

Um aluno, que realizou as duas visitas, mencionou, contrariamente, a outros inquiridos e que também as realizaram, um aspeto que gostou de cada uma das visitas: “Na fábrica de cerâmica gostei de ver a produção do artesanato e na sinagoga gostei do edifício e de conhecer a sua origem.”

Na questão 3: *Refere dois aspetos que conhecias sobre o(s) local(localis) que visitaste*, quatro alunos referiram não conhecer os espaços que visitaram, dando as seguintes respostas:

“Não sabia nada”
“Não conheço.”
“Por acaso não conhecia nenhum”
“Não conhecia nada”

Um aluno referiu já conhecer pelo menos o nome e o local que visitou: “Do local que fui, só conhecia o nome e mais ou menos o local. O resto, aprendi tudo lá.”

Apenas oito alunos referiram conhecer alguns aspetos sobre os locais visitados e podemos saber quais são através de suas respostas:

“Os monumentos e o local”
“Sabia que era um sinagoga onde se realiza o culto judaico e que esta é a uma das mais antigas em Portugal”
“Já sabia que a Sinagoga era uma casa de judeus e era um museu, antes de ir para a visita de estudo, antes de ir visitar a Cerâmica Vieira já sabia que havia manufatura de vasos e muita porcelana,”
“A fábrica sabia que se fazia lá louça típica e da Sinagoga sabia que tinha alguma vertente religiosa.”
“um fabricava cerâmica e o outro era um sitio religioso”
“Já conhecia a fabrica e o artesanato produzido lá.”
“Dois aspetos eram a sinagoga por dentro e que era secreta antigamente”
“Sabia que era uma Sinagoga e também sabia que era um local de visitas.”

Um aluno referiu apenas “não sei” e outro aluno escreveu “Na” sem completar a frase e um aluno não respondeu.

No que diz respeito à questão 4: *Refere dois aspetos que não sabias e ficaste a saber sobre o(s) local(locais) que visitaste*, três alunos referiram que ficaram a saber tudo através da visita: “Não sabia nada antes de lá ir”; “Todos os aspetos.” “Fiquei a saber tudo”.

Relativamente ao Museu, os alunos referiram desconhecer, de modo geral, aspetos como a data de fundação da Sinagoga, a sua origem e função, a condenação à morte dos judeus no arquipélago dos Açores; o *Mikvé*, a religião judaica e ainda de que forma se sentavam no interior da Sinagoga.

“Foi fundada em 1836 e que era um dos poucos vestígios judaicos”
“Não conhecia o motivo da importância da Sinagoga e não sabia que matava-se judeus nos Açores.”
“Na sinagoga não sabia que havia uma sala com um poço e também não sabia o que era a religião judaica”
“Não sabia a origem da Sinagoga nem o que era.”
“Não sabia como se sentavam na sinagoga e também a banheira onde tomavam banho”
“Quando é que foi criada a Sinagoga de Ponta Delgada e a sua beleza.”

Dois alunos, referindo-se aos dois espaços visitados, referem o seguinte:

“Não sabia a história da Sinagoga, e nem sabia o que era, por exemplo uma cadeira da circuncisão, e na Cerâmica Vieira, não sabia que havia sedimentos em montes lá atrás, e não sabia que havia assim tanta cerâmica”
“A história de ambos os sítios que visitámos.”

Um aluno fornece-nos uma resposta confusa, mas que também se refere aos dois espaços visitados. No entanto, é inválida, uma vez não explica as suas ideias e inclusive cometeu alguns erros do ponto de vista científico: “Não sabia que lá viveram os deuses e que uma senhora fazia patroa de cerâmica”

Através das respostas dadas conseguimos perceber que alguns alunos não conheciam os espaços visitados. Reconhecemos que pode ser difícil a deslocação, por exemplo, à Fábrica de Cerâmica Vieira que se situa na cidade da Lagoa, mas o Museu Hebraico situa-se no coração da cidade de Ponta Delgada sendo mais fácil a deslocação.

Para além disso, a Escola Secundária Domingos Rebelo, tal como referido, situa-se próxima do centro da cidade, podendo a deslocação ser feita a pé.

Relativamente à questão 5: *Consideras que as visitas de estudo contribuíram para dares mais importância à História Local e ao Património?*, todos os alunos (16 alunos) assinalaram a opção “Sim” considerando, deste modo, que as visitas de estudo contribuíram para darem mais importância à História Local e ao Património.

Para finalizar, relativamente à questão 6, pedimos que os alunos justificassem a sua resposta à questão anterior. Um aluno respondeu “não sei” e outro não respondeu.

Os alunos, de modo geral, consideraram que as visitas permitiram ter um maior conhecimento sobre o sítio onde vivem, conhecer aspetos que não conheciam e reconhecerem a importância de conhecer a História Local e o Património. Vejamos suas respostas:

“Sim, pois estão aqui na minha região local, e assim contribui, para o património cultural e História Local , mesmo sendo pouco o muito, é importante saber.”
“Considero que foi bastante importante, pois fiquei a conhecer bastante mais sobre a minha região.”
“Porque é importante conhecermos e aprendermos mais sobre a nossa história e património.”
“porque fiquei a saber de coisas que não sabia”
“Sim, pois assim fico a conhecer uma pouco melhor”
“Pois aprendemos mais coisas sobre o sítio onde vivemos”
“A visita de estudo fez termos mais conhecimento sobre a História local.”
“Sim, porque fiquei a saber mais da história onde vivo.”

Um aluno refere que para ser dado um maior valor ao património e à História Local é necessário conhecer melhor os espaços, demonstrando desta forma que as visitas levam a que se dê uma maior importância à História Local e ao Património: “Porque para dar mais importância da história local e do património temos de visitar ou conhecer melhor o local”

Dois alunos referiram que as visitas de estudo os levaram a ficar mais curiosos em saber mais, no entanto não desenvolvem muito as suas ideias.

“pois, ficamos curiosos e ficamos sempre a saber mais.”

“Sim, porque dá mais curiosidade”

Três alunos referem-se às potencialidades das visitas de estudo, ou seja, acabam por “fugir” ao pedido na questão.

“É uma maneira mais prática de obtermos conhecimento.”
--

“As visitas de estudo são uma metodologia complementar importante do ensino.”

“É mais fácil de entender”

Considerações Finais

No dia 11 de junho de 2020, o jornal *Observador*²⁴ noticiava que a Estátua do Padre António Vieira, em Lisboa, tinha sido vandalizada, à semelhança do que tem acontecido com outros “lugares de memória” que se relacionam com o passado colonial, na sequência dos protestos anti raciais que se fizeram sentir após o assassinato de George Floyd, nos EUA. Estas práticas demonstram a falta de sensibilidade, bem como de respeito relativamente ao Património. Nesta perspetiva, consideramos que o nosso trabalho se apresenta como pertinente. É na escola que se inicia a sensibilização para este tipo de questões e aquilo que pretendíamos, de entre um conjunto de tantos outros objetivos, era levar os alunos a valorizar a História Local e consequentemente o Património. Acreditamos que ao trabalharmos com os alunos a História Local, poderemos despoletar o seu sentido de pertença e levá-los, nesse sentido, a querer proteger aquilo que faz parte da sua História.

A estratégia de aprendizagem que escolhemos para levar os alunos a entrar em contacto com a realidade que lhes é familiar foi as visitas de estudo que, sem dúvida, demonstraram ser uma mais-valia. Tínhamos consciência de que o contacto com a realidade seria bastante profícuo para os alunos garantindo-se, ainda que de uma forma “descontraída”, que os alunos aprendessem mais sobre a História Local e, consequentemente, que a valorizassem, assim como o Património. As visitas de estudo não se realizaram ao acaso, foram sempre planificadas em paralelo com os conteúdos programáticos que estavam a ser lecionados, por forma a conseguirmos estabelecer uma ligação entre o passado e o presente.

No que diz respeito aos objetivos delineados para este estudo, ou seja, a) perceber que significado tem a História Local e, intimamente ligado, o património para os alunos; b) compreender a importância que lhes atribuem; c) avaliar se os alunos consideram que as visitas de estudo despertam o seu interesse por estas temáticas; d) observar se a motivação dos alunos pela disciplina aumenta, em resultado da relação entre

²⁴ <https://observador.pt/2020/06/11/descolonizacao-estatua-de-padre-antonio-vieira-em-lisboa-foi-vandalizada-com-dizeres/>

os conteúdos programáticos e espaços visitados; consideramos que conseguimos alcançá-los, tendo sido os resultados bastante satisfatórios, o que nos leva a crer que a estratégia favoreceu a valorização da História Local e do Património.

Contudo, consideramos que o estudo apresenta algumas limitações que se prendem com a recolha de dados. Em primeiro lugar, o facto de termos sido afetados pela pandemia levou a que não tivéssemos conseguido desenvolver esta atividade com os alunos do 10.º ano. Apesar de termos realizado, parcialmente, uma atividade, esta foi insuficiente para procedermos à recolha de quaisquer dados. Ainda que tenhamos pensado em adaptarmo-nos às circunstâncias e realizar visitas virtuais, considerámos que o impacto que teria nos alunos podia não ser relevante. Para além disso, se tivéssemos incluído os alunos do 10.º ano poderíamos inclusive fazer uma análise comparativa dos dados.

Outra limitação que consideramos que o estudo apresenta consiste no facto de não termos conseguido a participação de um grande número de alunos no que concerne ao preenchimento do questionário, tendo sido apenas 16 alunos os respondentes. Esta situação também se relaciona com a pandemia e com a dificuldade que tivemos em conseguir que os alunos participassem. Contudo, apesar de tais limitações, consideramos que conseguimos que o estudo acabasse por ser bem-sucedido.

Em suma, o sentimento que persiste neste momento é de missão cumprida. Através do presente estudo conseguimos, efetivamente, despertar o interesse dos alunos para a importância da História Local e do Património, bem como para a sua valorização. Para além disso, o facto de termos conciliado os conteúdos programáticos com as visitas que realizámos levou a que a motivação dos alunos fosse superior e pudemos verificar isso através da observação direta. Trabalhar esta temática com os alunos é, sem dúvida, uma mais-valia, um veículo para auxiliá-los na construção da sua identidade, mas também despertá-los para a prática de atitudes cívicas, no presente e no futuro, sendo esta a grande missão como docente.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, António (1998) – *Visitas de Estudo: Concepções e eficácia na aprendizagem*. Lisboa: Livros Horizonte.

ALMEIDA, António; VASCONCELOS, Clara (2013) – *Guia prático para atividades fora da escola*. Lisboa: Fonte da Palavra.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/270889198_Guia_pratico_para_atividades_fora_da_escola [consultado em 28 de dezembro de 2019]

ALMEIDA, Onésimo Teotónio (2009) – *Açorianidade – prolongando antigas reflexões*. In CASTRO, Gabriela; MIÚDO, Berta Pimentel; CARVALHO, Magda Costa coord. – *Reflexão sobre Mundividências da Açorianidade*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores com o apoio da Direção Regional da Ciência, Tecnologia e Comunicações, do Governo dos Açores, p. 45-58.

ALVES, Luís Alberto Marques (2006) – *A História local como estratégia para o ensino da História*. In Departamento de Ciências e Técnicas do Património e Departamento de História (org.) – *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 3. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 65-72.

Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8786> [consultado em 5 de junho de 2020]

ALVES, Luís Alberto Marques (2009) – *A função social da História*. «E-F@bulations/E-F@bulações», p. 18-22.

Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7245.pdf> [consultado em 2 de julho de 2020]

AMARAL, Carlos E. Pacheco (2009) – *Açorianidade, Identidade e Autonomia*. In CASTRO, Gabriela; MIÚDO, Berta Pimentel; CARVALHO, Magda Costa coord. – *Reflexão sobre Mundividências da Açorianidade*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores com o apoio

da Direção Regional da Ciência, Tecnologia e Comunicações, do Governo dos Açores, p. 67-76.

AMORIM, Maria Aparecida Blaz Vasques (2012) – *História, memória, identidade e História Oral*. «Jus Humanum – Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Cruzeiro do Sul», vol. 1, n.º 2, jan/jun. São Paulo, p. 107-112.

Disponível em:

http://revistapos.cruzeirodosul.edu.br/index.php/jus_humanum/article/view/75/53

[consultado em 2 de julho de 2020]

ARAÚJO, Sílvia Isabel Brochado (2017) – “*Só se ama o que se conhece...*”: *Contributos da História local no Ensino da História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Relatório de Estágio)

Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/108721> [consultado em 20 de maio de 2020]

ASSIS, Elisabete Xavier de; BELLÉ, Kássia; BOSCO, Vania Dilma (2013) – *O ensino da História Local e sua importância*. «REDIVI: Revista de Divulgação Interdisciplinar do Núcleo das Licenciaturas», p. 1-9.

Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/redivi/article/view/5089/4266> [consultado em 25 de julho de 2020]

BARCA, Isabel (2015) – *Educação patrimonial e consciência intercultural*. In SOLÉ, Glória org. – *Educação Patrimonial: Contributos para a construção de uma consciência patrimonial*. Braga: Centro de Investigação em Educação (Cied), Instituto de Educação, Universidade do Minho, p. 64-66.

Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/40238> [consultado em 20 de maio de 2020]

BETTENCOURT, Urbano (2016) – *Vitorino Nemésio: para um pensamento insular atlântico*. In CONDE, Manuel Sílvio Alves; SILVA, Susana Serpa coord. – *História, Pensamento e Cultura: Estudos em Homenagem a Carlos Cordeiro*. Ponta Delgada: Manuel Sílvio Alves Conde e Susana Serpa Silva, p. 369-379.

BRANDÃO, Paula Cristina Oliveira (2013) – *“Viagens na minha terra...” Contributos para uma valorização do Património Industrial*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Relatório de estágio)

Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/71751> [consultado em 15 de outubro de 2019]

CAIMI, Flávia Eloisa (2010) – *Meu lugar na história: de onde eu vejo o mundo?*. In OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de coord. – *História: ensino fundamental*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, pp. 59-82.

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7839-2011-historia-capa-pdf&category_slug=abril-2011-pdf&Itemid=30192 [consultado em 12 de julho de 2020]

CHOAY, Françoise (2000) – *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.

FAGUNDES, José Evangelista (2006) – *A história local e seu lugar na história: histórias ensinadas em Ceará-Mirim*. Natal, RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. (Tese de Doutorado)

Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/14531> [consultado em 21 de julho de 2020]

FARIA, Ana Rita Costa (2014) – *Visitas de Estudo: um desafio pedagógico no ensino da História*. Viana do Castelo: Instituto Politécnico de Viana do Castelo. (Relatório de Estágio)

Disponível em: http://repositorio.ipv.pt/handle/20.500.11960/1585?locale=pt_PT [consultado em 15 de outubro de 2019]

FREITAS, Juliana Marlene Nogueira (2018) – *Lembrar Guimarães: A História Local e o seu Património Imaterial no Ensino da História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Relatório de Estágio)

Disponível: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/116572/2/297036.pdf>
[consultado em 15 de outubro de 2019]

HALBWACHS, Maurice (1990) – *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice.

Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4618536/mod_resource/content/1/Maurice%20Halbwachs%20-%20A%20mem%C3%B3ria%20coletiva.pdf [consultado em 3 de julho de 2020]

HALL, Stuart (2006) – *A identidade cultural na pós-modernidade*, 11.ª ed. Rio de Janeiro: DP&A.

Disponível em: <https://leiaarqueologia.files.wordpress.com/2018/02/kupdf-com-identidade-cultural-na-pos-modernidade-stuart-hallpdf.pdf> [consultado em 3 de julho de 2020]

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz (1999) – *Guia Básico da Educação Patrimonial*. Brasília: Museu Imperial. DEPRON-IPHAN-MINC.

Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf [consultado em 5 de agosto de 2020]

JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque (2015) – Um quase objeto: algumas reflexões em torno da relação entre história e região. In LEAL, Maria das Graças de Andrade; FARIAS, Sara Oliveira org. – *História regional e local III: reflexões e práticas nos campos da teoria, pesquisa e do ensino*. Salvador: EDUNEB, pp. 37-61.

Disponível em: <http://www.saberaberto.uneb.br/handle/20.500.11896/1462> [consultado em 21 de julho de 2020]

JÚNIOR, Manoel Caetano do Nascimento; GUILLEN, Isabel Cristina Martins (2016) – História Local e o Ensino de História: das reflexões conceituais às práticas pedagógicas. In *VIII Encontro Estadual de História*. S.l: S.e, p. 1-11.

Disponível em: <https://docplayer.com.br/113141850-Historia-local-e-o-ensino-de-historia-das-reflexoes-conceituais-as-praticas-pedagogicas.html> [consultado em 5 de junho de 2020]

MADALENA, Juliano (2013) – *Resenha a “Identidade”, de Zygmunt Bauman*. «Civilistica.com: revista eletrônica de direito civil», a. 2, n.º 4, out-dez. Rio de Janeiro: S.e, p. 1-3.

Disponível em: <http://civilistica.com/wp-content/uploads/2015/02/Madalena-civilistica.com-a.2.n.4.2013.pdf> [consultado em 22 de outubro de 2019]

MELO, Alessandro de; CARDOZO, Poliana Fabiula (2015) – *Patrimônio, Turismo Cultural e Educação Patrimonial*. «Educação & Sociedade», vol. 36, n.º 133, out-dez. Campinas, p. 1059-1075.

Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v36n133/1678-4626-es-36-133-01059.pdf> [consultado em 20 de maio de 2020]

MIÚDO, Berta Pimentel (2009) – *Em torno de «Açorianidade: sentidos e simbologia»*. In CASTRO, Gabriela; MIÚDO, Berta Pimentel; CARVALHO, Magda Costa coord. – *Reflexão sobre Mundividências da Açorianidade*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores com o apoio da Direção Regional da Ciência, Tecnologia e Comunicações, do Governo dos Açores, p. 201-208.

MOCELLIM, Alan (2008) – *A questão da identidade em Giddens e Bauman*. «Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC», vol. 5, n.º 1 (1) agosto-dezembro. Santa Catarina, p. 1-31.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2008v5n1p1/12340> [consultado em 22 de outubro de 2019]

MOREIRA, Carla (2006) – *O entendimento do Patrimônio no contexto local*. «Oppidum», n.º 1, pp. 127-140.

Disponível em: https://www.cm-lousada.pt/cmlousada/uploads/document/file/246/23_original.pdf [consultado em 5 de agosto de 2020]

MOREIRA, João Manuel (2004) – *Questionários: teoria e prática*. Coimbra: Almedina.

NUNES, Graça Maria Soares (1996) – *A História Regional e Local – contributos para o estudo das identidades locais*. «Cadernos de Sociomuseologia», n.º 8. Lisboa: Departamento de Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, pp. 71-81.

Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/282> [consultado em 21 de julho de 2020]

OLIVEIRA, Daniel (2009) – *Autonomia Artística*. In CASTRO, Gabriela; MIÚDO, Berta Pimentel; CARVALHO, Magda Costa coord. – *Reflexão sobre Mundividências da Açorianidade*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores com o apoio da Direção Regional da Ciência, Tecnologia e Comunicações, do Governo dos Açores, p. 93-101.

OLIVEIRA, Hélder Tiago Ferreira Quintas de (2011) – *Geografia, História e Paisagem: uma experiência pedagógica de integração de saberes no âmbito de uma visita de estudo*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Relatório de estágio)

Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/78449?mode=full> [consultado em 28 de setembro de 2019]

PAIM, Elison Antonio; PICOLLI, Vanessa (2007) – *Ensinar história regional e local no ensino médio: experiências e desafios*. «História & Ensino», vol. 13. Londrina, pp. 107-126.

Disponível: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/11647/10331> [consultado em 12 de julho de 2020]

PAIS, José Machado (1999) – *Consciência Histórica e Identidade: os jovens portugueses num contexto Europeu*. Oeiras: Celta Editora.

Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/39425> [consultado em 2 de julho de 2020]

PEREIRA, Maria da Piedade Rolo; CARDOSO, Ana Paula Pereira Oliveira (2010) – *A escola e a educação patrimonial: perspectivas de intervenção*. «Millenium», n.º 38 (15), junho. Viseu: Instituto Politécnico de Viseu, p. 107-124.

Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/millenium/article/view/8253> [consultado em 6 de junho de 2020]

PINTO, Maria Helena Mendes Nabais Faria (2011) – *Educação Histórica e Patrimonial: conceções de alunos e professores sobre o passado em espaços do presente*. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Educação. (Tese de Doutoramento)

Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/19745> [consultado em 20 de maio de 2020]

PINTO, Maria Helena Mendes Nabais Faria (2015) – *Articulando Património e Educação: os contributos da Educação Patrimonial*. In SOLÉ, Glória org. – *Educação Patrimonial: Contributos para a construção de uma consciência patrimonial*. Braga: Centro de Investigação em Educação (Cied), Instituto de Educação, Universidade do Minho, p. 66-69.

Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/40238> [consultado em 20 de maio de 2020]

POLLAK, Michael (1989) – *Memória, Esquecimento, Silêncio*. «Estudos Históricos», vol. 2, n.º 3. Rio de Janeiro, p. 3-15.

Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf [consultado em 7 de julho de 2020]

POLLAK, Michael (1992) – *Memória e Identidade Social*. «Estudos Históricos», vol. 5, n.º 10. Rio de Janeiro, p. 200-215.

Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>

[consultado em 2 de julho de 2020]

PRADO, Daniel Porciuncula; MACEDO, Sabrina Meirelles (2013) – *Reflexões a cerca do ensino de História: a História Local e a Consciência Histórica*. «Revista Latino-Americana de História», vol. 2, n.º 6, p. 1197-1210.

Disponível em: <http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/viewArticle/266>.
[consultado em 12 de julho de 2020]

PRIMO, Judite Santos (2007) – *A Museologia e as Políticas Culturais Europeias: o caso português*. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique. (Tese de Doutoramento)

Disponível em: <http://repositorio.uportu.pt/jspui/bitstream/11328/584/2/TDE%205.pdf> [consultado em 23 de maio de 2020]

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van (2005) – *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

RATO, Valter José Espanhol (2016) – *A importância das visitas de estudo na aprendizagem: Conceções de alunos e professores*. Lisboa: Instituto Politécnico de Lisboa. Escola Superior de Educação de Lisboa. (Relatório de estágio)

Disponível em: <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/6467> [consultado em 29 de setembro de 2019]

SAMUEL, Raphael (setembro de 1989/ fevereiro de 1990) – *História Local e História Oral*. «Revista Brasileira de História – Órgão da Associação Nacional dos Professores Universitários de História», vol. 9, n.º 19. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, p. 219-243.

Disponível em: https://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=22 [consultado em 21 de julho de 2020]

SERPA, Ana Isabel; LOURENÇO, Helena (2019) – *Escola Secundária Domingos Rebelo: à luz dos novos tempos*. Ponta Delgada: Escola Secundária Domingos Rebelo.

SILVA, Francisco Ribeiro da (1999) – *História local: objetivos, métodos e fontes*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 383-395.

Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3226.pdf> [consultado em 12 de novembro de 2019]

SILVA, Luís Carlos Borges da (2013) – *A importância do estudo de História Regional e Local na Educação Básica*. «XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social». Natal-RN, p. 1-11. Comunicação dias 22 a 26 de julho

Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1372277415_AR-QUIVO_Artigo-HistoriaRegional_NATAL_.pdf [consultado em 22 de julho de 2020]

SOLÉ, Glória (2015) – *Introdução*. In SOLÉ, Glória org. – *Educação Patrimonial: Contributos para a construção de uma consciência patrimonial*. Braga: Centro de Investigação em Educação (Cied), Instituto de Educação, Universidade do Minho, p. 56-58.

Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/40238> [consultado em 20 de maio de 2020]

SOUZA, Mariana Jantsch (2014) – *A memória como matéria prima para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade*. «Revista Graphos – Revista da Pós-Graduação em Letras», vol. 16, n.º 1. Paraíba, p. 91-117.

Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/graphos/article/view/20337/11264> [consultado em 2 de julho de 2020]

SZWAKO, José (2006) – *Identidades liquidadas*. «Revista de Sociologia e Política» n.º 27. Curitiba, p. 215-218.

Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782006000200017 [consultado 22 de outubro de 2019]

TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha (2008) – *A Educação Patrimonial no ensino de História*. «Biblos – Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação», vol. 22, n.º 1. Rio Grande: EDGRAF – Editora e Gráfica da FURG, Universidade Federal do Rio Grande, p. 199-211.

Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/868> [consultado em 6 de agosto de 2020]

VALE, Filipe Alberto Vieira do (2019) – *A Visita de Estudo na Didática da História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Relatório de estágio)

Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/121669> [consultado em 28 de setembro de 2019]

Legislação consultada:

Carta de Veneza, 1964

Disponível em:

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf> [consultada em 17 de maio de 2020]

Convenção para a proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, 1972

Disponível em:

<https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf> [consultada em 17 de maio de 2020]

Lei de Bases do Sistema Educativo

Disponível em: <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/70328402/202008061216/exportPdf/maximized/1/cacheLevelPage?rp=indice> [consultada em 6 de agosto de 2020]

Programa de História do 3.º ciclo do Ensino Básico (vol. I e II)

Disponível em:

https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/eb_hist_programa_3c_1.pdf

[consultado em 20 de maio de 2020]

https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/eb_hist_programa_3c_2.pdf

[consultado em 20 de maio de 2020]

Lei n.º 107/2001 Lei de Bases do Património Cultural

Disponível em: <https://dre.pt/application/file/a/629698> [consultada em 20 de maio de 2020]

Convenção para salvaguarda do Património Cultural Imaterial, 2003

Disponível em:

<https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf> [consultada em 17 de maio de 2020]

Decreto-Lei n.º 139/2009 do Património Cultural Imaterial

Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdfgratis/2009/06/11300.pdf> [consultado em 17 de maio de 2020]

Orientações curriculares – História, Geografia e Cultura dos Açores – 3.º ciclo, 2017

Aprendizagens Essenciais de História dos 7.º, 8.º e 9.º anos

Disponível em:

https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/3_ciclo/historia_3c_7a_ff.pdf [consultado em 18 de maio de 2020]

https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/3_ciclo/historia_3c_8a_ff.pdf [consultado em 18 de maio de 2020]

https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/3_ciclo/historia_3c_9a_ff.pdf [consultado em 18 de maio de 2020]

Projeto Curricular de Escola 2017-2020 da Escola Secundária Domingos Rebelo

Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1i60jJUlrErXSM-fUTwHvfX2TI2sYLFnKC/view> [consultado em 11 de agosto de 2020]

Despacho n.º 6147/2019 in Diário da República 2.ª série — N.º 126 — 4 de julho de 2019

Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/122920121> [consultado em 26 de fevereiro de 2020]

Decreto Legislativo Regional n.º 16/2019/A, de 23 de julho de 2019

Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/123407858> [consultado em 28 de julho de 2020]

Websites:

<https://www.publico.pt/2019/09/08/sociedade/noticia/alunos-aco-res-va-o-aprender-historia-geografia-cultura-regiao-1885914> [consultado em 11 de outubro de 2019]

<http://museucarlosmachado.azores.gov.pt/osemigrantes> [consultado em 30 de junho de 2020]

<https://www.cm-pontadelgada.pt/pages/473> [consultado em 11 de agosto de 2020]

<https://drive.google.com/file/d/1kwCeimeU5JAjCX-thrVK02nTy8rf0-K/view> [consultado em 11 de agosto de 2020]


<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=566> [consultado em 19 de agosto de 2020]

<https://observador.pt/2020/06/11/descolonizacao-estatua-de-padre-antonio-vieira-em-lisboa-foi-vandalizada-com-dizeres/> [consultado em 17 de setembro de 2020]

<http://folhadepoesia.blogspot.com/2014/01/ilhas-de-bruma.html> [consultado em 27 de setembro de 2020]

Anexos

Anexo 1: Ficha de trabalho aplicada no 7.º ano




Escola Secundária Domingos Rebelo
Ano letivo 2019/2020
Visita de Estudo Sinagoga de Ponta Delgada
7.º ANO
História

1- O que aprendeste com a visita à Sinagoga de Ponta Delgada?

1

Anexo 2: Questionário aplicado aos alunos



A História Local e o Património

Este questionário realiza-se no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3.º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. O objetivo desta investigação passa por compreender qual é o conhecimento dos alunos sobre a História Local e o Património da sua localidade. Fico muito grata pela tua colaboração!


Érica Costa (Professora Estagiária de História)

Seguinte

Nunca envie palavras-passe através dos Google Forms.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Utilização](#) - [Política de privacidade](#)

Google Formulários



A História Local e o Património

*Obrigatório

Dados pessoais

Idade *

A sua resposta

Sexo *

Feminino

Masculino

Turma *

7.º F

7.º G

7.º H

7.º N

Anterior Seguinte

Nunca envie palavras-passe através dos Google Forms.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Utilização](#) - [Política de privacidade](#)

Google Formulários



A História Local e o Património

*Obrigatório

Os conceitos de História Local e de Património

Nesta secção pretendo perceber o que é para ti a História Local e o Património, assim como a importância que atribuis à História da tua localidade.

1. O que é para ti a História Local? *

A sua resposta

2. Consideras importante conhecer a História do local onde vives? *

Sim

Não

3. Justifica a tua resposta. *

A sua resposta

4. O que entendes por Património? *

A sua resposta

Anterior

Seguinte

Nunca envie palavras-passe através dos Google Forms.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Utilização](#) - [Política de privacidade](#)



Google Formulários





A História Local e o Património

*Obrigatório

Visitas de estudo como estratégia para aprendizagem da História Local.

As visitas de estudo têm imensas potencialidades, sendo bastante importantes para a aprendizagem. Nesta secção, pretendo compreender que aspetos aprendeste na(s) visita(s) de estudo que realizaste, bem como perceber que importância têm, para ti, as visitas de estudo.

1. Selecciona o(s) local(local) que visitaste no âmbito da disciplina de História. *



Fábrica de Cerâmica Vieira



Sinagoga de Ponta Delgada

2. O que mais gostaste na(s) visita(s) de estudo que realizámos? *

A sua resposta

3. Refere dois aspetos que conhecias sobre o(s) local(local) que visitaste. *

A sua resposta

4. Refere dois aspetos que não sabias e ficaste a saber sobre o(s) local(local) que visitaste. *

A sua resposta

5. Consideras que as visitas de estudo contribuíram para dares mais importância à História Local e ao Património? *

Sim

Não

6. Justifica a tua resposta. *

A sua resposta

Anterior

Submeter



Nunca envie palavras-passe através dos Google Forms.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Utilização](#) - [Política de privacidade](#)

Google Formulários



Anexo 3: Guião da Visita de Estudo ao Museu Hebraico – Sahar Hassaiman – Portas do Céu – Sinagoga de Ponta Delgada.

Guião de Exploração	Domínio: A Herança do Mediterrâneo Antigo
Visita de Estudo ao Museu Hebraico - Sahar Hassaiman - Sinagoga de Ponta Delgada	Subdomínio: Origem e difusão do cristianismo
Nome _____ N.º _____ Turma _____	
Vamos começar a nossa visita...	
Bem-vindo! Agora que cruzaste a porta de entrada do Museu, já te debes ter apercebido que estás num espaço diferente. Vais visitar um lugar com muitos anos de existência e que pertenceu a Judeus que se instalaram na cidade de Ponta Delgada. Vais ter a oportunidade de explorar um pouco da cultura e da religião dos Hebreus. Aproveita esta viagem no tempo e segue as indicações fornecidas neste guião. Vai ser muito divertido!! No final, não te esqueças de o entregar à tua Professora!	
I. Segue em frente e presta atenção à placa que se encontra à tua esquerda...	
1.1. Em que ano foi fundada a Sinagoga na cidade de Ponta Delgada? _____	
1.2. A que ano corresponde no calendário judaico? _____	
II. Segue em frente e... stop!	
2.1. O que vês? _____	
2.2. Para que fins era utilizada? _____	
2.3. Por quem era utilizada? _____	
2.4. De onde vinha a água utilizada? _____	
	
III. Sobe as escadas, vamos continuar a visita....	
3.1. Como se designa o espaço que estás a ver agora? _____	
3.2. Que instituição impedia os judeus de praticar a sua religião? _____	
3.3. Indica o nome de três fundadores da Sinagoga? _____	
3.4. O que vês dentro da vitrine, imediatamente a seguir às fotografias? _____	
3.5. Assinala com <u>X</u> os objetos que se encontram no interior do expositor com fundo vermelho.	
Bíblia <input type="checkbox"/> Talit <input type="checkbox"/> Kipá <input type="checkbox"/> Siddur <input type="checkbox"/> Shofar <input type="checkbox"/> Ábaco <input type="checkbox"/>	
3.6. Que objeto vês no canto da sala, imediatamente a seguir ao expositor de fundo vermelho que acabaste de observar? _____	
3.7. O que era feito aí? _____	
1	

3.8. Quem o fazia? _____

3.9. Como se designa a festa da Páscoa na comunidade judaica? _____

3.10. Que acontecimento se celebra nesta festividade? _____

3.11. O que é o Chanucá? _____

IV. Agora que já terminámos a visita ao espaço da memória vamos prosseguir....

4.1. Em que sala nos encontramos? _____

4.2. Este espaço celebra a memória de quem? _____

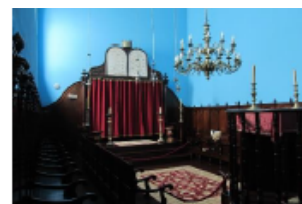
4.3. Quem são? _____

4.4. No lado direito sala encontramos um conjunto de fotografias. O que apresentam? _____

4.5. Indica alguns dos objetos que encontras no armário que se encontra à tua frente? _____

4.6. Onde foram encontrados esses objetos? _____

V. Vamos prosseguir a nossa visita visitando o espaço mais esperado deste Museu a SINAGOGA!



5.1. Assinala com V (verdadeiro) e F (falso) as seguintes afirmações.

- a) O objeto que se encontrava à porta da Sinagoga designava-se por Mezuzá _____
- b) A coroa que se encontra no cimo das Tábuas pertence a Salomão. _____
- c) Por detrás do pano vermelho encontramos uma caixa que contém toras. _____
- d) No interior da Sinagoga as mulheres sentavam-se junto dos homens. _____
- e) O rabino era a figura mais importante da comunidade judaica. _____
- f) Ao levantar o assento dos bancos não encontramos nenhum objeto. _____
- g) No interior da Sinagoga encontramos uma caixa que se destinava a receber cartas. _____

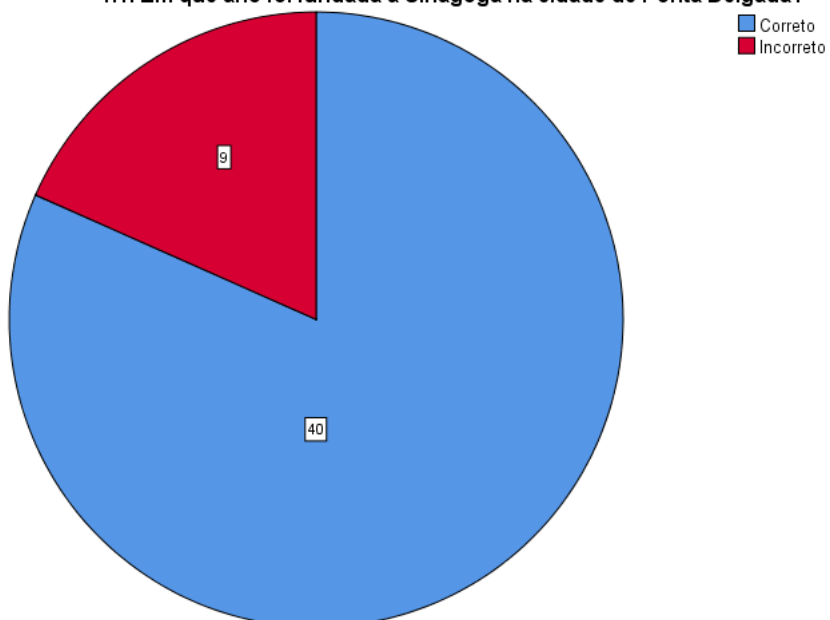
Terminamos a visita!! Mas valeu bem a pena! Foi muito divertida e aprendemos coisas bastante interessantes! Resolve agora esta sopa de letras e recorda o que viste ao longo desta visita!!

Palavras	
Chanucá	
Circuncisão	
Judaica	
Kipá	
Mezuzá	
Talit	
Torah	
Rabino	

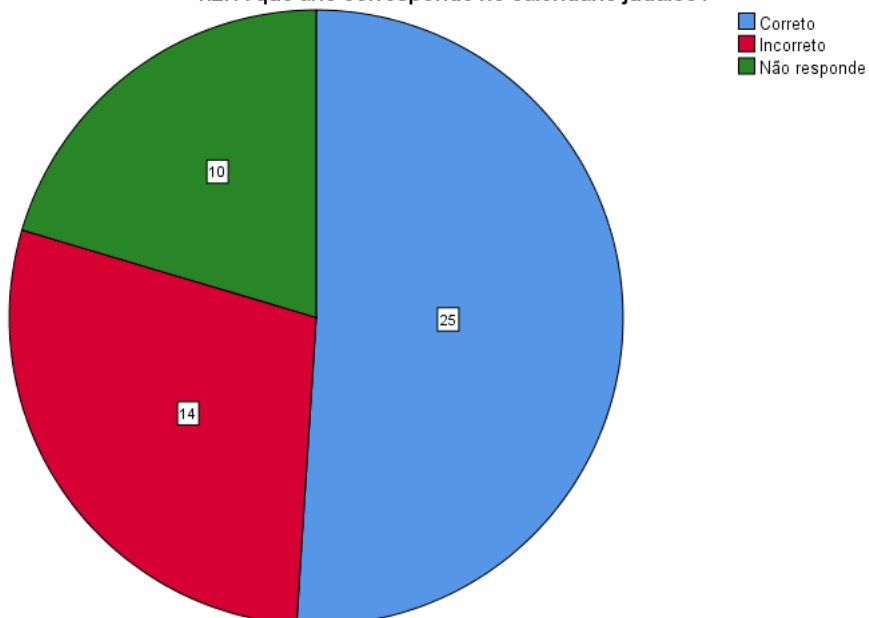
C	I	R	C	U	N	C	I	S	A	O
H	B	A	T	R	Z	V	A	T	I	O
A	T	M	K	V	Y	T	M	B	T	R
N	O	S	I	N	A	G	O	G	A	A
U	R	A	P	B	C	H	Y	T	L	B
C	A	H	A	T	R	M	J	D	I	I
A	H	V	M	E	Z	U	Z	A	T	N
M	J	U	D	A	I	C	A	T	Y	O

Anexo 4: Respostas dos alunos às questões do Guião da Visita de Estudo ao Museu Hebraico – Sahar Hassaiman – Portas do Céu – Sinagoga de Ponta Delgada. ²⁵

1.1. Em que ano foi fundada a Sinagoga na cidade de Ponta Delgada?

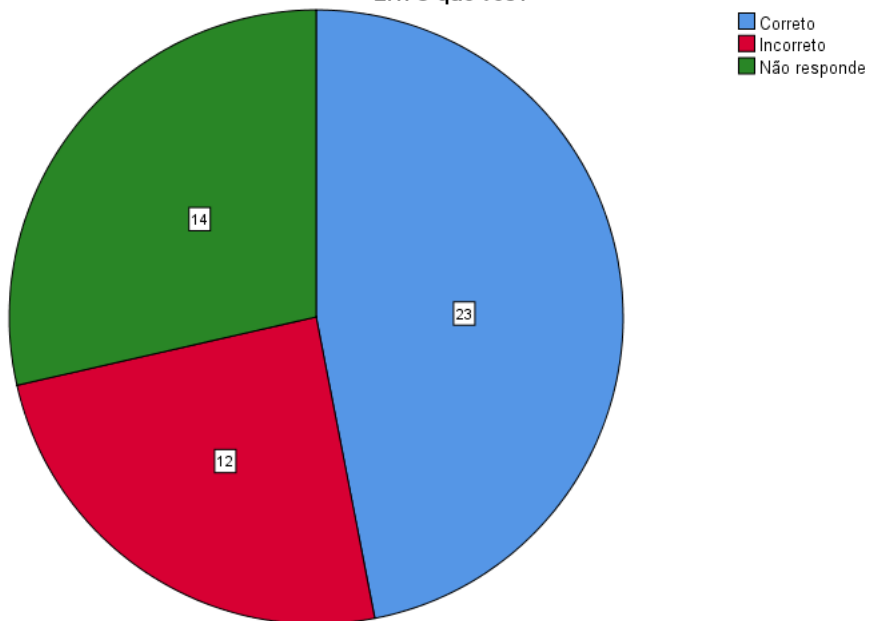


1.2. A que ano corresponde no calendário judaico?

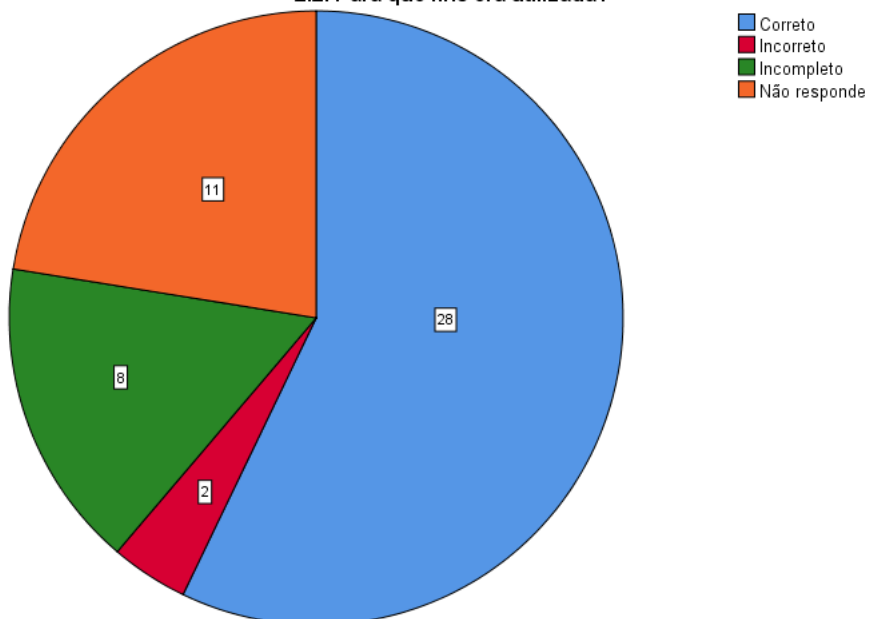


²⁵ Os valores apresentados nos gráficos referem-se ao número exato de alunos. Os dados foram tratados no programa SPSS.

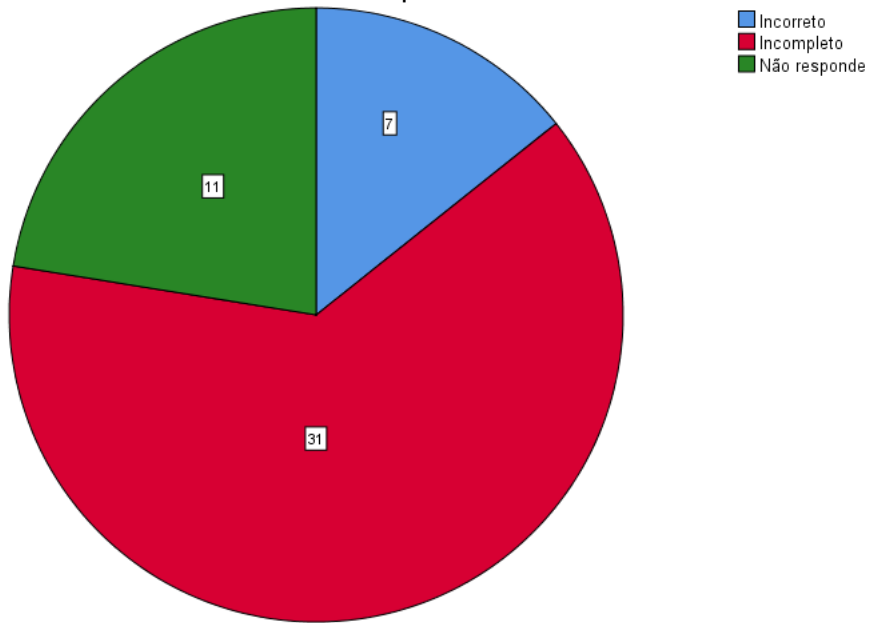
2.1. O que vêis?



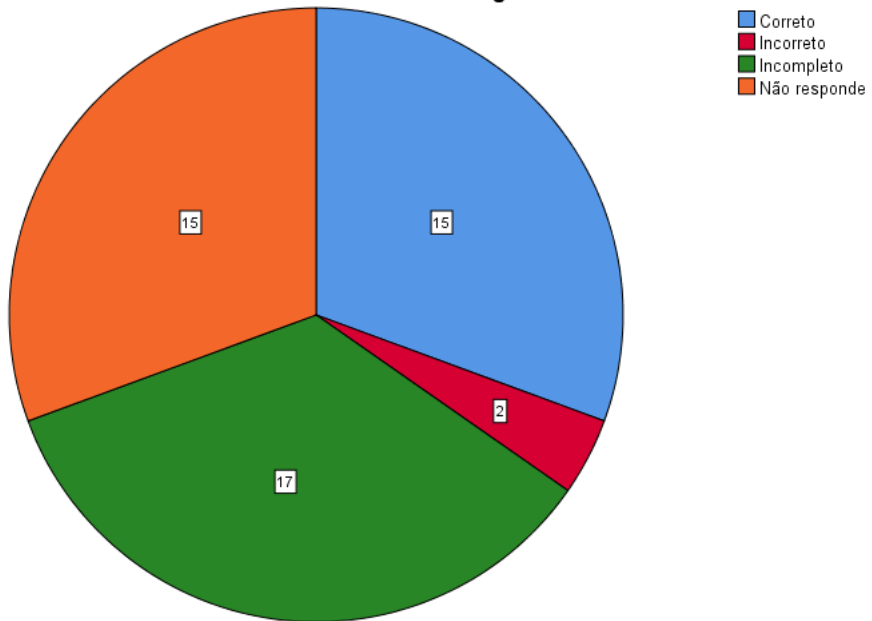
2.2. Para que fins era utilizada?



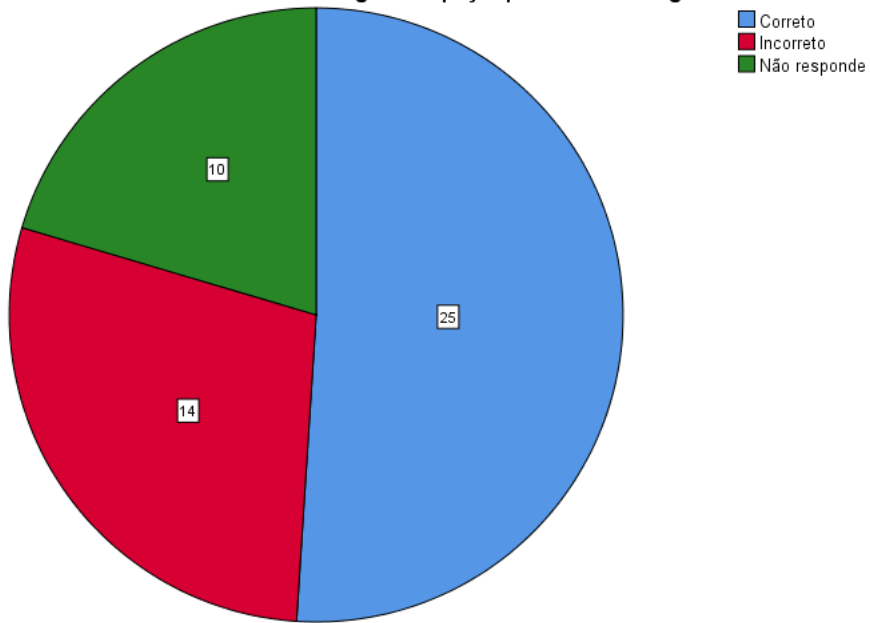
2.3. Por quem era utilizada?



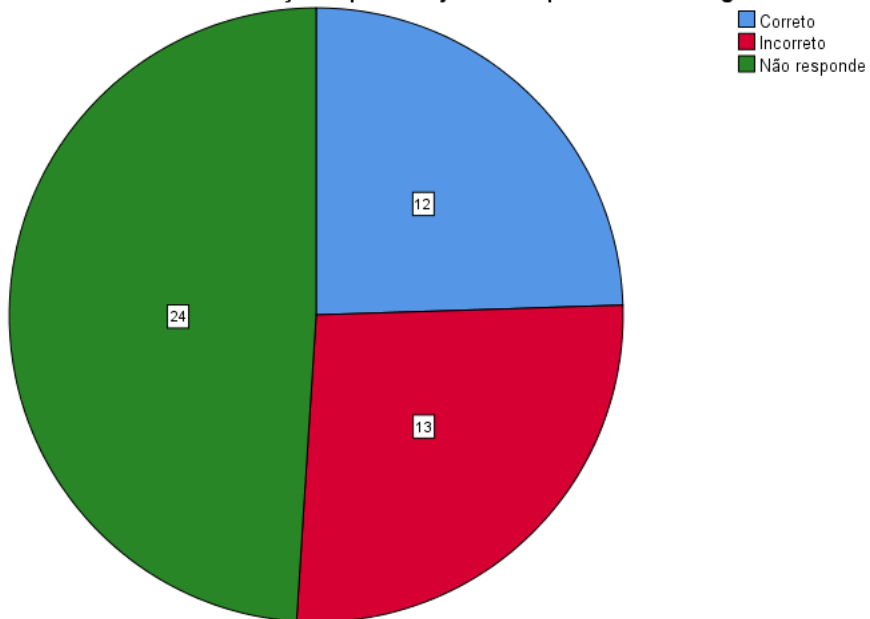
2.4. De onde vinha a água utilizada?



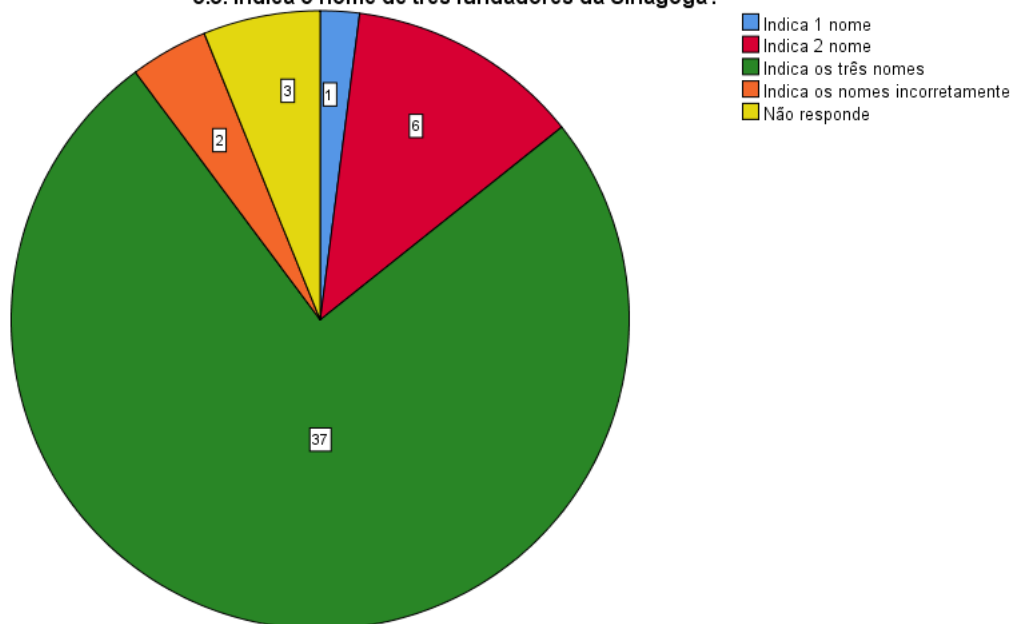
3.1. Como se designa o espaço que estás a ver agora?



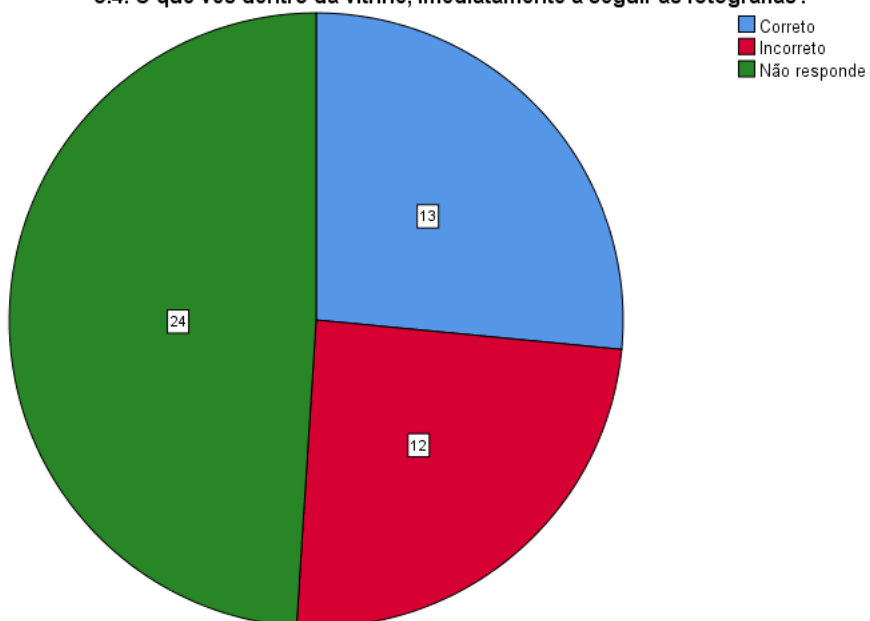
3.2. Que instituição impedia os judeus de praticar a sua religião?



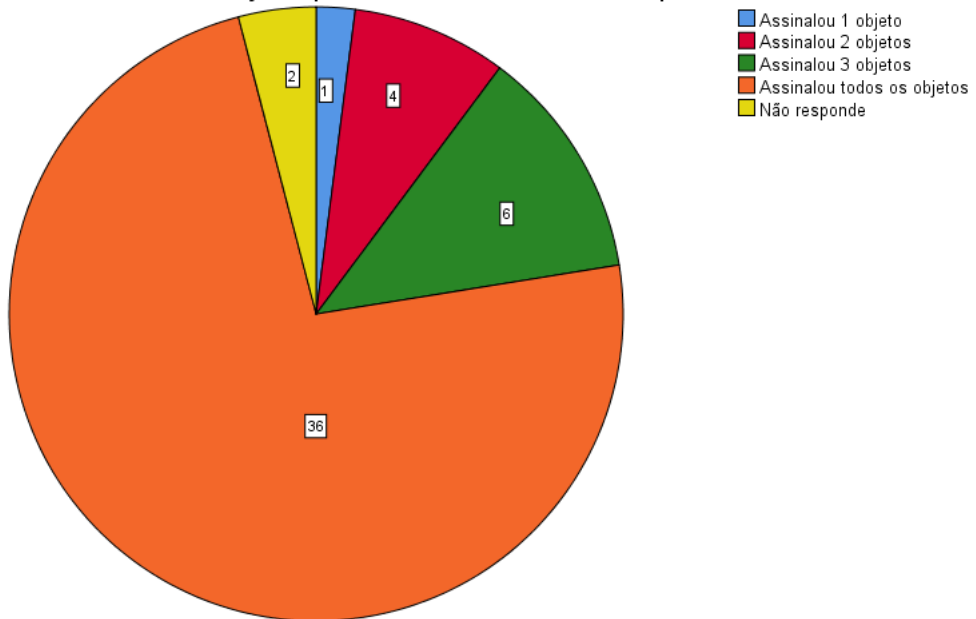
3.3. Indica o nome de três fundadores da Sinagoga?



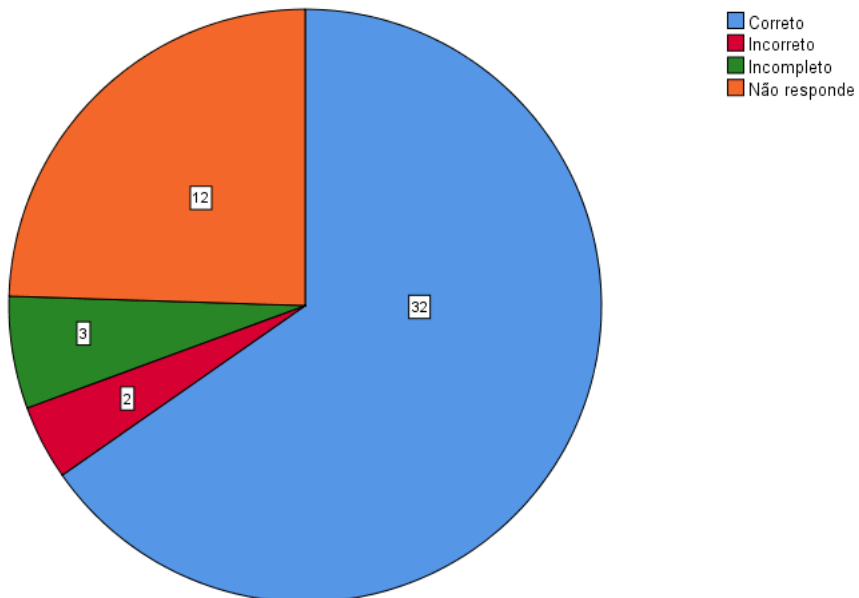
3.4. O que vês dentro da vitrine, imediatamente a seguir às fotografias?



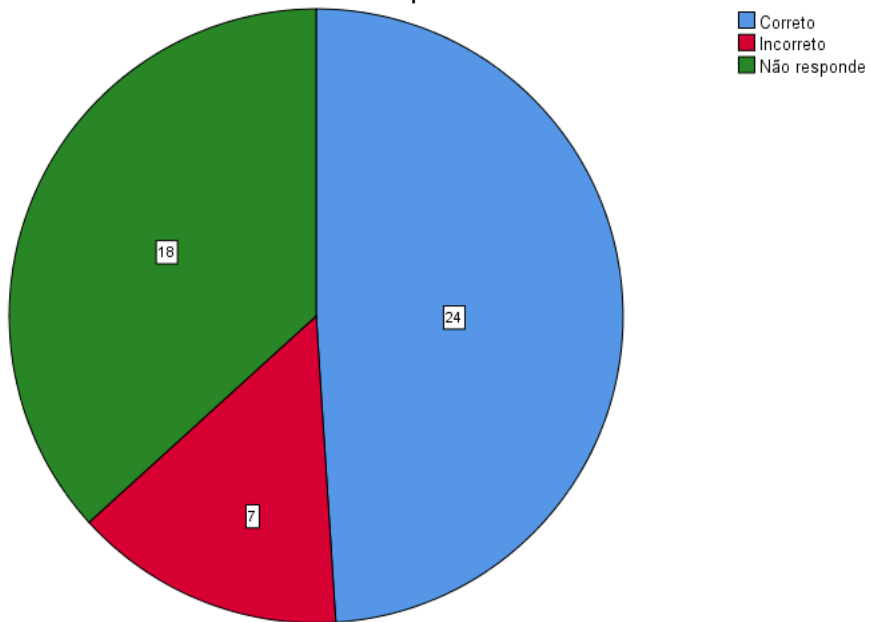
3.5. Assinala com um X os objetos que se encontram no interior do expositor com fundo vermelho.



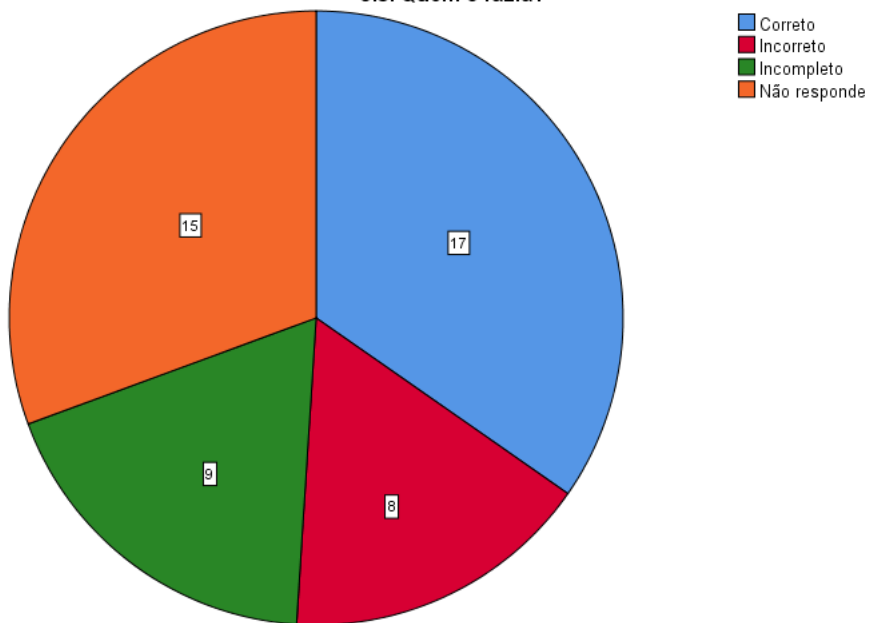
3.6. Que objeto vês no canto da sala, imediatamente a seguir ao expositor de fundo vermelho que acabaste de observar?



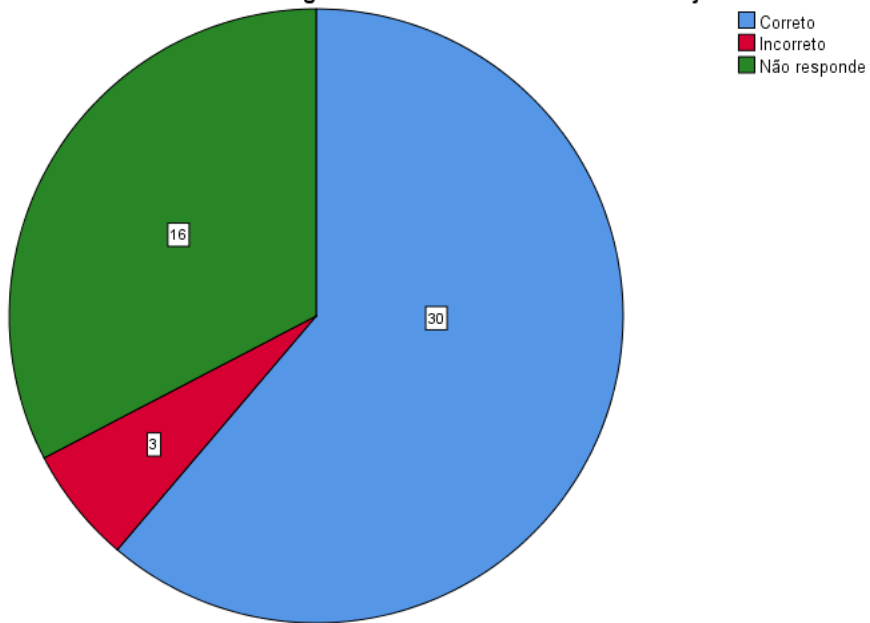
3.7. O que era feito aí?



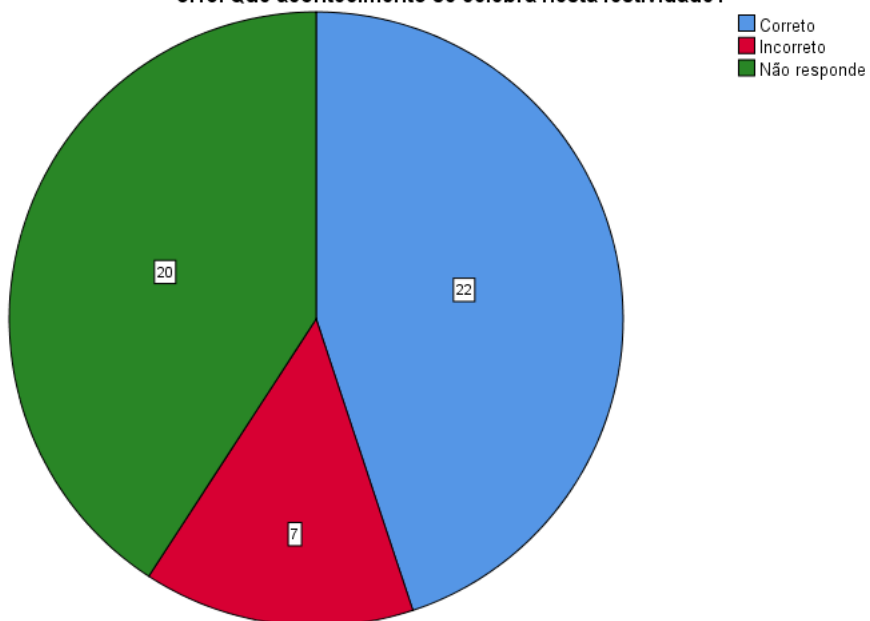
3.8. Quem o fazia?



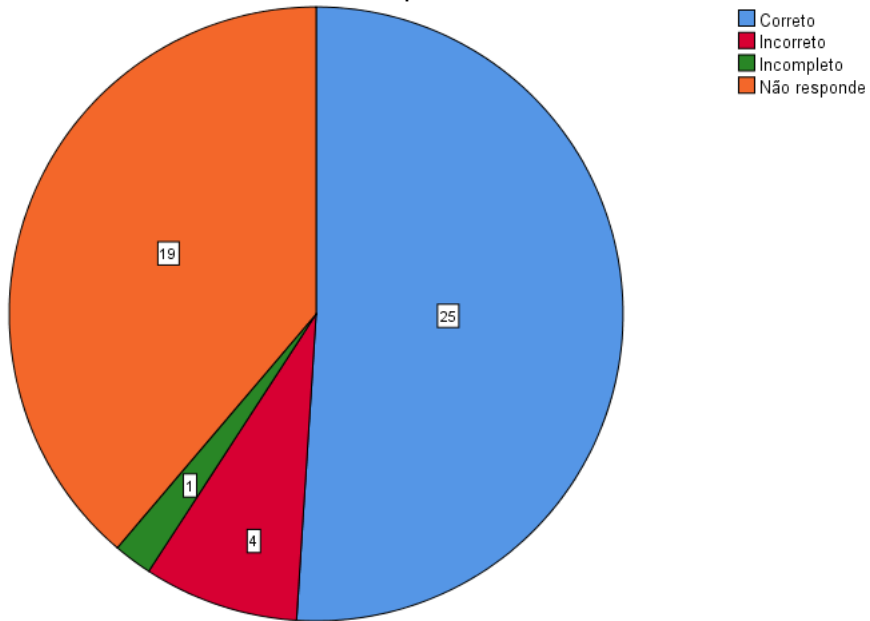
3.9. Como se designa a festa da Páscoa na comunidade judaica?



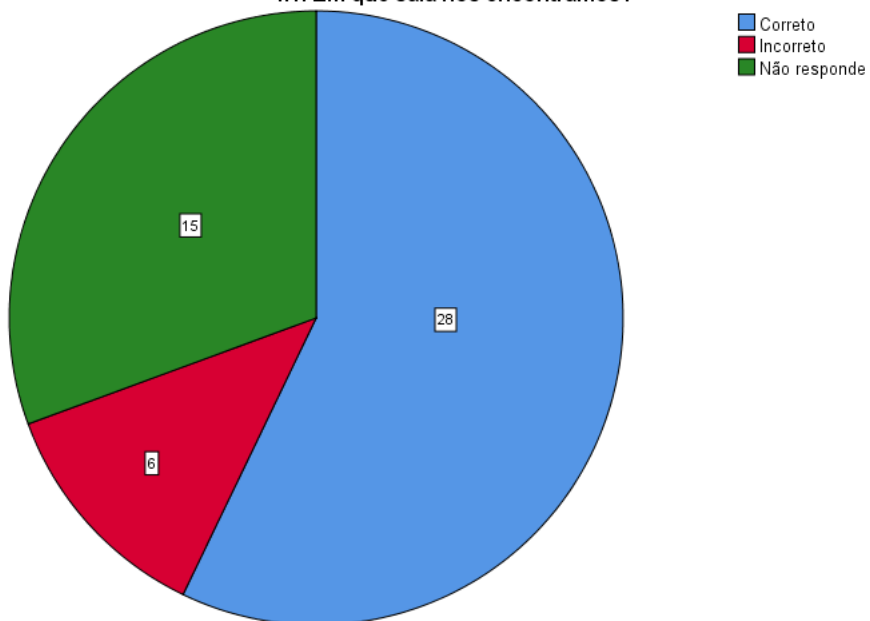
3.10. Que acontecimento se celebra nesta festividade?



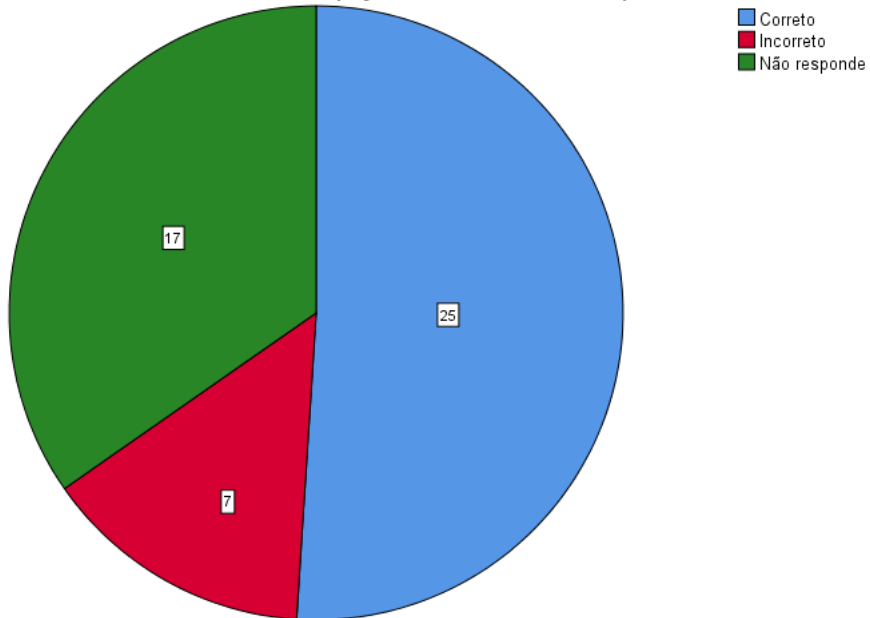
3.11. O que é o Chanucá?



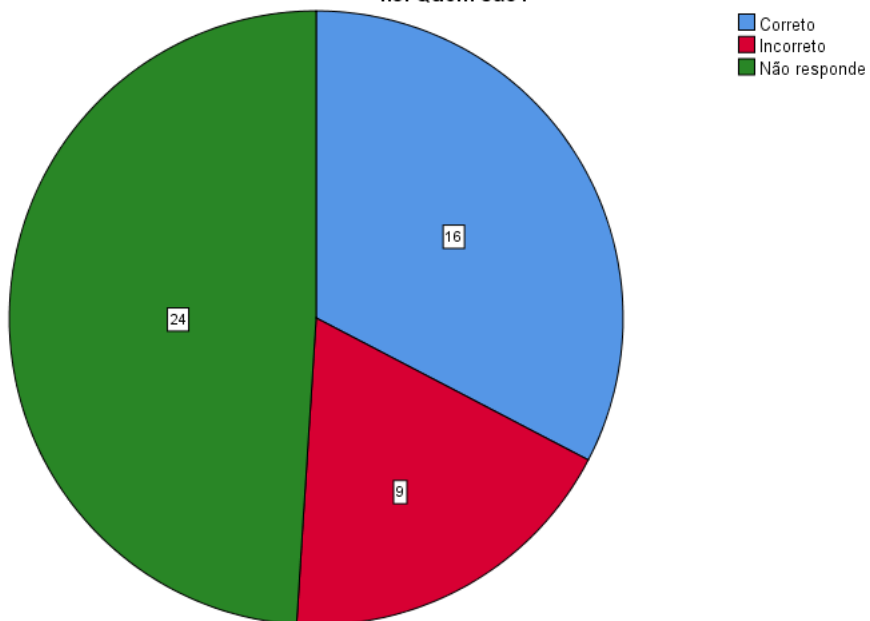
4.1. Em que sala nos encontramos?



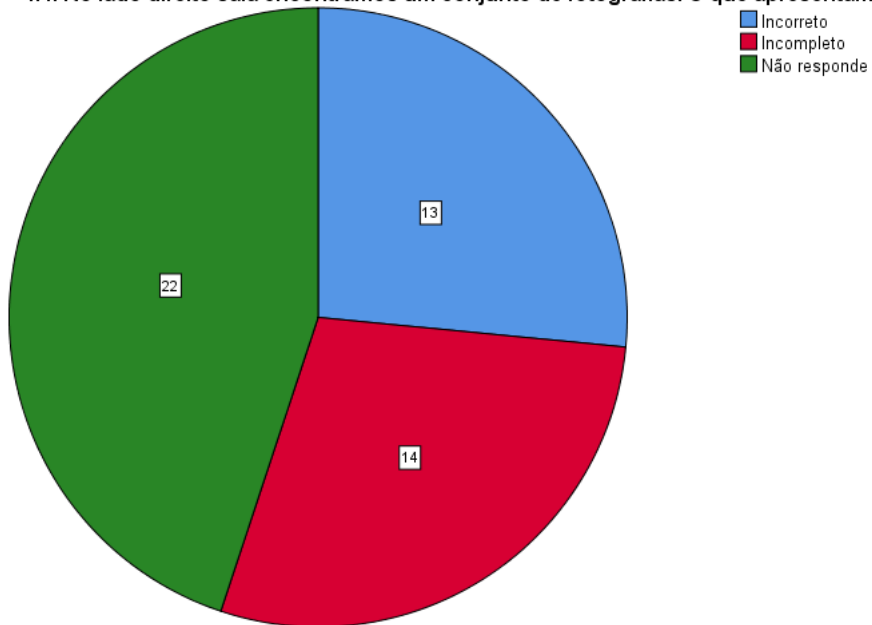
4.2. Este espaço celebra a memória de quem?



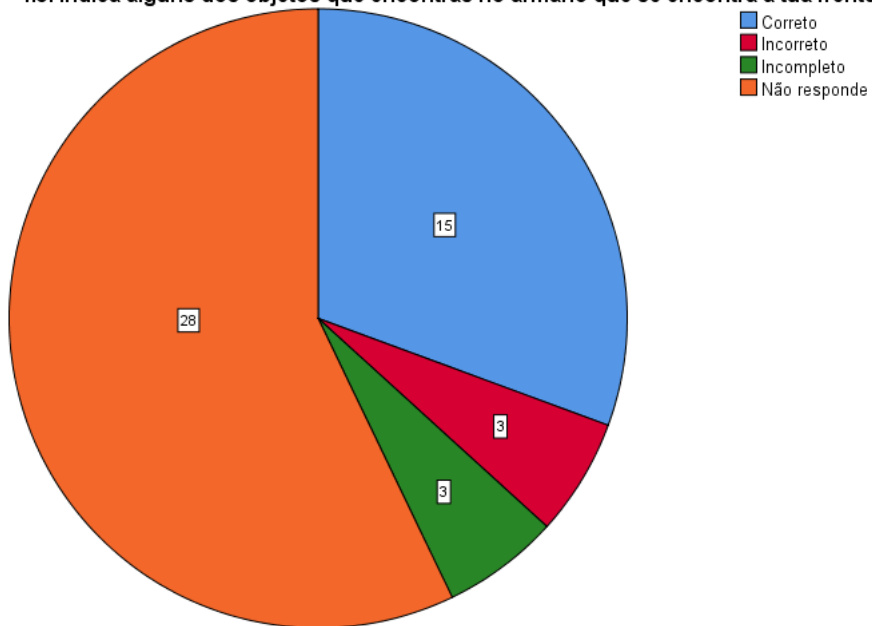
4.3. Quem são?



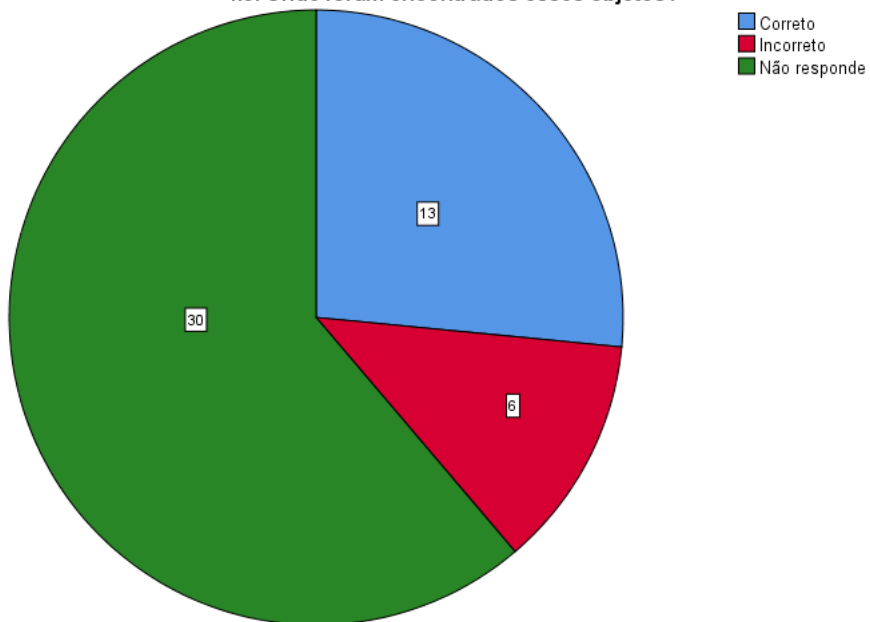
4.4. No lado direito sala encontramos um conjunto de fotografias. O que apresentam?



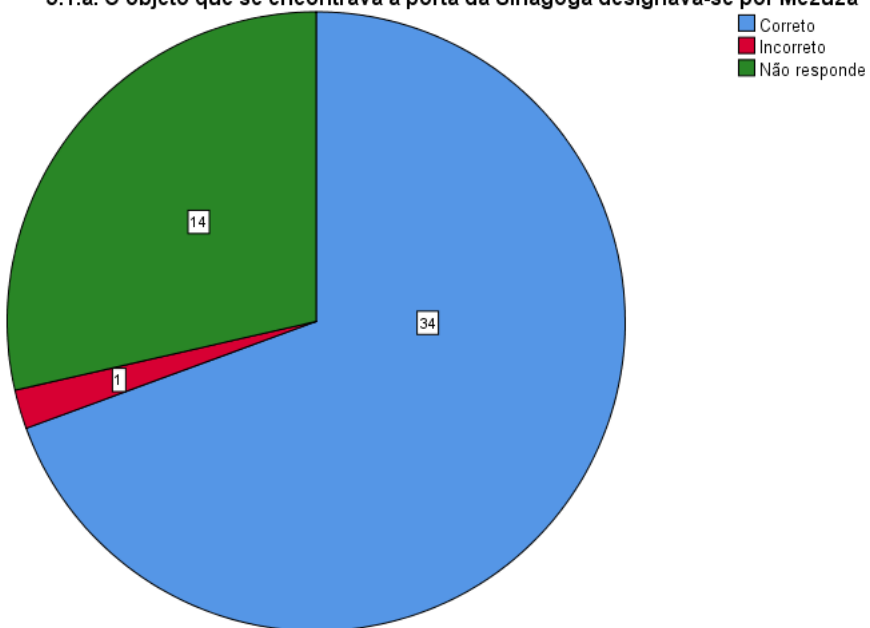
4.5. Indica alguns dos objetos que encontras no armário que se encontra à tua frente?



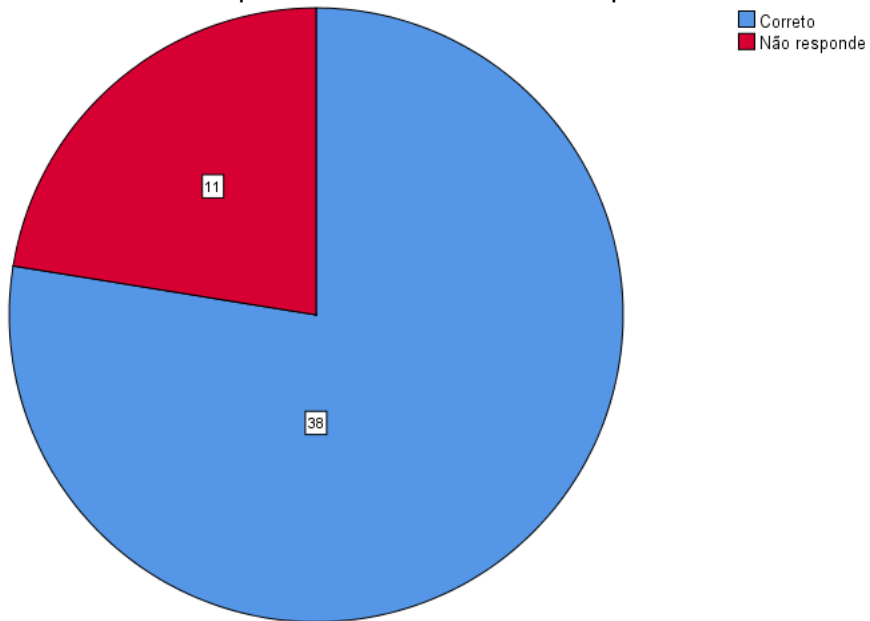
4.6. Onde foram encontrados esses objetos?



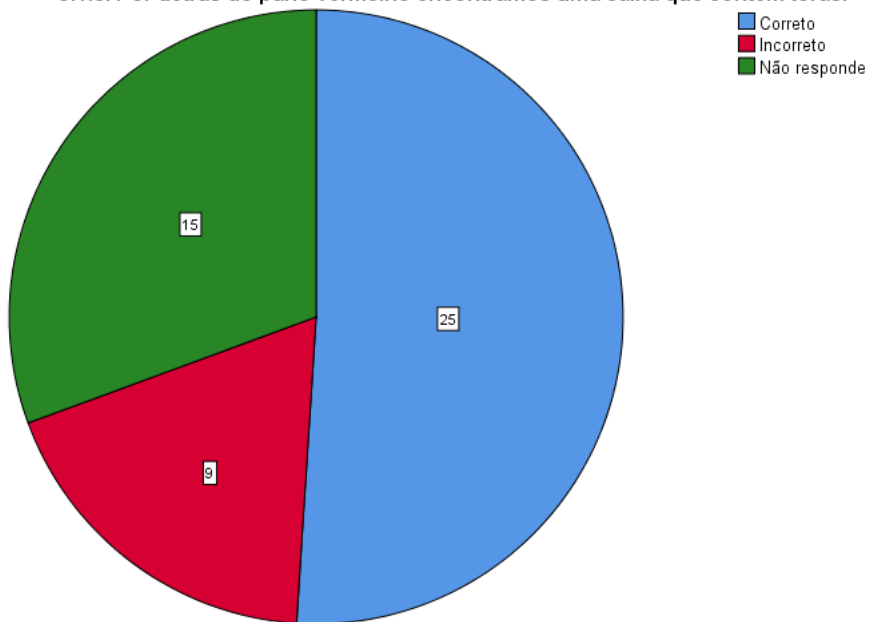
5.1.a. O objeto que se encontrava à porta da Sinagoga designava-se por Mezuzá



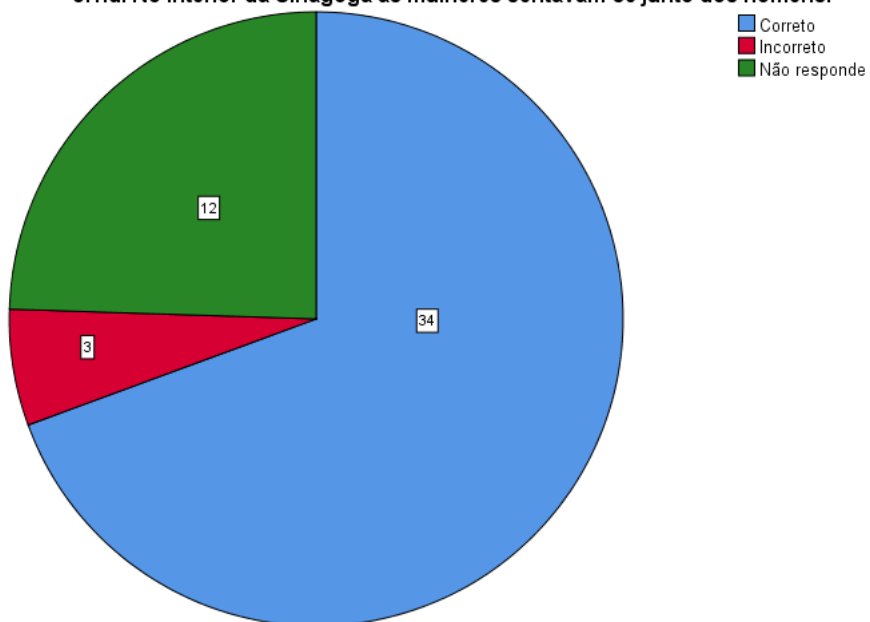
5.1.b. A coroa que se encontra no cimo das Tábuas pertence a Salomão.



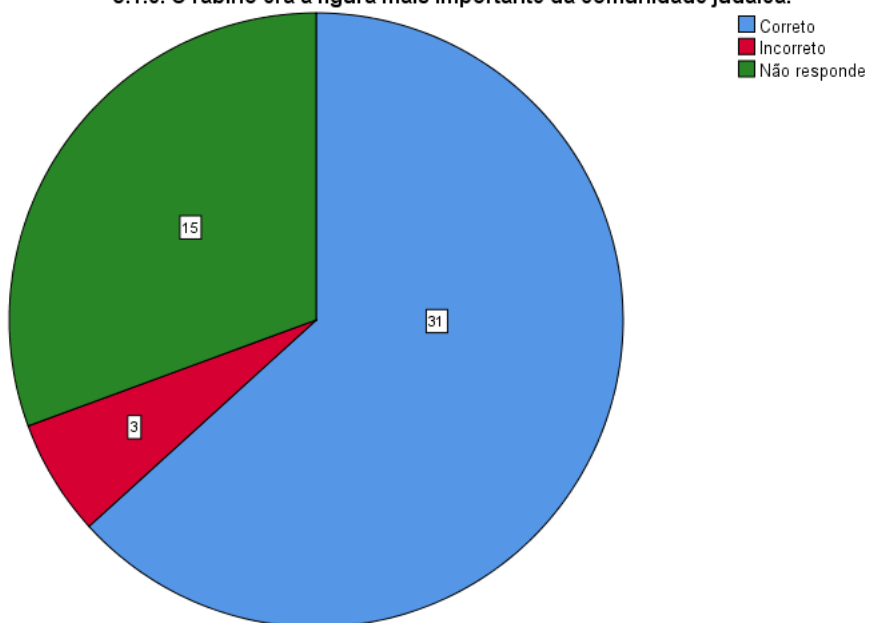
5.1.c. Por detrás do pano vermelho encontramos uma caixa que contém toras.



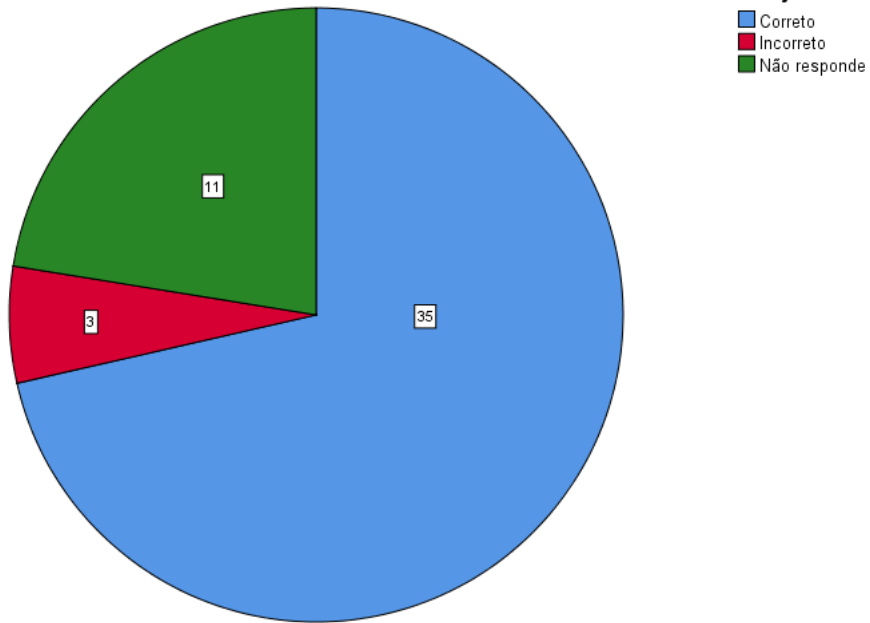
5.1.d. No interior da Sinagoga as mulheres sentavam-se junto dos homens.



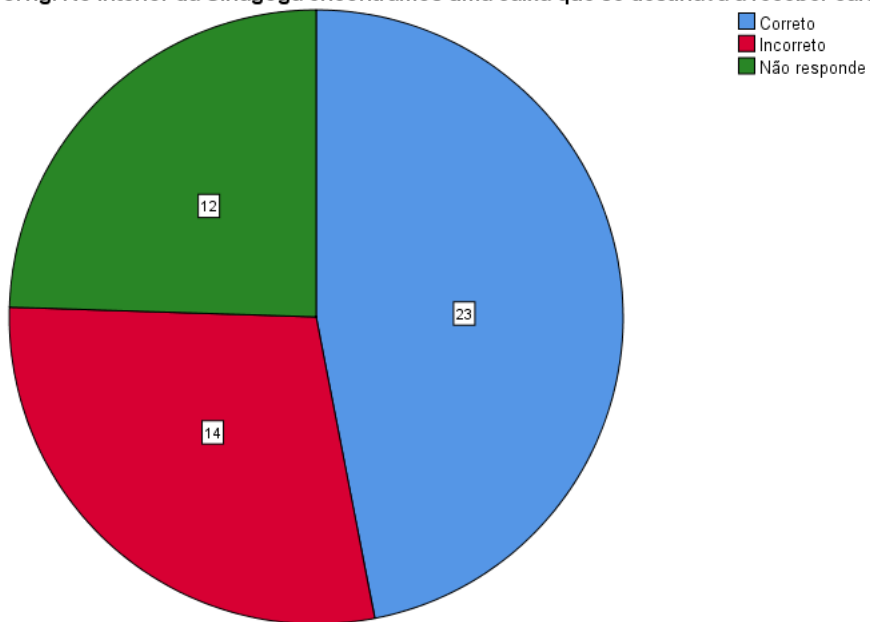
5.1.e. O rabino era a figura mais importante da comunidade judaica.



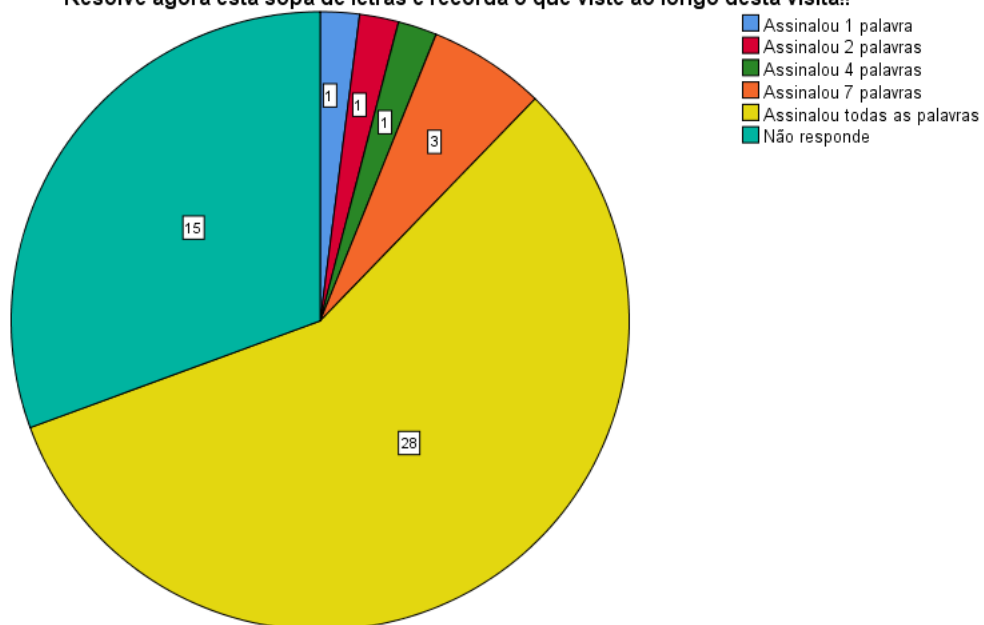
5.1.f. Ao levantar o assento dos bancos não encontramos nenhum objeto.



5.1.g. No interior da Sinagoga encontramos uma caixa que se destinava a receber cartas.



Resolve agora esta sopa de letras e recorda o que viste ao longo desta visita!!



Anexo 5: Ficha de trabalho que teria sido aplicada no 10.º ano



Escola Secundária Domingos Rebelo

Ano letivo 2019/2020

Visita de Estudo: Banco de Portugal

10.º ANO

História B

Elabora um texto onde desenvovas os seguintes aspetos:

- Pertinência da visita de estudo no contexto da disciplina de Economia A e História B.
- Novos conhecimentos adquiridos com esta estratégia de aprendizagem (visita de estudo).
- Contribuição da visita de estudo para valorização da História Local.

Anexo 6: Pedido de autorização aos Encarregados de Educação para preenchimento do questionário pelos alunos



Escola Secundária Domingos Rebelo

Ano letivo 2019/2020

7.º Ano – História

U. PORTO

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO

No âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3.º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, está a ser desenvolvida uma investigação para o relatório final que procura compreender qual é o conhecimento dos alunos sobre a História Local e o Património da sua localidade.

Neste sentido, de modo a recolher os dados, existe a necessidade de realizar um questionário aos alunos. No preenchimento será salvaguardado o anonimato. Solicito a sua autorização para a colaboração do seu educando.

Ponta Delgada, 30 de abril de 2020

A Professora Estagiária

Érica Costa

EU, _____ Encarregado (a)
de Educação do (a) aluno (a) _____, n.º _____,
turma ___ do ___ ano Autorizo/Não Autorizo o meu educando a colaborar no preenchimento do questionário no âmbito da referida investigação.

___/___/___ O (A) Encarregado de Educação _____